



ARMY UNIVERSITY
PRESS

Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

TERCEIRO TRIMESTRE 2019

EDIÇÃO BRASILEIRA

As Forças Armadas Paraguaias na Luta contra o Crime Organizado e a Insegurança p3

Dr. R. Evan Ellis

Segurança Cibernética Social p25

Ten Cel David M. Beskow, Exército dos EUA

Kathleen M. Carley, Ph.D.

Cinco Lições Operacionais Provenientes da Batalha por Mossul p48

Maj Thomas D. Arnold, Exército dos EUA

Maj Nicolas Fiore, Exército dos EUA

Military Review

TERCEIRO TRIMESTRE 2019

[https://www.armyupress.army.mil/Journals/
Military-Review/Edicao-Brasileira/](https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Edicao-Brasileira/)

<https://www.facebook.com/MilitaryReviewLATAM>

https://twitter.com/MilReview_LATAM

PB -100 -19 - 7 / 8 / 9

Headquarters, Department of the Army

PIN: 205 176-000

Approved for public release; distribution is unlimited

CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS

3 **As Forças Armadas Paraguaias na Luta contra o Crime Organizado e a Insegurança**

Dr. R. Evan Ellis

Este artigo analisa os desafios de segurança que se apresentam diante do governo de Mario Abdo Benítez, no Paraguai, e o trabalho para adaptar e reformar as principais instituições de segurança do país, com o objetivo de enfrentá-los.

16 **Travando Guerras Onde Elas se Perpetuam**

Cel Erik A. Claessen, Exército da Bélgica

Neste artigo, vencedor da terceira colocação no Concurso de Redação DePuy em 2018, o autor afirma que existe um novo tipo de guerra de sítio, cujas circunstâncias levam à auto-perpetuação do conflito, transformando áreas densamente povoadas na África, na Ásia e no Oriente Médio em zonas conflagradas nas quais o Exército dos EUA está menos preparado para atuar.



Foto da Capa:

Membros do principal grupo de oposição egípcio, o Movimento Jovem 06 de Abril, acendem iluminativos e gritam frases de propaganda contra a Irmandade Muçulmana durante um protesto em frente ao gabinete do procurador geral em Cairo, 06 Abr 13. Em meio à deterioração da economia, milhares de ativistas saíram às ruas para comemorar o quinto aniversário da fundação do grupo e pressionar o então Presidente Mohamed Morsi com uma longa lista de exigências, incluindo a formação de um governo mais inclusivo. (Foto por Amr Nabil, Associated Press)

25 **Segurança Cibernética Social**

Um Requisito Emergente de Segurança Nacional

Ten Cel David M. Beskow, Exército dos EUA
Kathleen M. Carley, Ph.D.

Nossos líderes militares precisam entender o conceito de segurança cibernética social e como ela impacta nossa força, nossa nação e nossos valores. Os autores definem essa disciplina emergente, discutem seu histórico e descrevem as tendências atuais e futuras, apontando como as Forças Armadas devem responder a esse novo tipo de ameaça.

36 **Nenhum “Crime Comum”**

Uma Abordagem Alternativa para o Controle de Zonas Conflagradas e Áreas Densamente Urbanizadas ao Redor do Planeta

Cel Eugenia K. Guilmartin, Exército dos EUA

Esse artigo obteve a segunda colocação no Concurso de Redação DePuy. Uma oficial superior da Polícia do Exército dos EUA advoga que o crime tem um maior potencial de impacto na estabilidade global do que as tradicionais ameaças com poder de combate equiparado.

48 **Cinco Lições Operacionais Provenientes da Batalha por Mossul**

Maj Thomas D. Arnold, Exército dos EUA
Maj Nicolas Fiore, Exército dos EUA

A luta pela cidade de Mossul, no Iraque, proporciona ensinamentos para as futuras operações de combate em larga escala em ambientes densamente urbanizados. Os autores apresentam cinco lições extraídas dessa batalha que devem subsidiar o planejamento operacional dos próximos combates urbanos.

66 **Identificação**

Capacitando Soldados e Apoiando a Missão

Matt McLaughlin

Ao tirar máximo proveito dos recursos atuais — e no futuro, da inteligência artificial — as atividades de identificação serão capazes de negar ao inimigo o anonimato, fazendo-nos distinguir entre combatentes e não combatentes, a fim de levar a luta aos nossos verdadeiros oponentes.

Military Review

THE PROFESSIONAL JOURNAL OF THE U.S. ARMY

Terceiro Trimestre 2019 Tomo 74 Número 3
Professional Bulletin 100-19-7/8/9
Authentication no. 1914009

Comandante, Centro de Armas Combinadas:
General de Divisão Michael D. Lundy

Diretora e Editora-Chefe da Military Review: Coronel Katherine Guttormsen
Editor-Chefe das Edições em Inglês: William M. Darley
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras: Miguel Severo
Gerente de Produção: Major David Rousseau
Assistente Editorial: Linda Darnell

Edições Ibero-Americanas

Diagramador/Webmaster: Michael Serravo
Assistente Editorial: Danielle Powell

Edição Hispano-Americana

Tradutor/Editor: Emilio Meneses
Tradutor/Editor: Ronald Williford

Edição Brasileira

Tradutor/Editor: Shawn A. Spencer
Tradutora/Editora: Flavia da Rocha Spiegel Linck

Assessores das Edições Ibero-americanas

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira: Coronel Alessandro Visacro

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português e espanhol e bimestralmente em inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) usarmyleavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil.

A Military Review pode também ser lida através da internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published quarterly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send corrections to Military Review, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Mark A. Milley—General, United States Army Chief of Staff

Official: 

Gerald B. O'Keefe—Administrative Assistant to the Secretary of the Army

79 O Corredor de Suwalki

Um Campo de Provas para as Munições Cluster

Cap Gregory Fetterman, Exército dos EUA

A necessidade de munições cluster vem crescendo, porque a Rússia apresenta uma ameaça plausível de um conflito de alta intensidade na região de fronteira entre a Polônia e a Lituânia conhecida como Corredor de Suwalki. Um assessor jurídico especializado em direito operacional examina questões relativas ao uso de munições cluster e como mitigar os riscos relacionados.



Guardas e policiais inspecionam uma caixa-forte que explodiu durante um assalto à mão armada na empresa Prosegur, uma firma particular de segurança, em Ciudad del Este, Paraguai, 24 Abr 17. A ação foi bem planejada envolvendo mais de 40 assaltantes, que fugiram com quase US\$ 8 milhões e deixaram um policial morto. Há muito que a Ciudad del Este, localizada na fronteira com o Brasil, serve como um centro de atividades do crime organizado. (Foto de Mariana Ladaga/Diario ABC Color/Associated Press)

As Forças Armadas Paraguaias na Luta contra o Crime Organizado e a Insegurança

Dr. R. Evan Ellis

Em outubro de 2018, as forças de segurança paraguaias conseguiram frustrar duas tentativas de resgate de Marcelo Piloto, chefe local da facção criminosa brasileira Comando Vermelho (CV), da sede da *Agrupación Especializada* da Polícia Nacional, uma unidade de polícia civil sediada em Assunção. A sofisticação dos planos, que incluíram um carro-bomba e fuzis de assalto, ilustra a evolução da ameaça representada pelo crime organizado transnacional no Paraguai¹. Ao mesmo tempo, o sucesso na resolução dos incidentes, incluindo a intervenção realizada pela *Fuerza de Operaciones Policiales Especiales*, demonstra que houve algum progresso por parte das forças de segurança paraguaias no enfrentamento dos desafios impostos pelo crime organizado.

Em 15 Ago 18, Mario Abdo Benítez assumiu a presidência do Paraguai, trazendo consigo uma combinação de figuras políticas bem conhecidas e outras novas, além de dinâmicas, cujo trabalho começa a mostrar resultados em organizações como a *Secretaría Nacional Antidrogas* (SENAD) e a *Secretaría de Prevención de Lavado de Dinero o Bienes* (SEPRELAD), chefiada por María González².

No cômputo geral, o governo de Abdo Benítez herda uma série de desafios de segurança, incluindo um grupo semi-insurgente e o crime organizado, e instituições profundamente falhas, cuja reforma será chave para o êxito no enfrentamento das ameaças³. Este artigo analisa as questões de segurança que se apresentam diante do novo governo — incluindo a ameaça representada pelo *Ejército del Pueblo Paraguayo* (EPP) e os crescentes desafios impostos pelas organizações criminosas transnacionais CV e Primeiro Comando da Capital

(PCC), baseadas no Brasil — e o trabalho do governo para adaptar e reformar as principais instituições de segurança do país, com o objetivo de enfrentá-los.

Desafios de Segurança para o Paraguai

Durante a maior parte da administração anterior e depois, o governo paraguaio se concentrou no EPP, um grupo de 30 a 50 integrantes que opera nos Departamentos* relativamente despovoados de Concepción e San Pedro, como principal ameaça à segurança da nação⁴. Em contrapartida, os Estados Unidos da América (EUA) dedicaram considerável atenção às atividades ilícitas na região da Tríplice Fronteira, delimitada por Ciudad del Este, no



O narcotraficante brasileiro Marcelo Fernando Pinheiro Veiga, conhecido como Marcelo Piloto, participa de coletiva de imprensa na Unidade Especial da Polícia Paraguuaia, em Assunção, no Paraguai, 06 Nov 18. Naquele mesmo mês, Marcelo Piloto foi extraditado para o Brasil, onde enfrenta várias acusações. (Foto de Norberto Duarte, Agence France-Presse)

[* Divisão administrativa no Paraguai, equivalente a Estado ou Província. — N. do T.]

Paraguai; Foz do Iguazu, no Brasil; e Puerto Iguazu, na Argentina (veja o mapa). O foco norte-americano na região volta-se a pessoas ligadas ao Hezbollah, organização terrorista do Oriente Médio, e à arrecadação de fundos para ele e, possivelmente, outros grupos terroristas⁵.

Além de seus desafios particulares, a importância estratégica do Paraguai decorre de sua localização no centro do continente sul-americano — através do qual fluem pessoas, dinheiro, drogas lícitas e ilícitas e outros produtos — e dos grupos criminosos ligados a esses fluxos. Inúmeros incidentes ressaltam o fato de que o crime organizado transnacional desponta como um significativo desafio de segurança no Paraguai: o assalto à sede da empresa Prosegur em Ciudad del Este em abril de 2017 por uma força organizada e bem armada de mais de 50 pessoas ligadas ao PCC; a tentativa de construção de um longo túnel para resgatar os mais de 80 integrantes do PCC do presídio em Pedro Juan Caballero; e as duas tentativas supracitadas, em outubro de 2018, para libertar o chefe local do CV, Marcelo Piloto⁶.

Associada a esses grupos violentos, a maconha hoje é cultivada em quase todas as regiões no leste do Paraguai às margens dos rios Paraguai e Paraná e fronteira com o Brasil⁷. Acredita-se que essa maconha, que cresce bem no solo fértil do Paraguai, supra 50% do consumo total da América do Sul⁸. Embora a maior parte da maconha que sai do Paraguai vá para o Brasil, uma parcela também é transportada para o Uruguai e Argentina através dos rios Paraguai e Paraná ou para o Chile através da Bolívia. Além disso, o Paraguai é um importante país de trânsito para a cocaína e outros produtos ilícitos com destino ao Brasil e outros mercados⁹.



A Tríplice Fronteira e as principais rotas terrestres que a interligam com grandes cidades. (Imagem cedida pela Biblioteca do Congresso dos EUA)

Outros Pretendentes do Paraguai

Dentro de um contexto caracterizado por profundas dificuldades institucionais, terrorismo, crime organizado e corrupção relacionada, que, juntos, enfraquecem a governança e a cultura democrática ainda jovem do país, o governo paraguaio continua a ser cortejado por atores extra-hemisféricos como China, Rússia e Irã, entre outros, de diferentes maneiras, as quais, embora limitadas, possivelmente geram preocupações em Washington.

Ainda que o governo de Abdo Benítez tenha reafirmado seu compromisso para com Taiwan e obtido um acordo para dobrar o valor da assistência recebida daquele país, a China continua

R. Evan Ellis, Ph.D., é professor pesquisador de Estudos sobre a América Latina e Caribe no Instituto de Estudos Estratégicos do U.S. Army War College. É autor de quatro livros e mais de 200 trabalhos sobre o crime organizado transnacional, atores extra-hemisféricos na América Latina e outras questões de segurança que afetam a região.

a procurar por oportunidades para ampliar seu espaço diplomático e comercial, buscando reuniões em fóruns como a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2018 e iniciativas comerciais como a presença da empresa de agronegócios chinesa COFCO, que opera no Paraguai desde 2014¹⁰. Empresas baseadas na China também participaram de licitações para projetos de construção de rodovias e de geração de energia e expressaram interesse em construir uma linha de trem atravessando o norte do país¹¹.

Por sua vez, a Federação Russa há muito tenta estabelecer uma cooperação militar com o Paraguai, expressando interesse em transformar o Aeroporto Mariscal Estigarribia, na região do Chaco, em um centro regional de manutenção e reparos de aeronaves militares russas e, ainda, em vender aeronaves e

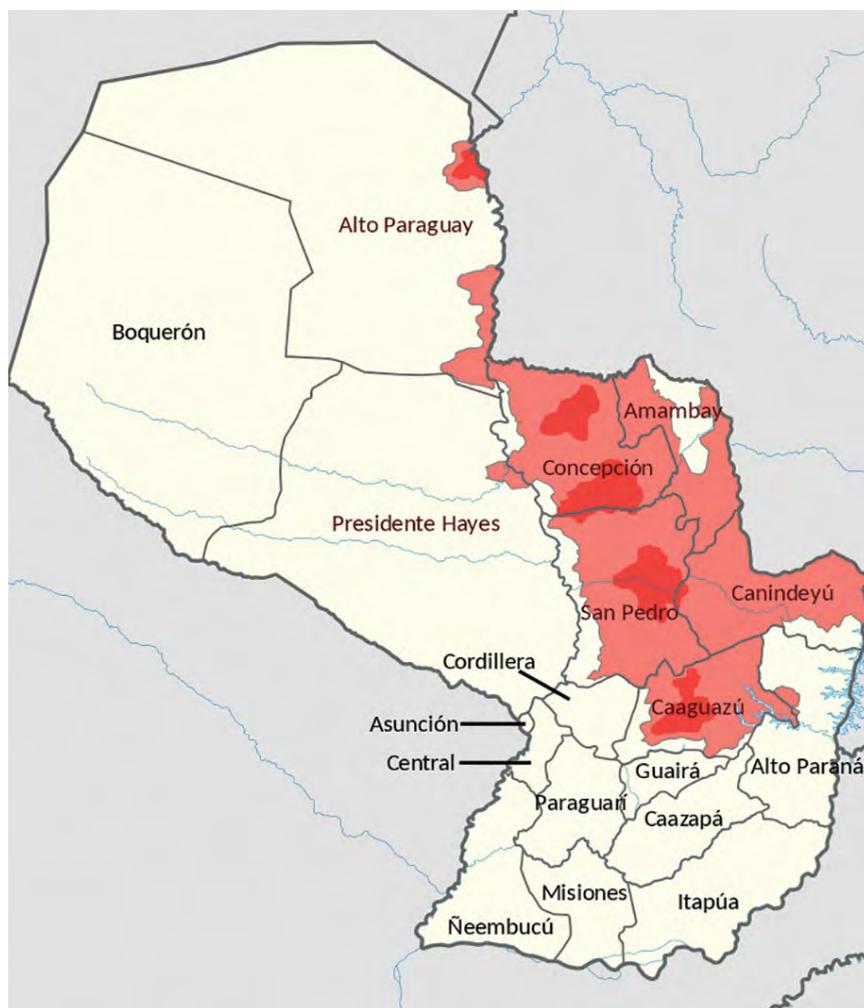
embarcações de transporte para o país, possivelmente em troca de produtos agrícolas¹². De modo mais concreto, a Rússia firmou um acordo de cooperação em defesa em abril de 2017, mas ainda não o utilizou para ampliar o relacionamento com o Paraguai de maneira significativa¹³.

Apesar de o Irã e outros países do Oriente Médio terem demonstrado cautela em seu relacionamento com o Paraguai, representantes do governo de Abdo Benítez se reuniram com as delegações iraniana e turca durante a sessão da Assembleia Geral da ONU em Nova York, em 2018. Ao mesmo tempo, o governo de Abdo Benítez entrou em desacordo com o governo israelense ao reverter a decisão de seu antecessor, Horacio Cartes, de mudar a embaixada paraguaia para Jerusalém¹⁴.

Desafios e Adaptação das Instituições Governamentais Paraguaias

O governo do Paraguai enfrenta vários desafios durante sua transição para o governo de Abdo Benítez [quando da redação deste artigo — N. do T.]. Entre eles estão a corrupção em muitas de suas instituições, demandas de segurança nacional e problemas relacionados ao treinamento e aparelhamento de suas Forças Armadas.

Instituições não militares. Em relação à luta contra o crime organizado, o governo de Abdo Benítez herda instituições cuja eficácia do passado foi gravemente enfraquecida pela corrupção e negligência. A situação crítica da polícia paraguaia, por exemplo, foi ressaltada pelo afastamento, em novembro de 2018, do subcomandante da organização, Luis Cantero, acusado de aceitar suborno de US\$ 70 mil¹⁵. Contudo, embora o novo governo houvesse indicado sua intenção de combater os narcotraficantes e outras organizações criminosas,



Desde 2005, as Forças Armadas paraguaias conduzem uma campanha de contrainsurgência contra o EPP, principalmente no nordeste do Paraguai (atividade insurgente destacada em vermelho) ao longo da fronteira com o Brasil. (Imagem cedida por Mikelelgediento/ Wikimedia)



O Presidente paraguaio Mario Abdo Benítez em visita à força-tarefa conjunta organizada para combater os insurgentes do EPP imediatamente após estes últimos atacarem o rancho de Santa Teresa, localizado no Departamento de San Pedro, perto de Assunção, no Paraguai, 24 Dez 18. (Foto cedida pela Presidência da República do Paraguai)

ainda não havia anunciado, em novembro de 2018, nenhuma iniciativa significativa para enfrentar o problema extremamente difícil de reformar a polícia ou outros componentes do Ministério do Interior, órgão que a inclui, no Paraguai¹⁶.

De sua parte, o órgão nacional antidrogas SENAD, sob a nova liderança do Ministro Arnaldo Giuzzio, obteve resultados iniciais impressionantes contra a produção e os fluxos de droga através do país, embora talvez ainda seja cedo demais para saber se esses resultados serão sustentáveis¹⁷. Além disso, o órgão independente contra a lavagem de dinheiro, SEPRELAD, é outro marco positivo nos esforços da nação para combater o crime organizado transnacional. A nova chefe da SEPRELAD, María González, adquiriu boa reputação como uma profissional capaz e independente, sem nenhuma acusação grave de corrupção até agora, e está trabalhando rapidamente para reformar e preparar sua organização para uma

importante avaliação a ser realizada pela organização intergovernamental Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), em 2019¹⁸. Contudo, a tarefa continua sendo intimidadora. Em novembro de 2018, González estimou que a organização havia sanado menos de 50% dos itens identificados anteriormente como deficiências pelo GAFI¹⁹.

Além da polícia, da SENAD e da SEPRELAD, o Paraguai também criou um novo órgão de inteligência de âmbito nacional, a *Secretaría Nacional de Inteligencia* (SNI). A SNI foi formalmente autorizada por lei em julho de 2014, mas só foi oficialmente estabelecida em 2018. Seu primeiro diretor, Esteban Aquino Bernal, foi nomeado por Abdo Benítez e começou a trabalhar assim que este assumiu a presidência em agosto de 2018²⁰.

A SNI atende a uma verdadeira necessidade de um serviço de inteligência civil no país além do fornecido pelas Forças Armadas e pela polícia, e

visa a servir como um repositório centralizado de dados sobre atores e grupos criminosos. Contudo, a organização está restrita, atualmente, a capacidades analíticas e não operacionais, estando, ainda, vulnerável a preocupações de que ela possa ser utilizada para a obtenção de inteligência política contra

aposentadoria de seus quadros, ao passo que cerca da metade do orçamento de aquisições é usada com itens não militares, como materiais de escritório²³.

A situação reflete, em parte, o legado da posição privilegiada que as Forças Armadas paraguaias usufruíram durante o governo militar do Gen Alfredo

“ Dentro das Forças Armadas paraguaias, o Exército está organizado em uma estrutura de três “corpos de exército”, com um total de nove divisões, fornecendo posições de comando para 40 oficiais-generais, embora esses corpos sejam, na realidade, menores que a maioria dos batalhões de infantaria norte-americanos. ”

opositores do governo; acusações semelhantes foram feitas contra organizações comparáveis na Colômbia, Peru e México, entre outros países. Os protocolos de coordenação entre a SNI, as Forças Armadas e as instituições policiais (que fornecerão informações à SNI) ainda estão sendo definidos.

As Forças Armadas, o EPP e os desafios estruturais. Pode-se dizer que o novo governo paraguaio herdou Forças Armadas incapacitadas para tratar dos desafios de segurança do país em todos os níveis devido a dificuldades fundamentais com respeito à sua estrutura, doutrina, dotação de material e treinamento. A gravidade da situação é exemplificada pela incapacidade das forças de segurança paraguaias em encontrar e eliminar o EPP — um pequeno grupo que opera em uma área muito reduzida e escassamente povoada nos Departamentos de San Pedro e Concepción — durante muitos anos²¹. Os ataques do EPP já causaram mais de 60 mortes desde seu surgimento em 2008, apesar de o governo anterior ter designado uma grande força-tarefa interagências para operar na área especificamente contra o grupo e de uma considerável expansão da iniciativa em 2016²².

Além da resposta ao EPP, as dificuldades das Forças Armadas paraguaias incluem a necessidade de adquirir ou modernizar seus equipamentos, mas elas têm pouca expectativa de efetuar qualquer aquisição ou modernização além de doações que venham a ser recebidas de nações parceiras. O orçamento total de defesa paraguaio para 2018 é de apenas US\$ 280 milhões, e cerca de 80% é gasto com pessoal e custos relativos à

Stroessner, entre 1954 e 1989. Dentro das Forças Armadas paraguaias, o Exército está organizado em uma estrutura de três “corpos de exército”, com um total de nove divisões, fornecendo posições de comando para 40 oficiais-generais, embora esses corpos sejam, na realidade, menores que a maioria dos batalhões de infantaria norte-americanos²⁴.

Funcionários do novo governo falam de um plano para reestruturar as Forças Armadas, reduzindo os escalões mais elevados e tornando-as mais voltadas às operações, mas admitem que essa será uma tarefa extremamente difícil politicamente, já que os postos de generalato que teriam de ser eliminados constituem os ápices da carreira almeçados pelos oficiais paraguaios atualmente na ativa²⁵.

Além da organização de base geográfica e de difícil manejo do Exército do Paraguai, a capacidade de suas Forças Armadas para efetuar uma reforma institucional, planejar e responder aos atuais desafios é dificultada por uma série de graves problemas estruturais. Para começar, o Ministro da Defesa paraguaio não faz parte, na verdade, da cadeia de comando sobre as Forças Armadas, atuando mais como um assessor do presidente, o que limita sua capacidade para efetuar mudanças. O antigo Ministro da Defesa, Gen Bernardino Soto Estigarribia, renunciou ao cargo (no qual serviu durante o governo de Cartes) em novembro de 2018, em parte, supostamente, devido à falta de autoridade de que dispunha²⁶. Ao que consta, discutiu-se a possibilidade de criar uma lei para inserir o Ministério da Defesa na cadeia de comando, mas a proposta ainda não foi levada adiante.

Um segundo grande problema estrutural para as Forças Armadas paraguaias é o papel do *Consejo de la Defensa Nacional* (CODENA). O CODENA foi estabelecido por uma lei de 1997 para ser a ferramenta do Presidente para lidar com questões de segurança nacional, mas a instituição caiu em desuso — em parte, possivelmente, porque ela já não corresponde plenamente à realidade dos desafios de segurança da nação ou à evolução das Forças Armadas. Embora o CODENA, por lei, deva se reunir mensalmente, o ex-Presidente Cartes raramente o convocou, e o novo Presidente Abdo Benítez ainda não o fez, apesar de ter se encontrado individualmente com seu chefe, Gen Máximo Díaz Cáceres²⁷.

A composição do CODENA, estabelecido em uma época em que os desafios impostos ao Paraguai por parte de organizações criminosas transnacionais como o PCC e o CV eram menos críticos, não inclui os chefes da SENAD ou da SEPRELAD, nem os relevantes ministros das pastas social, econômica ou da justiça, embora o Presidente possa eventualmente convocá-los a participar²⁸. Algo que também reflete a era de governo militar na qual a lei foi elaborada é a expectativa de que o Presidente vá até o Ministério da Defesa Nacional para convocar o conselho, em vez de determinar que os ministros venham até ele. Na prática, o Presidente criou seu próprio “gabinete de segurança” informal, que se reúne semanalmente no seu gabinete (e não no Ministério da Defesa). A reunião inclui um conjunto mais amplo de ministérios, mas não conta com o amparo legal ou estrutura burocrática de que dispõe o CODENA.

Especificamente em relação à luta contra o EPP, o governo de Cartes organizou uma estrutura especial intrainstitucional, o *Comando de Defensa Interna*

“governo como um todo” (*whole-of-government*) para as dificuldades socioeconômicas que contribuem para a liberdade de ação do EPP em San Pedro e Concepción, seu impacto é, na verdade, limitado, na medida em que os ministérios detêm a autoridade sobre a alocação de recursos, o que prejudica sua eficácia como entidade coordenadora.

Um órgão interagências separado do CODI, a *Coordinadora de Acción Integral Conjunta* (CAICO), foi criado para identificar e facilitar projetos que possam resolver alguns dos desafios socioeconômicos da região e, assim, ajudar o governo a reforçar sua presença no local. Infelizmente, embora esteja diretamente subordinado à Presidência, esse órgão não conta com unidades ou recursos realmente sob seu controle para executar o trabalho. Seu chefe, um oficial-general extremamente capaz, não conta com a autoridade legal e o nível ministerial para persuadir os ministros, que forneceriam os recursos, a seguirem sua recomendação em relação à escala de prioridades, que provavelmente diverge das prioridades dos próprios ministérios²⁹.

Embora a FTC militar que apoia o CODI, realiza a segurança da área e atua contra o EPP seja, no papel, uma força considerável, ela é limitada pela falta de conhecimento e confiança em seu homólogo policial na organização (o componente policial do CODI é separado, organizacionalmente, e visto como extremamente corrupto). Agravando o problema, o desenvolvimento de conhecimentos sobre a comunidade e o terreno pela FTC é limitado pelo frequente rodízio de seus integrantes na área.

Por fim, a FTC foi equipada com veículos e outros recursos das demais divisões militares do país (incluindo as designadas para atuar na área). Assim,

“ A verdadeira quantidade de pessoas servindo nas Forças Armadas pode ser bem menor que o número oficial por causa de uma prática segundo a qual algumas organizações mantêm “pessoas-fantasma” na folha de pagamento. ”

(CODI), apoiado por unidades policiais, promotores especiais e uma força-tarefa militar conjunta (FTC). Embora o Comando, em teoria, facilite soluções do

ironicamente, ela deixou as forças locais — que, presumidamente, têm mais conhecimentos acumulados sobre a área e seus atores — em seus quartelamentos,

privadas das capacidades e recursos para contribuir de modo significativo na luta contra o EPP.

Ainda não está claro que rumo o governo de Abdo Benítez pretende tomar para reformar as Forças Armadas paraguaias, a fim de que elas possam combater o EPP ou executar outras missões mais efetivamente. O novo governo ainda não forneceu a visão institucional que definiria esses papéis e reformas; tampouco propôs as mudanças legais específicas que os facilitariam.

Para ajudar a redefinir a estrutura e propósito das Forças Armadas paraguaias, em 2012, o Ministério da Defesa Nacional publicou, de maneira louvável, um “livro branco” delineando os papéis e missão da instituição perante a sociedade paraguaia e outras instituições governamentais³⁰. Embora o novo governo tenha planos de atualizar o documento, as autoridades de defesa paraguaias sugerem, compreensivelmente, que é preciso esperar até a conclusão da reestruturação, caso e quando ela ocorra, antes de efetuar tais mudanças³¹. Da mesma forma, o Ministério criou uma nova estratégia de defesa, mas ela ainda não foi aprovada pelo Presidente³².

Desafios relativos a materiais bélicos e treinamento nas Forças Armadas paraguaias. Além de questões de organização, papéis, missões e autoridades, toda Força Singular paraguaia enfrenta graves deficiências em relação a materiais de emprego militar e treinamento.

Com respeito às forças terrestres, o Exército Paraguai tem, oficialmente, cerca de 14 mil integrantes recebendo remuneração, embora o ingresso de recrutas seja limitado por um grande número de isenções legais, fator que o governo de Abdo Benítez indicou pretender abordar³³. Para complicar a situação, a verdadeira quantidade de pessoas servindo nas Forças Armadas pode ser bem menor que o número oficial por causa de uma prática segundo a qual algumas organizações mantêm “pessoas-fantasma” na folha de pagamento, que recebem soldo, mas não estão realmente presentes nas unidades.

Quanto a veículos e sistemas de armas, o Paraguai tem uma pequena quantidade de viaturas meia-lagarta da época da Segunda Guerra Mundial e carros de combate *M3 Stuart* e *M4 Sherman* (incluindo 14 carros de combate *M3* recolocados em serviço nominalmente, como uma medida provisória). Contudo,

segundo especialistas no Paraguai consultados para este estudo, poucos, se houver, carros de combate têm armas que funcionem e, quando funcionam, boa parte da munição é tão antiga que já deixou de ser confiável, podendo até ser perigoso usá-la³⁴.

Além de carros de combate e viaturas meia-lagarta, o Paraguai tem um pequeno número de viaturas blindadas de reconhecimento (VBR) *EE-9 Cascavel* e viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) *EE-11 Urutu* mais antigas, de fabricação brasileira. Essas viaturas seriam, supostamente, modernizadas com a ajuda do Brasil em 2009, mas os recursos não estavam disponíveis por parte do Paraguai, e isso nunca chegou a acontecer³⁵. As Forças Armadas paraguaias discutiram planos para obter uma nova classe de viaturas blindadas para substituir tantos seus carros de combate quanto algumas antigas viaturas sobre rodas. Embora a aquisição da VBTP *Guarani*, de fabricação brasileira, tenha sido citada como a opção mais realista pelos especialistas consultados para este estudo, não há verbas disponíveis, atualmente, para levar o processo de compra adiante³⁶.

O problema da falta de veículos em bom estado de funcionamento no Exército Paraguai é possivelmente exacerbado por limitações em treinamento no nível das tropas e nos escalões superiores; praticamente não há um treinamento regular de armas combinadas. O treinamento das tropas paraguaias geralmente se concentra em atividades básicas, como a instrução de tiro individual³⁷. Grande parte do Exército Paraguai nem dispõe de manuais de doutrina próprios, utilizando os de países vizinhos, como o Brasil³⁸.

Embora a situação da Marinha Paraguai seja um pouco melhor que a do Exército, ela enfrenta o desafio de manter uma presença limitada ao longo de todas as 5 mil milhas (cerca de 8 mil quilômetros) de rios navegáveis do país. O desafio é agravado pelo fato de que a Marinha é o único órgão governamental com a autoridade de imposição da lei nas águas.

A Marinha Paraguai tem uma frota de aproximadamente 170 pequenos barcos de casco de alumínio para operar nos rios e um menor número de embarcações de maior porte, incluindo sua nau capitânia, o *P-05 Itaipu* (adquirido do Brasil nos anos 80), que é grande o suficiente para transportar um pequeno helicóptero, e três lanchas de interceptação

CROQ-15, relativamente rápidas³⁹. Contudo, a Marinha Paraguaia tem uma capacidade limitada para inspecionar a grande quantidade de barcas comerciais que transportam mercadorias para

Portanto, quando retirados para serem utilizados, informações sobre sua presença são rapidamente passadas para os narcotraficantes, que suspendem seus voos antes que os radares se tornem efetivos na

“ Situado no centro geográfico da América do Sul, o Paraguai é um ponto de conexão para os fluxos criminosos de drogas, mercadorias, dinheiro e pessoas, tornando-o estrategicamente importante para o hemisfério no controle desses fluxos e suas respectivas consequências. ”

dentro e fora do país e, com exceção das CROQ-15, ela não tem nenhuma capacidade contra as lanchas utilizadas por organizações criminosas mais sofisticadas em operação no país.

Embora a maior parte da frota paraguaia esteja, relativamente, em boas condições, ela é antiga. Uma das embarcações ainda em serviço, *Capitán Cabral*, foi construída, inicialmente, em 1908 (na Holanda) como um rebocador oceânico⁴⁰.

A Marinha Paraguaia também conta com uma pequena capacidade de aviação, incluindo um helicóptero leve *Esquilo*, utilizado ocasionalmente em operações de repressão ao contrabando, e seis pequenas aeronaves de asa fixa *Cessna*, confiscadas de narcotraficantes.

A Marinha Paraguaia mantém a empresa Cavel, uma instalação de reparos e fabricação de pequenas embarcações; um dique seco flutuante doado pelos EUA nos anos 80; um dique seco flutuante permanentemente administrado pela Marinha; e um pequeno estaleiro, *Arsenal de Marina*, que efetua a manutenção de embarcações de maior porte, mas há muito não constrói um navio⁴¹.

Com respeito à Força Aérea, o Paraguai tem de dois a quatro aviões de interceptação *Tucano* antigos ainda em operação, que poderiam ser utilizados no caso de detecção de aeronaves do narcotráfico. Planos de adquirir seis outras aeronaves — possivelmente caças coreanos *KT-1*, *Super Tucanos* brasileiros, ou *AT-6 Wolverines* norte-americanos — foram deixados de lado em decorrência da falta de recursos⁴².

Embora o Paraguai tenha adquirido radares móveis, eles são operacionalmente ineficazes e estão armazenados em um local público conhecido.

detecção e interceptação de alvos. A autoridade de aviação civil paraguaia está construindo uma instalação de radar fixo que, em teoria, poderá aumentar a consciência situacional da Força Aérea contra os voos do narcotráfico, mas o processo é lento⁴³.

Recomendações

Embora o governo paraguaio enfrente dificuldades consideráveis em responder aos mutáveis desafios apresentados pelo terrorismo do EPP e pelo crime organizado, é importante que os EUA mantenham seu envolvimento com o país de um modo construtivo e aumentem seu nível de atenção e engajamento com seus parceiros paraguaios, com a condição de que estes continuem a progredir em questões de corrupção e compromisso para com instituições e processos democráticos. A grave situação atual de muitas das instituições de segurança da nação não é um reflexo, necessariamente, da nova liderança do país, mas uma indicação de quanto trabalho ainda há a ser feito.

Situado no centro geográfico da América do Sul, o Paraguai é um ponto de conexão para os fluxos criminosos de drogas, mercadorias, dinheiro e pessoas, tornando-o estrategicamente importante para o hemisfério no controle desses fluxos e suas respectivas consequências. Não se deve permitir que o país se transforme em um espaço mais fracamente governado, onde atividades criminosas possam prejudicar a segurança dos países vizinhos e afetar a dinâmica política da região. Além disso, conforme observado anteriormente, a atenção que a China, Rússia e grupos islâmicos dedicam ao Paraguai serve como lembrete de que, caso o governo não obtenha

resultados trabalhando junto às democracias ocidentais, outros atores estão mais que prontos para preencher a lacuna.

Os EUA devem continuar a trabalhar com o Paraguai, a começar pelos escalões mais elevados, travando um diálogo respeitoso, mas sério, com o Presidente, Ministro da Defesa e funcionários de outros órgãos governamentais, com o objetivo de incentivá-los a tomar e persistir em decisões politicamente difíceis,

Paralelamente a essa assistência e com o objetivo de estimular uma mudança significativa, os EUA também devem apontar, com respeito, mas firmemente, para a possibilidade de consequências negativas, caso não seja feito um esforço sincero de atacar a corrupção e reformar as instituições nacionais. Com efeito, os EUA devem conservar a possibilidade de ação legal contra indivíduos comprovadamente corruptos, incluindo potenciais sanções específicas

“ Os EUA devem ajudar as Forças Armadas paraguaias a desenvolverem um sistema de planejamento para aplicar recursos limitados de maneira racional e transparente, com o objetivo de atender às necessidades identificadas, bem como adquirir e manter esses recursos ao longo do tempo. ”

para realizar uma reforma estrutural significativa e transformadora. Esse trabalho deve incluir, entre outras coisas, a reorganização extremamente necessária das Forças Armadas paraguaias e o combate à corrupção nas instituições governamentais.

Com respeito à luta contra os efeitos debilitantes da corrupção nas instituições paraguaias, os EUA, trabalhando com outras partes interessadas, como as da comunidade europeia, devem estimular o governo paraguaio a aceitar, por meio de suas leis e políticas, a assistência de instituições externas semelhantes à Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala, da ONU⁴⁴. E, ao atuar para ajudar o governo paraguaio a tomar as difíceis medidas para ajudar a si próprio, os EUA devem empregar, com paciência e habilidade, uma combinação de encorajamento, materiais bélicos, apoio técnico e incentivos. Os EUA devem considerar, seriamente, a possibilidade de fornecerem mais recursos de assistência para o setor de segurança do Paraguai quando as instituições paraguaias demonstrarem a capacidade de integrar e usar essa ajuda efetivamente. Os EUA também devem considerar uma gama mais ampla de programas administrados por meio do Departamento de Estado para fortalecer a governança paraguaia e ajudar o país a comercializar melhor e obter mais de seu setor agrícola e outras indústrias.

contra eles, caso sua riqueza e influência impeçam o sistema judiciário paraguaio de lidar com eles de modo apropriado.

Ao aplicar qualquer política que levante questões sobre a capacidade do Paraguai para policiar os integrantes corruptos de sua própria burocracia e elite política, os EUA devem entender que a tendência natural dos “maus elementos”, bem como a de alguns indivíduos preocupados em proteger a soberania da nação, pode ser a de ameaçar ou adotar alternativas como China e Rússia, que estão, às vezes, mais dispostas a oferecer assistência sem os tipos de condição e supervisão que ameaçam os corruptos. Os EUA devem ter cautela ao manobram nesse difícil terreno político, utilizar informações concretas como principal instrumento de persuasão e, de forma respeitosa, buscar gerar consenso entre os líderes paraguaios comprometidos com a luta contra a corrupção e atores extra-hemisféricos, que os dirigentes corruptos usam para contornar sua responsabilidade e protegerem a si próprios. Só dessa forma os EUA poderão ter a esperança de guiar os paraguaios soberanos rumo a decisões que promovam sua própria saúde institucional.

No contexto de trabalhar junto ao governo paraguaio para fortalecer suas instituições, os EUA devem dar especial atenção à reforma policial e judicial,

incentivando-a. Essa ajuda deve começar com a prestação de assistência na identificação e remoção de funcionários corruptos dos escalões mais elevados. A partir daí, porém, as reformas devem continuar por toda a instituição e incluir o aumento de recursos para testes periódicos de confiança de pessoal, assim como a implementação e manutenção de bancos de dados para identificar indícios de corrupção entre funcionários da instituição (ex.: servidores cujos padrões de gastos não correspondam à sua renda). Os EUA devem, ainda, ajudar o Paraguai a identificar e expulsar membros corruptos e assistir suas autoridades na criação de bancos de dados para resolver rapidamente os casos detectados e monitorar aqueles que forem expulsos. Essa iniciativa será essencial para garantir que as instituições paraguaias reformadas, sejam órgãos policiais e judiciais ou as Forças Armadas, não substituam, simplesmente, o problema de funcionários corruptos por um problema ainda maior: o de milhares de funcionários corruptos furiosos e desempregados, com conhecimentos sobre o sistema e motivados para explorar suas fraquezas.

Além de ajudarem o Paraguai com essas reformas, os EUA também devem apoiar fortemente a coragem individual de líderes competentes que evitem a corrupção e tomem iniciativa, fornecendo-lhes os recursos e a cobertura política de que necessitem para o êxito. Isso pode incluir o estímulo a ações positivas e corajosas e à iniciativa por parte de líderes e organizações paraguaias, como as sugeridas até agora pela nova liderança da SENAD e SEPRELAD.

Da mesma forma, os EUA deveriam apoiar e trabalhar estreitamente com a recém-instituída SNI, fornecer-lhe treinamento e recursos e compartilhar informações com elementos aprovados da organização, quando apropriado. Os EUA devem, ainda, utilizar sua influência junto a outras partes do governo para possibilitar que a SNI receba as informações de inteligência necessárias de modo oportuno, prestando-lhe ajuda com os aspectos técnicos do estabelecimento e manutenção de um banco de dados nacional para integrar informações oriundas de outras organizações. A SNI deve ser incentivada a se concentrar em ameaças além do EPP (que foi utilizado como justificativa, em 2014, para aprovar a lei que a instituiu)⁴⁵. Por outro lado, os EUA devem resistir à tentação de encorajar a SNI a se

concentrar excessivamente em questões priorizadas por Washington, como a presença do Hezbollah na região da Tríplice Fronteira. Talvez ainda mais importante seja deixar claro que todos os recursos e apoio à SNI oriundos dos EUA poderão ser suspensos subitamente, caso a organização permita que a utilizem para obter inteligência política.

Com respeito à reforma militar, os EUA devem empregar seus recursos e influência junto ao governo paraguaio para incentivá-lo a concluir sua reestruturação militar e elaborar um livro branco de defesa atualizado — uma política e estratégia de segurança nacional. Quiçá mais importante, os EUA devem ajudar as Forças Armadas paraguaias a desenvolverem um sistema de planejamento para aplicar recursos limitados de maneira racional e transparente, com o objetivo de atender às necessidades identificadas, bem como adquirir e manter esses recursos ao longo do tempo. Para isso, instituições norte-americanas — como o programa *Ministry of Defense Advisors*, de assessoria a ministérios de defesa; a *Defense Institution Reform Initiative*, iniciativa de reforma de instituições de defesa; e o William J. Perry Center — estão entre as ferramentas úteis de que os EUA dispõem para ajudar na área de defesa⁴⁶. Vagas financiadas pelos EUA para treinamento em instituições como o *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation* (WHINSEC) e o *U.S. Army War College* podem ser úteis, caso relevantes às necessidades paraguaias.

Como incentivo para que seus homólogos paraguaios aceitem sofrer o incômodo de mudar seu atual “jeito de fazer as coisas”, os EUA devem oferecer-lhes a perspectiva realista de uma assistência maior e mais rápida no desenvolvimento de soluções técnicas, de pessoal e de materiais bélicos para os problemas identificados neste artigo e outros desafios semelhantes.

Durante muito tempo, o Paraguai recebeu pouca atenção de Washington, exceto pela preocupação dos EUA com as atividades de uma pequena quantidade de criminosos e terroristas na Tríplice Fronteira. Contudo, conforme observado neste artigo, o Paraguai está no centro dos fluxos lícitos e ilícitos que conectam o continente. O que acontecer no Paraguai com esses grupos e fluxos criminosos terá o potencial de prejudicar a dinâmica e o bem-estar de seus países

vizinhos e, em última instância, dos EUA, que permanecem ligados ao continente sul-americano por laços de comércio, geografia e família. Os EUA só têm a ganhar ao ajudar o Paraguai a ter êxito. ■

As ideias expressas neste artigo representam a opinião pessoal do autor e são de sua inteira responsabilidade. O autor gostaria de agradecer a César da Rosa López e Gabina Gavilán, entre outros, por suas contribuições.

Referências

1. "Así se frustró el segundo intento de liberar a Marcelo Piloto", *Ultima Hora* (site), 24 oct. 2018, acesso em 13 dec. 2018, <https://www.ultimahora.com/asi-se-frustro-el-segundo-intento-liberar-marcelo-piloto-n2775391.html>.
2. "Mario Abdo Benítez jura como nuevo presidente de Paraguay", *El País* (site), 15 agosto 2018, acesso em 13 dez. 2018, https://elpais.com/internacional/2018/08/15/america/1534345907_538917.html; "Jefe narco es detenido tras megaoperativo en Alto Paraná", *Ultima Hora* (site), 6 sept. 2018, acesso em 6 dez. 2018, <https://www.ultimahora.com/jefe-narco-es-detenido-megaoperativo-alto-parana-n2705826.html>.
3. R. Evan Ellis, "Corruption, Intrigue and Hope in the Land of Soy: The Mario Abdo Benítez Government in Paraguay, and The Extra-Hemispheric Actors Wooing Him", *Global Americans*, 14 Nov. 2018, acesso em 13 dez. 2018, <https://theglobalamericans.org/2018/11/corruption-intrigue-and-hope-in-the-land-of-soy-the-mario-abdo-benitez-government-in-paraguay-and-the-extra-hemispheric-actors-wooing-him/>.
4. Marta Ecurra, "Paraguay's Joint Task Force on Alert against the EPP", *Diálogo*, 29 Jan. 2015, acesso em 13 dez. 2018, <https://dialogo-americas.com/en/articles/paraguays-joint-task-force-alert-against-epp>.
5. Mariana Ladaga e Juan Carlos Lezcano F., "Remesas a Hezbollah fueron hasta 2013, según EE.UU.", *ABC Color* (site), 6 nov. 2018, <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/remesas-a-hezbollah-fueron-hasta-2013-segun-eeuu-1756698.html>.
6. Federico Rivas Molina, "Atraco de película en Paraguay: 50 hombres roban millones de dólares en una oficina de Prosegur", *El País* (site), 25 abr. 2017, acesso em 13 dez. 2018, https://elpais.com/internacional/2017/04/24/america/1493047109_595943.html; "Hechos que revelan presencia del CV y el PCC", *Ultima Hora* (site), 25 oct. 2018, acesso em 13 dez. 2018, <https://www.ultimahora.com/hechos-que-revelan-presencia-del-cv-y-el-pcc-n2775525.html>.
7. Entrevista com autoridades de segurança paraguaias, novembro de 2018.
8. Pablo Ferri e Jose Luis Pardo, "Paraguay's Marijuana Trade: The Bitter Green Smell of the Red Land", *InsightCrime*, 4 Aug. 2014, acesso em 13 dez. 2018, <https://www.insightcrime.org/news/analysis/inside-paraguay-marijuana-trade-to-brazil/>.
9. Funcionários do setor de segurança paraguaio, entrevistas.
10. Ellis, "Corruption, Intrigue and Hope"; "Grains & Oil seeds", *COFCO* (site), acesso em 13 dez. 2018, <https://www.cofcointernational.com/products-services/grains-oilseeds/>; "China Buys Majority Stake in Nidera as Part of Its Investment in Food Assets", *Mercopress*, 5 Mar. 2014, acesso em 13 dez. 2018, <https://en.mercopress.com/2014/03/05/china-buys-majority-stake-in-nidera-as-part-of-its-investment-in-food-assets>.
11. Ellis, "Corruption, Intrigue and Hope".
12. Entrevista com especialistas do setor de segurança paraguaio, Paraguai, Nov. 2018; Ellis, "Corruption, Intrigue and Hope".
13. "Russia to Sign Military Cooperation Agreements with Paraguay, Brunei", *TASS*, 5 Apr. 2017, acesso em 13 dez. 2018, <http://tass.com/defense/939492>.
14. Ellis, "Corruption, Intrigue and Hope"; "Paraguay Urges Israel to Reverse 'Exaggerated' Asuncion Embassy Closure", *The Times of Israel*, 7 Sept. 2018, acesso em 13 dez. 2018, <https://www.timesofisrael.com/paraguay-urges-israel-to-reverse-exaggerated-asuncion-embassy-closure/>. Em represália, os israelenses fecharam sua representação diplomática no Paraguai.
15. "Piden apartarlo del cargo", *ABC Color* (site), 8 nov. 2018, acesso em 13 dez. 2018, <http://www.abc.com.py/nacionales/piden-apartarlo-del-cargo-1757777.html>.
16. "Mario Abdo destaca lucha contra el narcotráfico y el crimen organizado", *Ultima Hora* (site), 25 sept. 2018, acesso em 13 dez. 2018, <https://www.ultimahora.com/mario-abdo-destaca-lucha-contra-el-narcotrafico-y-el-crimen-organizado-n2747383.html>; Especialistas do setor de segurança paraguaio, entrevista.
17. "Antidrogas paraguayos incautan 448 kilos de cocaína en el Sur del país", *La Patria en Línea* (site), 28 oct. 2018, acesso em 13 dez. 2018, <https://lapatriaenlinea.com/?nota=334645>.
18. Funcionários do setor de segurança paraguaio, entrevista. Para obter mais informações sobre a Financial Action Task Force, veja "Who We Are", *Financial Action Task Force*, acesso em 13 dez. 2018, <http://www.fatf-gafi.org/about/>.
19. "Gafilad: ni el 50% cumplimos", *ABC Color* (site), 5 nov. 2018, acesso em 13 dez. 2018, <http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/gafilad-ni-el-50-cumplimos-1756351.html>.
20. Kyra Gurney, "Paraguay Congress Approves Intelligence Agency Following EPP Attacks", *InsightCrime*, 14 Jul. 2014, acesso em 13 dez. 2018, <https://www.insightcrime.org/news/brief/paraguay-congress-approves-intelligence-agency-following-epp-attacks/>.
21. Laurence Blair, "In Paraguay's Remote North Guerrillas Are Still at Large, Armed and Dangerous", *The Guardian* (site), 31 Aug. 2015, acesso em 13 dez. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2015/aug/31/paraguay-guerrillas-epp-aca>; funcionários do setor de segurança paraguaio, entrevista.
22. "Paraguay's EPP Rebels Free Two Mennonite Hostages", *BBC News*, 5 Feb. 2018, acesso em 13 dez. 2018, <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-42945657>.
23. "Defense Budget Overview", *Jane's Sentinel Security*

Assessment, 17 Apr. 2017 (requer assinatura); especialista do setor de segurança paraguaio, entrevista.

24. "Paraguay—Army", Jane's World Armies, 25 Apr. 2018 (requer assinatura).

25. Especialista do setor de segurança paraguaio, entrevista.

26. Ibid.

27. Ibid.

28. Entrevista com funcionário sênior do setor de defesa paraguaio, Assunção, Paraguai, nov. 2018.

29. Ibid.

30. "Paraguay inició elaboración de su libro blanco de defensa nacional", vídeo do YouTube, postado por "IP Paraguay", 3 oct. 2012, acesso em 13 dez. 2018, <https://www.youtube.com/watch?v=LLyclBBnrA>.

31. Funcionário sênior do setor de defesa paraguaio, entrevista.

32. Ibid.

33. Jane's, "Paraguay—Army".

34. Ibid.; entrevista com especialista em defesa, Assunção, Paraguai, nov. 2018.

35. Jane's, "Paraguay—Army".

36. Entrevista com especialistas em defesa, Assunção, Paraguai, nov. 2018.

37. Ibid.

38. Ibid.

39. "Paraguay—Navy", Jane's Sentinel Security Assessment, 25 Apr. 2018 (requer assinatura).

40. Especialista em defesa, entrevista.

41. Jane's, "Paraguay—Navy".

42. "Paraguay—Air Force", Jane's Sentinel Security Assessment, 16 Apr. 2018; especialista em defesa, entrevista.

43. Especialista em defesa, entrevista.

44. "CICIG: International Commission against Impunity in Guatemala", UN Department of Political Affairs, acesso em 13 dez. 2018, <https://dpa.un.org/en/mission/cicig>.

45. "Horacio Cartes crea la primera agencia nacional de inteligencia de Paraguay", *Ultima Hora (site)*, 24 Dec. 2014, acesso em 13 dez. 2018, <https://www.ultimahora.com/horacio-cartes-crea-la-primera-agencia-nacional-inteligencia-paraguay-n858770.html>.

46. O programa *Ministry of Defense Advisors* trabalha junto aos ministérios de defesa de nações parceiras no nível estratégico mediante o fornecimento de assessores para melhorar as competências essenciais no nível ministerial, como pessoal e aprestamento, logística, política e estratégia e gestão financeira. A *Defense Institution Reform Initiative* atua junto aos ministérios de defesa e seus equivalentes para promover sua eficácia, prestação de contas, profissionalismo e transparência, incluindo a disponibilização de especialistas para trabalharem junto a essas instituições com o objetivo de avaliar deficiências organizacionais e estabelecer um plano para saná-las. O William J. Perry Center é uma instituição do Departamento de Defesa dos EUA para a condução de ensino de nível estratégico na América Latina e Caribe para militares da ativa e altos funcionários civis.



Travando Guerras Onde Elas se Perpetuam

Cel Erik A. Claessen, Exército da Bélgica



Membros do principal grupo de oposição egípcio, o Movimento Jovem 06 de Abril, acendem iluminativos e gritam frases de propaganda contra a Irmandade Muçulmana durante um protesto em frente ao gabinete do procurador geral em Cairo, 06 Abr 13. Em meio à deterioração da economia, milhares de ativistas saíram às ruas para comemorar o quinto aniversário da fundação do grupo e pressionar o então Presidente Mohamed Morsi com uma longa lista de exigências, incluindo a formação de um governo mais inclusivo. (Foto por Amr Nabil, Associated Press)

Em 2011, Robert Gates, secretário de defesa norte-americano, respondeu concisamente à pergunta “Para quais áreas conflagradas ao redor do mundo o Exército está menos preparado para atuar?” Em sua opinião, “Qualquer futuro secretário de defesa que aconselhe o presidente dos EUA a enviar outro contingente militar significativo para lutar na Ásia, no Oriente Médio ou na África deveria ‘fazer um exame mental’, como disse tão sutilmente o General MacArthur”¹. Além disso, Robert Gates afirmou que “o Exército precisa, também, enfrentar a realidade de que os cenários mais plausíveis para as Forças Armadas dos EUA são, sobretudo, engajamentos navais e aéreos”².

Sete anos já se passaram. Durante esse período, dramáticas evoluções sociopolíticas varreram as regiões mencionadas no discurso de Gates. Isso nos permite confrontar suas observações com a realidade.

Em relação à natureza das intervenções militares norte-americanas, ele acertou com precisão. As operações realizadas ao longo dos últimos anos foram principalmente engajamentos navais e aéreos, como demonstrado na Líbia, Síria e Iraque. Também, foram muito efetivas e produziram resultados rápidos, com quase “zero baixas”. O único problema é que não obtiveram os resultados desejados pelo governo dos EUA. Após a morte de Muammar Gaddafi, a Líbia mergulhou em uma guerra civil que se alastrou para o Mali. No leste da Síria e no norte do Iraque, a decisão de não desdobrar grandes quantidades de forças do Exército dos EUA permitiu que facções curdas agissem como nossos representantes ou “proxies”. O reconhecimento político e diplomático derivado dos sucessos terrestres curdos desagradou a Turquia, um aliado chave na OTAN.

No oeste da Síria, o Pasdaran iraniano (o Exército de Guardiães da Revolução Islâmica) e combatentes do Hezbollah libanês circulam livremente em apoio ao regime de Bashar al-Assad sob a proteção de aeronaves russas. Decerto, isso não significa necessariamente que a presença de forças do Exército no terreno teria levado a um desfecho mais favorável do conflito.

O Cel Erik A. Claessen, Exército da Bélgica, é o gerente de projeto para o desenvolvimento da capacidade motorizada do exército belga. É mestre pela Academia Real Militar da Bélgica e, também, mestre pelo U.S. Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas.

Mas, cabe perguntar o que é significativo acerca das regiões mencionadas por Robert Gates em seu discurso. A resposta se encontra no fato de que em grandes extensões da Ásia, do Oriente Médio e da África, as guerras se perpetuam.

Estados Frágeis por sua Própria Natureza

A maioria dos países que constituem essas regiões não são democracias estáveis, mas Estados frágeis por sua própria natureza. Como Douglass North observou:

A lógica do Estado natural é derivada do seu método de lidar com o problema da violência. Indivíduos e grupos com acesso à violência formam uma coalizão dominante, concedendo privilégios especiais uns aos outros. Esses privilégios — incluindo acesso limitado a organizações, atividades lucrativas e bens — criam rendimentos. Ao limitar acesso a esses privilégios, membros da coalizão dominante criam incentivos críveis para cooperarem entre si ao invés de disputarem uns com os outros³.

Ou seja, o regime do “Estado natural” é flagrantemente corrupto. Contudo, essa simplificação esconde os mecanismos sutis que estabilizam esse tipo de ordem social. Ao contrário de uma economia de mercado aberta e competitiva, o objetivo principal de uma economia de busca por privilégios especiais [No texto original, *rentier economy*, ou *rent-seeking*, onde as pessoas usam a política para obterem vantagens econômicas, como proteção tarifária e o crédito subsidiado — N. do T.] não é maximizar a riqueza, mas estabilizar o Estado. O comércio assume a forma de uma justaposição de monopólios que gera rendimentos que o regime concede ou recusa a indivíduos, de acordo com seus próprios critérios. Para impor restrições de acesso aos recursos econômicos e às oportunidades, o regime emprega “especialistas em violência”⁴. Os rendimentos beneficiam uma elite rica, que constitui aproximadamente 20% da população, enquanto os 80% restantes sobrevivem no nível de subsistência. Os subsídios que mantêm o preço de necessidades vitais baixos garantem a aquiescência dessa grande maioria carente.

Os Estados naturais surgem organicamente de uma ordem social mais primitiva baseada em tribos ou “senhores da guerra” e não precisam de uma constituição⁵.



O poder e a influência de uma pessoa dependem da sua lealdade ao regime. As democracias e economias de acesso aberto precisam de constituições, porque seu desenvolvimento depende da cidadania, o conceito de que todos são iguais perante a lei. Como North observou, “A mudança de um Estado natural para uma ordem de acesso aberto é, portanto, uma mudança do mundo de privilégios e trocas pessoais para um ordenamento de direitos e trocas impessoais”⁶. As décadas de operações de estabilidade mostram que essa transformação não é fácil de se fazer ou impor.

Os eventos que hoje descrevemos como “Primavera Árabe” sinalizam uma crise do Estado natural. As manifestações de massa na Tunísia, Líbia, Egito, Iêmen e Síria abalaram as fundações dos regimes políticos que estavam em vigor nesses Estados naturais. Contudo, o resultado desses eventos não foi a erupção da democracia esperada por muitos, mas, em vez disso, um regresso a uma ordem tribal ainda mais primitiva.

A principal causa reside no fato de que os Estados naturais não são competentes em criar riqueza. Seu crescimento econômico é muito mais baixo do que a expansão demográfica de sua população e o crescente

Cambistas afegãos trocam dinheiro em um mercado monetário na Província de Kandahar, 11 Nov 12. Esses mercados fazem uso frequente do *hawala*, um sistema tradicional de transferência de dinheiro usado extensivamente no Oriente Médio e na África, para movimentar grandes quantidades de fundos sem transferi-las fisicamente ou por meio de movimentação bancária por uma instituição financeira formal. Sob tal sistema, um cambista recebe dinheiro de um cliente em uma determinada localidade, que — por meio da cobrança de uma pequena taxa — incumbi um agente em um outro lugar de realizar o pagamento do valor acordado a um destinatário designado. Considerando que o sistema é relativamente informal, finalizado por um mero aperto de mão, torna-se difícil de ser monitorado. Como resultado, é frequentemente usado por terroristas ou outros agentes nefastos para transferir fundos globalmente. (Foto por Ahmad Nadeem, Reuters)

custo da opressão política. Considerando que as elites contam com acesso privilegiado aos setores econômicos, elas não têm incentivo para ficar à frente de possíveis competidores. As ineficiências resultantes inibem o crescimento econômico. Além disso, os subsídios, que são usados para manter o preço de necessidades vitais (e.g., comida) dentro do alcance da grande maioria da população que vive no nível de subsistência, erradicam o emprego nos setores de trabalho mais intensos, como a agricultura e o pequeno comércio varejista. O resultado é o desemprego massivo e a migração das áreas rurais para



os centros urbanos. Por sua vez, isso aumenta o custo de manter as massas no nível de subsistência. Enquanto as populações rurais dependem pesadamente da terra para sobreviver, os moradores urbanos dependem de serviços caros, como sistemas de esgoto, fornecimento de água encanada, eletricidade e coleta de lixo. Considerando que a qualidade desses serviços deixa muito a desejar, os jovens mais empreendedores saem do país. A diáspora resultante proporciona à população restante ideias reformistas sociais e remessas de capitais, levando ao surgimento de organizações de resistência. Consequentemente, os especialistas em violência, dos quais o poder do regime depende, são progressivamente mais sobrecarregados. As manifestações urbanas em massa são muito mais difíceis de reprimir do que os distúrbios rurais⁷.

Da Economia de Busca por Privilégios Especiais para a Economia de Sítio

Essas evoluções não são novas. A guerra civil que devastou a Argélia durante os anos 90 tinha causas semelhantes. No final, o regime prevaleceu porque os rebeldes se esgotaram completamente. Com base nas

Um homem coloca petróleo bruto em um tanque dentro de uma refinaria improvisada na zona rural nos arredores de Aleppo, Síria, 13 Jan 15. Desde o início de sua expansão territorial sobre partes da Síria e do Iraque, o Estado Islâmico (EI) financiou suas atividades, sobretudo, com a extração e refino de petróleo proveniente das áreas produtoras de petróleo que tinha capturado, vendendo-o no comércio local ou exportando-o através da fronteira turca para compradores internacionais. Os proventos foram utilizados para apoiar ações militares e administrar os territórios incorporados ao novo califado. Como resultado, tanto forças russas quanto norte-americanas priorizaram ataques contra as refinarias de petróleo e os comboios de combustível, bem como contra os gabinetes financeiros do EI, a fim de degradar a capacidade do grupo de se autossustentar financeiramente. (Foto por Nour Kelze, Reuters)

recentes operações de sítio, uma combinação autossustentável de combate e comércio tornou-se o novo modelo emergente. O caráter lucrativo da guerra de sítio moderna impede a exaustão dos beligerantes e torna o conflito perene. Em outras palavras, a guerra se perpetua. Isso, também, muda as noções de “vitória” e “derrota” para serem entendidas, respectivamente, como uma conclusão razoavelmente bem-sucedida e o desfecho desastroso da guerra. Durante uma guerra que se perpetua, a vitória significa a prosperidade durante o período das hostilidades; e embora

a destruição de um beligerante ainda equivalha à derrota, isso não põe um fim ao conflito. Contanto que a guerra exista como um modelo de negócios lucrativo, outros beligerantes substituirão aqueles que foram destruídos. Nessa situação, o problema principal da resolução de conflitos é a oposição por *spoilers*. Os *spoilers* podem ser “líderes e partidos que acreditam que a paz emergente ameaça seu poder, visão do mundo e interesses, e empregam a violência para minar as tentativas para se alcançar uma solução negociada”⁸. Suas ações prolongam os conflitos e inflam os requisitos de forças. O Exército está menos preparado para campanhas e operações nas regiões onde as guerras se perpetuam porque é quase impossível permanecer o tempo necessário para “conduzir operações que consolidem os ganhos de outros tipos de operações”⁹.

A fim de conduzir operações nesse tipo de área conflagrada, o Exército precisa desenvolver estratégias que invalidem a “rentabilidade do conflito”, exigindo apenas o desdobramento de uma força militar limitada. Para respaldar essa tese, é necessário analisar a lógica conceitual dos sítios modernos.

Ao longo de toda a História, o objetivo militar da guerra de sítio tem sido forçar uma cidade cercada a se render. Entretanto, os sítios modernos visam a constranger todas as formas de riqueza da área circunvizinha. Os sitiadores modernos operam um conjunto de pontos de bloqueio e controle de estradas e vias urbanas que restringem o transporte de bens dentro e fora desse território. Para motivar os combatentes que guardam os postos de controle, tolera-se a prática de suborno. Considerando que os combatentes se beneficiam pessoalmente, eles defendem seus postos contra qualquer forma de ataque e não os abandonam. Assim sendo, a operação inteira torna-se de baixo risco e de baixo custo, além de requerer muito pouco comando e controle.

Ademais, o sitiante obtém lucro ao “licenciar” contrabandistas. Na Síria, por exemplo, “Empresários podem comprar contratos dos níveis mais altos do regime a fim de assegurar o monopólio efetivo sobre o fornecimento de uma certa mercadoria à área sitiada”¹⁰. Esses contrabandistas trazem produtos vitais, mais baratos, como combustível e comida, e retiram bens caros — como carros ou aparelhos elétricos — da área. Pode-se esperar que as receitas de uma economia durante uma guerra de sítio sejam limitadas, mas isso não ocorre na Síria. Os residentes sitiados são “capazes

de pagar por essas mercadorias como resultado de transferências de dinheiro de parentes ou contatos que vivem fora da área sitiada”¹¹. No Iêmen, os residentes empregam sistemas semelhantes:

Embora o sistema bancário já tenha sido severamente danificado pelos efeitos da guerra, o comércio terrestre é facilitado pelas redes de transferência de dinheiro *hawala* [...] Empresários envolvidos no comércio terrestre coletam rendimentos e divisas dos iemenitas expatriados que esperam enviar dinheiro para casa¹².

Os sistemas modernos de transferência de fundos permitem o fluxo de capital para todas as partes do planeta, incluindo aquelas que se encontram sitiadas.

Paradoxalmente, os sitiados também se beneficiam do cerco. Os contrabandistas precisam de segurança para evitar a pilhagem de suas mercadorias. Os defensores fornecem esse tipo de “serviço” em troca de pagamento. Alguns defensores descobrem oportunidades na prática do contrabando, eles mesmo cavando túneis. Outros desviam ajuda humanitária internacional. Um residente da área de Ghouta descreveu concisamente o caráter transformado da guerra de sítio ao observar:

Não existe um sítio; isso é uma mentira. Como pode ser um sítio quando o chefe do Exército Islâmico [Jaish al-Islam] pode sair e voltar de Ghouta várias vezes este ano e aparecer na Turquia e na Arábia Saudita? [...] Há arranjos em vigor para sugar o melhor desta área, permitindo a certos atores se beneficiarem, enquanto os civis sofrem¹³.

No final, o foco do conflito evoluiu dos objetivos militares aos econômicos.

A economia de guerra de sítio cria novas elites e novas dinâmicas. Ao contrário da economia de busca por privilégios especiais, gerentes não obtêm posições de influência com base em afiliação ao regime. Em uma economia de guerra de sítio, gerentes precisam de habilidades verdadeiras (ou astúcia) no seu negócio. Da mesma forma, confrontada com a ameaça de fome, a população sitiada faz tudo que pode para aumentar sua produtividade. Em um Estado natural funcional, a comida é subsidiada e, assim, o seu cultivo não é lucrativo. Durante um sítio, residentes usam cada metro quadrado de terra arável e transformam os tetos das casas em hortas¹⁴. Os sítios exigem criatividade de todos os atores envolvidos.

Para invalidar o modelo de negócios da guerra de sítio, o Exército precisa descobrir uma maneira para aproveitar essa criatividade e auto-organização libertadas fazendo uso de uma presença militar limitada.

Rompendo o Cerco

A melhor maneira para limitar a presença militar é recusar a responsabilidade pela segurança de uma ampla área na zona de conflito. Embora a segurança de vastas áreas parecesse relevante na doutrina do Exército, conflitos recentes demonstraram que é impossível fornecê-la em grandes espaços densamente povoados¹⁵. Gates percebeu essa realidade no início do seu mandato, quando teve que tomar uma decisão que, posteriormente, considerou uma das mais difíceis de sua carreira: a extensão dos “rodízios de combate do Exército de 12 para 15 meses, incluindo as unidades que tinham passado menos de um ano em casa”¹⁶. O forte crescimento demográfico na África e no Oriente Médio tão somente exacerbará esse cenário. A proliferação de sítios mostra que a guerra terrestre já não diz respeito à segurança de uma área ampla, mas ao controle de fluxos, rotas e entradas. Em um mundo urbanizado, “a regra territorial se torna uma opção, ao invés de uma necessidade estratégica”¹⁷. Isso não significa que o próprio Exército tenha que recorrer a operações de sítio. Pelo contrário, o Exército precisa desenvolver a capacidade de romper os cercos, restabelecendo o livre acesso.

A urbanização e o comércio global já mudaram a geografia sociopolítica. O conceito de “acesso aberto imposto” leva essas mudanças em conta. Deborah Cowen argumenta, “Novas fronteiras de inclusão são elaboradas em torno dos espaços de circulação. Essas ‘canalizações’ de fluxos não apenas substituem as fronteiras do território nacional, como também redefinem as geografias da lei e da violência”¹⁸. Um sentido de inclusão pode ser mais forte em um bairro urbano do que nas áreas rurais adjacentes. A razão é que a circulação de pessoas, informações, bens e capital entre um megabairro urbano e o resto do mundo tornou-se mais importante do que a circulação entre esse bairro e a zona rural vizinha¹⁹.

Ao estabelecer um cerco, as forças hostis modernas restringem o tráfego de pessoas enquanto cortam e, simultaneamente, exploram a conexão física e os vínculos financeiros e informacionais entre as comunidades sitiadas, suas diásporas e a economia global. Por

outro lado, o acesso aberto imposto incentiva o tráfego de pessoas e restaura o vínculo físico entre os bairros e a economia global, ao mesmo tempo reforça o sentido de pertencimento entre as comunidades e suas diásporas.

O controle militar dos pontos de entrada é essencial para o êxito da imposição de livre acesso. A entrada pode ser um porto marítimo, um aeroporto, um núcleo de transporte multimodal ou uma combinação desses três elementos. Suas duas características principais são: (1) o alto nível de segurança na área onde as atividades logísticas ocorrem e (2) o enorme volume logístico ininterrupto que pode ser processado entre a área urbanizada do conflito e a economia global. O controle militar das entradas estabelece as condições materiais para atingir o objetivo principal: “acesso aberto imposto”.

O principal objetivo do acesso aberto imposto é baixar e manter o conflito em um nível de intensidade que pode ser resolvido pelas forças policiais locais. Nas megacidades, é impossível atingir esse objetivo unicamente pelo emprego do poder militar. É, contudo, facilmente alcançável por meio de eficácia administrativa, ou — em outras palavras — políticas públicas urbanas que agradem às pessoas. A maneira para atingir esse propósito é fomentar iniciativas emergentes, a fim de restaurar ou melhorar a prestação de serviços essenciais urbanos. As fontes dessas iniciativas importam menos do que a velocidade e a eficácia na geração de apoio popular. As iniciativas que não conseguem gerar apoio popular, ou pior, requerem proteção militar durante seu desenvolvimento, não são compensadoras. As iniciativas válidas têm por meta tipicamente o fornecimento de serviços essenciais urbanos, segurança social, tratamento de saúde, educação e ascensão social com base no mérito e no hedonismo.

Essas iniciativas podem ser mais bem desenvolvidas por pessoas que estão familiarizadas com a cultura e o idioma locais: os próprios moradores urbanos, refugiados que retornam para seus lares e membros da diáspora. Há apenas três tarefas que precisam permanecer, de fato, dentro do âmbito exclusivo das forças armadas: (1) a proteção dos pontos de entrada, (2) o monitoramento à distância de pontos de controle que limitam a liberdade de movimento e (3) a remoção periódica dos *spoilers*²⁰. As razões para isso são simples. Primeiro, considerando que as megacidades são demasiadamente grandes para conseguir subsistência adequada da zona rural circundante, qualquer interrupção da sua conexão com a

economia global representa uma ameaça vital. Segundo, para permitir o fluxo de mercadorias a partir dos locais de acesso, é necessário garantir a liberdade de movimento entre os pontos de entrada e a cidade. Terceiro, considerando que o acesso aberto imposto depende do aproveitamento da criatividade, que é liberada pela necessidade de sobreviver, as forças militares precisam impor mecanismos que permitam que as pessoas criativas se beneficiem dos seus talentos. Isso implica em remoções periódicas dos *spoilers* que tentam explorar de alguma forma essas iniciativas criativas, transformando-as em uma oportunidade pessoal para obter rendimentos fáceis.

O esforço militar para realizar essas tarefas é muito menor do que o empenho em missões de contrainsurgência e reconstrução nacional, uma vez que os pontos de entrada são a única área onde as forças terrestres devem estabelecer uma presença permanente. A proteção da entrada envolve o fornecimento de segurança e a prevenção de qualquer tipo de interrupção do fluxo de mercadorias que passam por ela. O livre ingresso de mercadorias faz com que seja possível compensar a eficácia administrativa. Financiamento generoso e o influxo contínuo de necessidades vitais, material de construção, máquinas, ferramentas e outros produtos permitirão a rápida reconstrução nas áreas urbanas de conflito, onde a auto-organização leva à eficácia administrativa. A reconstrução proporcionará emprego, progresso visível e esperança por um futuro melhor. Os bairros onde os *spoilers* estão ativos não se sairão bem. Com a falta de financiamento e do fluxo de mercadorias, as condições de vida permanecerão miseráveis. Isso por si só incentivará as pessoas a “votarem com os pés” (i.e., abandonar os bairros deficientes rumo aos mais bem administrados). Por conseguinte, o despovoamento dos antigos bairros isolará os *spoilers* de sua base de recrutamento e apoio.

A remoção dos *spoilers* é um esforço de inteligência conduzido pelas forças armadas para derrotar organizações armadas hostis sem estabelecer uma presença militar permanente na área disputada. Tal operação assume a forma de uma incursão ousada, onde os *spoilers* estão ativos, com o objetivo de eliminar os líderes e destruir sua infraestrutura crítica, como *caches* de armas e instalações de produção de armas. Como toda incursão, é seguida por uma retirada rápida de volta aos pontos de entrada. Por definição, esse esforço não é definitivo porque os *spoilers* derrotados surgirão novamente nas comunidades onde os níveis de disputa permanecem altos. Portanto, é

necessário repetir essa forma de atuação sempre que os *spoilers* atingirem um nível de eficácia militar que lhes permita interromper o processo de reconstrução nas áreas urbanas de conflito, onde os níveis de disputa estão baixos.

Os requisitos civis para o acesso aberto imposto consistem em uma administração urbana no exílio, recrutada entre refugiados e membros da diáspora. Uma administração no exílio é necessária porque a restauração da eficácia administrativa exige a presença de muitas pessoas capazes e determinadas a ficar indefinidamente, ou por anos consecutivos, na área afetada pelo conflito.

Preparação

As capacidades militares necessárias para o acesso aberto imposto não são muito diferentes daquelas que já estão disponíveis atualmente. Para o controle militar dos pontos de entrada, as capacidades consistem em segurança de perímetro, controle de acesso, defesa antimísseis e proteção contra fogos indiretos. Para a proteção à distância de pontos de controle, elas consistem em capacidades de engajamento de precisão à distância. Para a remoção periódica dos *spoilers*, elas consistem em forças blindadas apoiadas por elementos de engenharia de combate.

No entanto, o Exército deve empregar recursos para desenvolver a administração no exílio, a principal capacidade civil para o acesso aberto imposto. Com estreita cooperação entre parceiros interagências, o Exército deve recrutar um número suficiente de refugiados para criar uma robusta capacidade administrativa urbana que poderá ser futuramente desdobrada. Para essa finalidade, as pessoas recrutadas precisam receber treinamento relacionado à execução de obras públicas, prestação de serviços essenciais, policiamento, administração do provimento de saúde e outras habilidades administrativas. Preferivelmente, o treinamento seria fornecido entre grupos da mesma cidade de origem. Assim que as condições militares para o acesso aberto imposto sejam atingidas, essas pessoas poderão voltar e alavancar as iniciativas de auto-organização urbana no pós-conflito²¹.

Conclusão

O rápido incremento demográfico e a urbanização crescente já levaram a uma crise do sistema político que dava sustentação a muitos governos na África, Ásia e Oriente Médio. Contudo, as primeiras indicações da sua “morte” — mais conhecida como a Primavera Árabe — não levaram à democratização, mas a um

novo tipo de guerra de sítio que é lucrativo para todos os beligerantes envolvidos e cria uma situação em que a guerra se perpetua. Essa evolução transforma as regiões densamente povoadas em lugares turbulentos, nos quais o Exército está menos preparado para atuar.

Para vencer esses conflitos, o Exército precisa ser capaz de romper o cerco. Com estreita cooperação entre parceiros interagências, o Exército deve desviar recursos para recrutar refugiados e membros da diáspora das megacidades que são de importância estratégica em países devastados por conflitos armados. Instrução no campo da administração urbana pode transformar

as pessoas recrutadas em um corpo de administração urbana no exílio. Ao impor o controle militar dos pontos de entrada que conectam as megacidades sitiadas à economia global, as forças terrestres podem estabelecer as condições necessárias para o retorno da administração no exílio, bem como o aproveitamento das iniciativas locais de auto-organização urbana. Com a recompensa pela eficácia administrativa urbana proveniente de financiamento, expertise e material de construção, as forças terrestres e a administração que retorna do exílio podem traçar um caminho para a paz ao fazer com que ela se torne mais lucrativa do que a guerra. ■

Referências

1. Robert M. Gates, "Secretary of Defense Speech" (speech, U.S. Military Academy, West Point, NY, 25 Feb. 2011), acesso em: 18 out. 2018, <http://archive.defense.gov/Speeches/Speech.aspx?SpeechID=1539>.
2. Ibid.
3. Douglass C. North, John Joseph Wallis e Barry R. Weingast, "Violence and the Rise of Open-Access Orders", *Journal of Democracy* 20, no. 1 (January 2009): p. 55–68.
4. Ibid.
5. Douglass C. North, John Joseph Wallis e Barry R. Weingast, "The Natural State: The Political-Economy of Non-Development", UCLA International Institute, March 2005, acesso em: 18 out. 2018, <http://international.ucla.edu/media/files/PERG.North.pdf>.
6. Ibid.
7. Ao contrário das inquietações rurais, as manifestações em massa urbanas podem ter o efeito de uma "corrida ao banco do poder". Veja Talcott Parsons, *Sociological Theory and Modern Society* (New York: Free Press, 1967), cap. 9. "A coerção é como a reserva de um banco. Contanto que as demandas sejam limitadas, a reserva pode ser efetivamente distribuída aos poucos. Quando ocorrer uma corrida ao banco, contudo, a reserva é rapidamente sobrecarregada".
8. Stephen John Stedman, "Spoiler Problems in Peace Processes", in *International Conflict Resolution after the Cold War*, ed. Paul C. Stern e Daniel Druckman (Washington, DC: The National Academies Press, 2000), p. 178.
9. Army Doctrine Reference Publication 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 2017), p. 1-8.
10. Will Todman, "Sieges in Syria: Profiteering from Misery", Middle East Institute [MEI] Policy Focus 2016-14 (Washington, DC: MEI, 14 June 2016), acesso em: 19 out. 2018, https://www.mei.edu/sites/default/files/publications/PF14_Todman_sieges_web_0.pdf.
11. Ibid.
12. Peter Salisbury, *Yemen: National Chaos, Local Order* (London: Chatham House, 2017), p. 26, acesso em: 19 out. 2018, <https://www.chathamhouse.org/publication/yemen-national-chaos-local-order>.
13. Residente de Douma, citado em in Rim Turkmani et al., *Countering the Logic of the War Economy in Syria: Evidence from Three Local Areas* (London: London School of Economics and Political Science, 30 Jul. 2015), p. 36–37, acesso em: 19 out. 2018, <http://www.securityin-transition.org/wp-content/uploads/2015/08/Countering-war-economy-Syria2.pdf>.
14. Kerina Tull, *Agriculture in Syria* (Leeds, UK: University of Leeds Nuffield Centre for International Health and Development, 26 June 2017) acesso em: 19 out. 2018, <https://gssd.mit.edu/search-gssd/site/agriculture-syria-61425-fri-10-13-2017-1436>.
15. Army Doctrine Publication 3-0, *Unified Land Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2011 [obsoleto]), p. 6. "Tanto as operações ofensivas, defensivas quanto as de estabilização requerem uma combinação de manobra de armas combinadas e de segurança de área ampla; nenhuma das competências centrais é adequada independentemente".
16. Gates, "Secretary of Defense Speech".
17. Deborah Cowen, *The Deadly Life of Logistics: Mapping Violence in Global Trade* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014), p. 51.
18. Ibid., p. 4.
19. A proximidade usada para facilitar a relação entre uma cidade e a área rural adjacente. Desde o advento das telecomunicações e do transporte marítimo em contêineres, isso já não é válido. Hoje, é mais fácil para alguém que mora em uma megacidade africana se comunicar com um parente que emigrou para a Europa do que falar com um tio que ainda mora na aldeia de origem de sua família. Também, é mais barato para as pessoas locais comprarem uma camisa enviada de um *sweatshop* (fábrica com péssimas condições de trabalho) na Ásia do que comprar uma que é produzida por costureiros locais, embora o algodão fosse cultivado em campos africanos.
20. Considerando que os sitiantes estabelecem seus pontos de controle fora da área sob seu controle, eles são vulneráveis a ataques a distância.
21. International Organization for Migration, "Over 600,000 Displaced Syrians Returned Home in First 7 Months of 2017", comunicado à imprensa, 11 Jul. 2017, acesso em: 18 out. 2018, <https://www.iom.int/news/over-600000-displaced-syrians-returned-home-first-7-months-2017>. Os refugiados têm mais vontade de voltar do que muitas pessoas imaginam. Em 2017, por exemplo, mais de 600.000 sírios deslocados voltaram para casa.



Oficial de operações cibernéticas observa integrantes do 175º Grupo de Operações Cibernéticas analisando arquivos e fornecendo uma atualização de ameaças cibernéticas, na Base Aérea da Guarda Nacional Warfield, Middle River, Maryland, 03 Jun 17. (Foto por J. M. Eddins Jr., Força Aérea dos EUA)

Segurança Cibernética Social

Um Requisito Emergente de Segurança Nacional

Ten Cel David M. Beskow, Exército dos EUA
Kathleen M. Carley, Ph.D.

A segurança cibernética social é um subdomínio emergente da segurança nacional que afetará todos os níveis da guerra do futuro, tanto convencional quanto não convencional, com claras implicações estratégicas. A segurança cibernética social “é uma área científica emergente, focada na ciência para caracterizar, entender e prever mudanças intermediadas pela cibernética no comportamento humano e seus resultados sociais, culturais e políticos. Destina-se também à construção da infraestrutura cibernética necessária para a sociedade manter seu caráter essencial em um ambiente informacional afetado por condições variáveis e ameaças cibernéticas sociais reais ou iminentes”¹. Nos dias de hoje, a tecnologia capacita tanto atores estatais quanto não estatais a manipularem o “mercado global de crenças e ideias” à velocidade de algoritmos, e isso está transformando

o campo de batalha em todos os níveis da guerra.

Recentemente analisada pela ótica da “guerra híbrida”, a guerra da informação está se tornando um fim em si mesma. Dmitry Kiselev, o coordenador da agência

O Ten Cel David Beskow, do Exército dos EUA, é doutorando pela School of Computer Science na Carnegie Mellon University. É bacharel em Engenharia Civil pela Academia Militar dos Estados Unidos, em West Point, e mestrado em Investigação Operacional pela Naval Postgraduate School. Durante sua carreira, serviu como comandante de tropa na 82ª Divisão Aeroterrestre e na 4ª Divisão de Infantaria. Como analista de sistemas de pesquisa operacional (ORSA, na sigla em inglês), serviu como professor assistente em West Point e no Comando de Inteligência e Segurança do Exército dos EUA. Sua pesquisa atual desenvolve algoritmos de aprendizado de máquina para detectar e caracterizar *bots on-line* e as campanhas de desinformação habitadas por eles.

Kathleen M. Carley, Ph.D., é professora de computação social na School of Computer Science da Carnegie Mellon University. É bolsista IEEE, diretora do Center for Computational Analysis of Social and Organizational Systems (CASOS), e CEO da companhia Netanomics. Foi vencedora do Simmel Award da International Network for Social Network Analysis (2011) e vencedora do National Geospatial-Intelligence Agency Academic Award da GEOINT (Inteligência geoespacial – 2018).

estatal russa de notícias internacionais, observa que “as guerras de informação são [...] o principal tipo de guerra”². A informação é usada para fortalecer a narrativa de quem a manipula, enquanto ataca, interrompe, distorce e divide a sociedade, a cultura e os valores de outros Estados e organizações antagônicas. Ao enfraquecer a confiança nas instituições nacionais, no consenso sobre os valores nacionais e na dedicação a esses valores por toda a comunidade internacional, um determinado ator pode vencer a próxima guerra antes mesmo de sua deflagração. De fato, refletindo uma mudança de conflito episódico para a competição contínua, oficiais do mais alto escalão do Estado-Maior russo já afirmaram que “As guerras não são declaradas, mas já se iniciaram”³.

O papel da informação dentro dos elementos do poder nacional está se tornando cada vez mais importante. A estratégia se apoia nos quatro elementos do poder nacional: diplomático, informacional, militar e econômico (DIME). Atualmente, a tecnologia permite que atores estatais e não estatais estendam seu poder no domínio informacional em uma escala e complexidade até então consideradas impossíveis. Se não nos atentarmos para tal fato, uma “*blitzkrieg* informacional” terá efeitos estratégicos semelhantes à *blitzkrieg* física desencadeada pelos alemães no início da Segunda Guerra Mundial.

Embora seja uma atividade técnica por natureza, a segurança cibernética social se diferencia da segurança cibernética usual. A forma tradicional está associada a pessoas que usam a tecnologia para “hackear” tecnologia. Os sistemas de informações são o alvo. A segurança cibernética social envolve humanos que usam a tecnologia para “hackear” outros humanos. Ou seja, os alvos são pessoas e a sociedade da qual fazem parte. Essa distorção do paradigma cibernético tradicional, às vezes, é chamada de “hacking cognitivo”. Enquanto se vale do meio cibernético para a difusão em massa, essa guerra de informação emergente explora os avanços em marketing direcionado (ou micromarketing); os recursos da psicologia e da persuasão; as lacunas políticas existentes entre instituições privadas e governamentais; e o entendimento das ciências sociais para empregar operações de informação coordenadas visando a alcançar efeitos estratégicos.

A segurança cibernética social é uma ciência social computacional multidisciplinar. “As teorias emergentes se fundem à ciência política, sociologia, ciência

da comunicação, ciência organizacional, marketing, linguística, antropologia, investigação forense, ciência da decisão e psicologia social”⁴. Muitos pesquisadores desse novo campo aproveitam as ferramentas das ciências sociais computacionais, como análise de redes, análise espacial, análise semântica e aprendi-

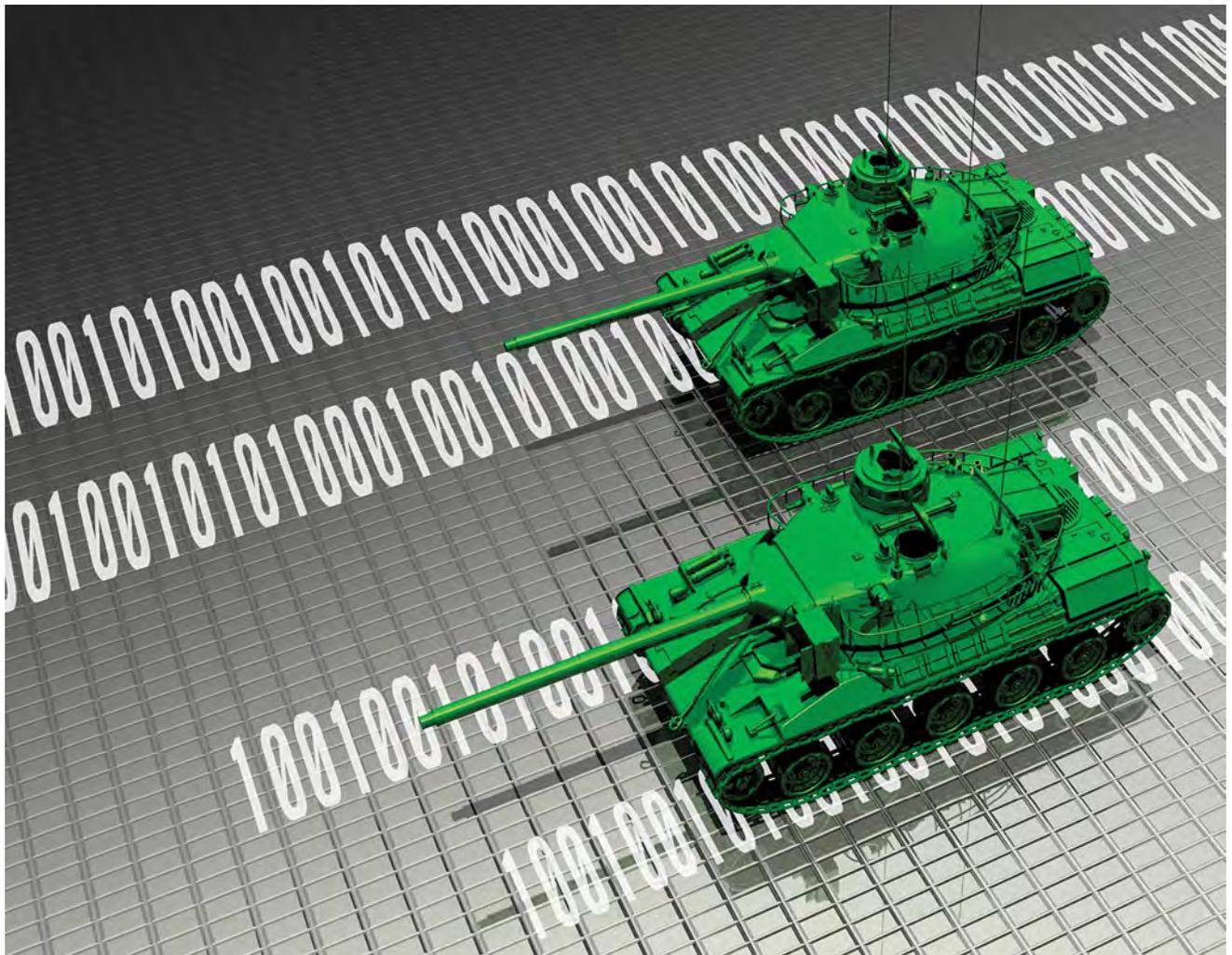
Estados Unidos entendam essa disciplina emergente denominada segurança cibernética social e como ela impacta nossa força, nossa nação e nossos valores⁵. O presente artigo irá discorrer sobre essa nova disciplina, discutindo de forma sucinta seu histórico e as mudanças sociotecnológicas que a capacitam. Por

“ Uma “*blitzkrieg* informacional” terá efeitos estratégicos semelhantes à *blitzkrieg* física desencadeada pelos alemães no início da Segunda Guerra Mundial. ”

zado de máquina. Esses recursos são empregados em múltiplos níveis, do indivíduo à sua comunidade.

Para o Departamento de Defesa “prover a segurança do nosso país e manter a influência norte-americana no exterior”, faz-se necessário que os líderes militares dos

fim, abordaremos as “formas de manobra” atuais e futuras da segurança cibernética social. Ao longo de todo o texto, procuraremos destacar as semelhanças e diferenças entre a segurança cibernética social e as operações cibernéticas tradicionais.



(Gráfico por victorhabibick via Adobe Stock)

Antecedentes: A *Blitzkrieg* Informacional Russa

A Rússia está travando a mais incrível blitzkrieg informacional que já vimos na história da guerra de informação.

—Ten Brig Ar Philip Breedlove, reunião de cúpula da OTAN no País de Gales em 2014⁶

O sistema de propaganda russo, por muito tempo direcionado para sua própria sociedade e para os Estados satélites da antiga União Soviética, visa atualmente a alcançar alvos no exterior. No ano de 2013, em seu famoso artigo “O Valor da Ciência Está na Previsão”, o Gen Valery Gerasimov definiu a guerra da informação como um componente importante da estratégia russa daqui para frente⁷. Embora o Ocidente tenha interpretado o texto de forma retrospectiva, associando-o ao conflito na Ucrânia, e atribuindo-lhe erroneamente a responsabilidade pelo advento da guerra híbrida no âmbito do exército russo, o artigo do Gen Gerasimov era, na realidade, sua perspectiva pessoal acerca da Primavera Árabe, bem como das operações dos EUA na Iugoslávia, Iraque e Afeganistão⁸. De acordo com seu ponto de vista, a Primavera Árabe e as coalizações lideradas pelos EUA no Oriente Médio dependeram sobremaneira de recursos que extrapolavam as capacidades disponíveis nas forças militares convencionais para moldar eventos, referindo-se especialmente às operações de informação. As forças militares foram introduzidas no último momento, apenas, como um golpe de misericórdia.

Após estudar esses conflitos, Gerasimov buscou acelerar as iniciativas referentes à guerra da informação que já estavam em curso, declarando: “A guerra da informação abre amplas possibilidades assimétricas para reduzir o potencial de combate do inimigo”⁹. Essas atividades estavam alinhadas com as tradicionais operações russas da KGB (Comitê de Segurança do Estado), conhecidas como “medidas ativas”. O Gen Bda Oleg Kalugin as descreveu como “medidas ativas para enfraquecer o Ocidente, abrindo brechas de todos os tipos nas alianças existentes na comunidade ocidental, particularmente na OTAN, semeando discórdia entre os aliados; enfraquecendo os Estados Unidos aos olhos dos povos da Europa, Ásia, África e América Latina; e, assim, criando condições favoráveis no caso de uma eventual guerra”¹⁰. A citação de Kalugin ressalta um dos papéis críticos da teoria da *blitzkrieg* informacional russa, que é abrir “brechas” em todas as fissuras possíveis, fraturando uma nação ou uma coalizão.

Isso inclui a exploração de cismas entre partidos políticos, raças, religiões, sociedades, forças armadas e alianças internacionais. Uma nação fraturada é, inerentemente, um país menos apto a se defender de uma agressão externa.

As tendências emergentes nas operações de informação russas são construídas a partir de uma longa história de operações de propaganda legada da era soviética. Em 1951, o então professor de direito Harold Lasswell resumiu a essência da máquina de propaganda soviética, da qual o sistema de segurança da Federação Russa de hoje é herdeiro:

O principal objetivo estratégico [da propaganda soviética] é economizar os recursos materiais necessários para proteger e expandir o poder da elite russa dentro e fora do país. A propaganda se torna, assim, sob o ponto de vista soviético, uma disputa pela mente das pessoas, pois não passa de uma disputa pelo controle dos meios materiais pelos quais, se acredita, as mentes das massas são moldadas. Portanto, o propósito da propaganda russa não é a persuasão pacífica da maioria do povo de um dado país, como prelúdio de uma assunção do poder. Em vez disso, a propaganda é concebida como instrumento de uma minoria que precisa sobreviver ideologicamente até que consiga acumular os meios materiais necessários para obter um consenso [...] os propagandistas soviéticos e seus agentes podem mentir e distorcer os fatos sem nenhum tipo de comedimento interno, porque são imunes em sua maioria às alegações de violação da dignidade humana em qualquer outro sentido, exceto a dignidade de [...] contribuir para o poder presente e futuro da elite do Kremlin¹¹.

Essa abordagem geral perdura até os dias de hoje, construindo um pequeno núcleo de poder russo, enquanto divide todas as organizações e instituições que lhe são antagônicas por meio do uso contínuo da desinformação. Porém, atualmente, a tecnologia permite que isso aconteça em uma escala e alcance inimagináveis para os padrões de 1951.

O Estado russo aborda isso de forma empírica. Desde 2003, a Academia de Ciências Russa tem conduzido pesquisas básicas para desenvolver modelos matemáticos sofisticados acerca da guerra da informação e sua aplicabilidade na sociedade. Seus pesquisadores combinam as ciências sociais e a



Alexander Malkevich, 03 Mar 12. (A. Khmeleva via Wikimedia Commons)

Alexander Malkevich, um tecnólogo residente em Moscou, criou o website www.USAreally.com, antes das eleições estaduais de 2018 nos EUA¹². Sua missão era disseminar uma narrativa distorcida, promovendo agitação e discordância entre o povo dos EUA, por meio das principais agências de notícias norte-americanas ou fontes complementares aos veículos convencionais. A *descrição* pessoal que consta de sua conta no Twitter declara: “Jornalista. Homem de mídia. Uma pessoa interessada na vida, que não teme trabalhar nas regiões da Rússia e em nome da Rússia”¹³. Malkevich pode ser considerado um tecnólogo político.

Mudança no Centro de Gravidade Estratégico

O início do Século XX testemunhou as guerras mais simétricas e cinéticas de toda a história da humanidade. O Século XXI, por sua vez, começou com vários conflitos assimétricos e não cinéticos, decorrentes de décadas de competição durante a Guerra Fria. No decurso da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, as nações sacrificaram centenas de milhares de vidas por alguns poucos metros de terreno físico. Hoje, muitos atores desenvolvem planos complexos para conquistar lentamente “metros” no domínio humano com ramificações no domínio físico.

A geografia ainda exerce grande importância na atualidade. Os dois maiores eixos de segurança dos Estados Unidos continuam sendo os oceanos Pacífico e Atlântico¹⁴. A Crimeia foi anexada pela Rússia, sobretudo, em face da relevância estratégica do porto de Sebastopol no Mar Negro (bem como por suas implicações energéticas)¹⁵. A instabilidade no Afeganistão continuará sendo, em parte, alimentada por sua localização geográfica¹⁶. Ou seja, a geografia é, e sempre será, importante. No entanto, pode-se afirmar que vários fatores, incluindo a tecnologia, já inclinaram o pêndulo para as dimensões humana e informacional.

Essa mudança para o domínio humano e informacional foi profundamente debatida no âmbito das Forças Armadas dos EUA durante a Guerra Contra o Terror. Após anos de debate, parece que a maioria dos

modelagem matemática para produzir estudos como “Mathematical Modeling of Rumors and Information Propagation in Society” (“A Modelagem Matemática de Rumores e da Propagação de Informação na Sociedade”, em tradução livre). Embora esses artigos aleguem uma conotação defensiva, presume-se que possam ser empregados também nas operações ofensivas.

Tais operações são sincronizadas por um quadro, cada vez maior, de tecnólogos políticos. Ou seja, líderes, tanto dentro quanto fora do governo, que entendem a natureza interdependente dos domínios humano, político, militar e tecnológico. Valendo-se desse entendimento dos “múltiplos domínios”, eles desenvolvem e coordenam as ações para moldar o ambiente, explorando os domínios cibernético e tecnológico para afetar os domínios social, político e militar. Por exemplo,

profissionais concordou com a afirmação de um artigo, de 2009, publicado pelo *Small Wars Journal*: “Uma das mudanças mais significativas que as Forças Armadas dos EUA precisam fazer para se tornarem eficazes nas operações de contrainsurgência é retirar os centros de gravidade estratégicos dos aspectos físicos e colocá-los nos aspectos humanos da guerra”¹⁷. Embora essa assertiva seja aceita em contextos de contrainsurgência, ainda não sabemos como essa mudança para o domínio humano afeta as operações de combate em larga escala.

A ideia do povo como centro de gravidade assumiu um novo significado após a Primavera Árabe, na medida em que movimentos populares descentralizados, capacitados pela tecnologia da informação, se organizaram e derrubaram regimes autocráticos em diferentes países do mundo Árabe. Esses eventos abalaram o Norte da África e o Oriente Médio e têm sido estudados por líderes tanto no Leste quanto no Ocidente. A onda de distúrbios internos colocou em evidência o valor da dimensão humana, bem como o poder das mídias sociais, para mobilizar as massas. Muitos artigos publicados em revistas especializadas já analisaram esses movimentos, com foco específico nas mídias sociais que os tornaram viáveis. Até mesmo o artigo, de 2013, do General Gerasimov no *Military-Industrial Courier* da Rússia, estudado no Ocidente como a gênese da *guerra híbrida* ou do *conflito na zona cinza*, nada mais é do que sua reflexão pessoal acerca da Primavera Árabe (bem como dos conflitos no Iraque, Afeganistão e Iugoslávia). Ao contrário do que muitos sugerem, não foi uma tentativa do General russo de criar um novo tipo de guerra¹⁸.

Múltiplos atores estatais e não estatais observaram as mudanças em curso e começaram a explorar a ideia de manipulação desses movimentos no espaço cibernético. Muitos Estados e atores não estatais já têm experiência com a manipulação do seu próprio povo ou organização por meio de operações de informação, e agora buscam estender essa experiência a fim de atingir outras populações e sociedades¹⁹. Ataques diretos contra o tecido social, o verdadeiro centro de gravidade de uma nação, produzem efeitos massivos sobre os níveis tático e estratégico da guerra, e constituem a gênese desse domínio emergente denominado segurança cibernética social.

Capacitando Mudanças

Duas mudanças na comunicação humana e no fluxo de informações na sociedade já proporcionaram o surgimento de ameaças cibernéticas à estrutura social

de uma nação. Primeiro, a tecnologia da informação tornou dispensável o requisito da proximidade física para influenciar a sociedade, e a descentralização dos fluxos de informação tem reduzido os custos de entrada. De acordo com Fabio Rugge, do Italian Institute for International Political Studies, “O ciberespaço é um poderoso multiplicador dos efeitos desestabilizadores da informação manipulada porque permite alta conectividade, baixa latência (rápida transmissão), baixo custo de entrada, múltiplos pontos de distribuição sem intermediários e quase total indiferença quanto a distâncias físicas e fronteiras nacionais. Mais importante ainda, o anonimato e a incapacidade de atribuir corretamente a responsabilidade por um ataque fazem com que o espaço cibernético seja o domínio da ambiguidade”²⁰.

Descentralização. Ao longo dos últimos 30 anos, observamos como os fluxos de informação rapidamente se descentralizaram. Historicamente, governos, grandes organizações e alguns canais de notícias controlavam a maioria da cobertura midiática formal por meio de radiodifusão, imprensa escrita e televisão. Essas organizações eram responsáveis pelo fluxo de informações e, em geral, o distribuíam uniformemente por toda a sociedade. Hoje, com o surgimento de blogs, microblogs e redes sociais, a maioria das pessoas obtém informação de uma maneira desuniforme nas mídias sociais²¹. Atualmente, é possível veicular, com relativa facilidade, informações a baixo custo de entrada, incentivo financeiro para criar conteúdo viral e anonimato. Essa descentralização, por si só, já é capaz de proporcionar o ingresso de atores externos com pouquíssimos requisitos.

O controle de qualidade relativo ao fluxo de informação é hoje descentralizado. Atualmente, a veracidade dos fatos é realizada no nível do próprio usuário em detrimento do crivo jornalístico. Os usuários, muitos dos quais cresceram em uma época na qual as notícias eram em sua maioria confiáveis, atualmente não estão preparados para “filtrar” as notícias que misturam verdade e mentira, especialmente, se as distorções da realidade são previamente planejadas para validar as parcialidades embutidas na notícia.

O modelo de negócios do jornalismo tradicional requer a verdade. Jornalistas perdem seu emprego e as agências de notícias perdem clientes se estão continuamente erradas. O modelo de negócios das mídias sociais, prioritariamente centrado na publicidade e no fluxo geral de dados, não depende tanto da verificação dos fatos. No entanto, isso

está mudando aos poucos, como observado no declínio do preço das ações do Twitter e do Facebook em agosto de 2018. A queda dos valores foi atribuída, em grande medida, ao lento crescimento enquanto retiravam de suas plataformas contas que propagavam notícias falsas.

Embora legisladores em todo o mundo tentem descobrir uma forma de normatizar e centralizar o controle, isso envolve algum tipo de censura e ameaça à liberdade de expressão. Em alguns casos, pode resultar em caos absoluto, especialmente se as empresas de mídias sociais são requeridas a fornecer uma função na própria plataforma que permita aos usuários apontar informações falsas ou maliciosas. Se um usuário qualquer pode acessar esse tipo de função por uma interface de programação de aplicação (API, na sigla em inglês) ou por uma interface *on-line*/móvel, então os mesmos *bots* [uma conta de

mídia social que usa um computador para automatizar as tarefas do aplicativo — N. do T.] responsáveis pelas notícias falsas podem marcar todos os tipos de conteúdo verdadeiro como falso à velocidade de algoritmos, causando exponencialmente danos ainda maiores.

Presença física desnecessária. Durante a maior parte da história, influência requeria presença física ou, pelo menos, proximidade física. Para influenciar um debate no Fórum Romano, centro nervoso daquela sociedade, por exemplo, um ator ou representante qualquer tinha que estar dentro do fórum, ou pelo menos, em Roma, claramente identificado e ativo nas negociações. Existiam operações clandestinas, mas até elas exigiam a presença física. Esse requisito durou até a primeira metade do Século XX, ocasião em que as operações de radiodifusão e panfletagem surgiram,

Tabela. O Modelo BEND para Descrever as Formas de Manobra da Segurança Cibernética Social

	Manobra de Informação		Manobra de Rede	
	Manipulação das redes de conhecimento		Manipulação das redes sociais	
	Coisas que se pode fazer para afetar o que está sendo discutido		Coisas que se pode fazer para afetar quem fala e quem escuta	
Positivo	Engajar	Discussão que traz à tona um assunto relacionado relevante	Respaldar	Ações que aumentam a importância do líder ou formador de opinião
	Explicar	Discussão que fornece maiores detalhes ou aprofunda o assunto	Construir	Ações que criam um grupo ou a aparência de um grupo
	Excitar	Discussão que traz alegria/felicidade/ânimo/entusiasmo ao grupo	Transpor	Ações que conectam dois ou mais grupos
	Aprimorar	Discussão que incentiva o grupo a continuar com o assunto	Aumentar	Ações que ampliam o tamanho do grupo ou o fazem parecer maior
Negativo	Dispensar	Discussão sobre a irrelevância do assunto	Neutralizar	Ações que limitam a eficácia do líder de opinião, reduzindo o número de pessoas que o acompanham, replicam ou participam de suas redes sociais
	Distorcer	Discussão que altera a mensagem principal do assunto	Implodir	Ações que levam ao desmantelamento do grupo
	Desmotivar	Discussão sobre um assunto que trará preocupação/tristeza/raiva ao grupo	Isolar	Ações que levam à separação do grupo de outros grupos
	Distrair	Discussão sobre um tema totalmente diferente e irrelevante	Degradar	Ações que reduzem o tamanho do grupo ou o fazem parecer menor do que ele realmente é

(Tabela pelos autores)

não exigindo a presença física direta, mas, não obstante, requerendo algum nível de proximidade. Mesmo as poderosas operações de propaganda russas se restringiam ao Leste Europeu e à Ásia, devido a limitações geográficas. Porém, a internet eliminou essa exigência. Afinal, a maioria das sociedades integra-se em ambientes *on-line* livres com acesso irrestrito, permitindo que atores se engajem no domínio cibernético a partir dos recantos mais longínquos do planeta, ignorando as fronteiras nacionais.

Nações que valorizam a liberdade de expressão e possuem mercados abertos para opiniões e ideias são mais vulneráveis a esse tipo de ameaça²². Isso se torna bem evidente no caso da Coreia do Norte, indiscutivelmente a nação mais fechada do mundo. O país é, em grande parte, imune à manipulação social pela internet. A presença física ou a proximidade, ainda são necessários para influenciar diretamente a sociedade norte-coreana.

A vulnerabilidade das sociedades abertas diante da manipulação social pela tecnologia é exacerbada pelo fato de que a maioria das campanhas de informação estratégica pode ser lançada nas plataformas globais de mídias sociais que são privadas e, portanto, se encontram fora da supervisão direta dos governos (embora existam normas e regulamentos). Ainda que todas as empresas de mídia social censurem o conteúdo em sua plataforma, o propósito se restringe geralmente em proporcionar melhor serviço para o maior número de usuários ao redor do planeta, sem qualquer fim de segurança nacional em nenhum país. Tomar partido em qualquer assunto, quase sempre, é ruim para os negócios porque aliena uma parte da clientela. Presume-se que a censura governamental de conteúdo não seja imparcial e infrinja a liberdade de expressão defendida por esses mesmos governos. Existem esforços promovidos por entidades externas a fim de censurar conteúdo, mas até hoje, essas iniciativas têm tido um enfoque restrito e são facilmente contornadas. O “Social Science One” (“Ciência Social Um”, em tradução livre), por exemplo, é uma parceria inovadora entre pesquisadores acadêmicos, indústria privada e financiamento proveniente de todo o espectro político, destinada a facilitar a pesquisa feita por entidades externas sobre os dados disponíveis nas mídias sociais, enquanto mantém a privacidade individual. Porém, esforços como esse ainda são incipientes.

Formas de Manobra Sociocibernética

Assim como os domínios físico e cibernético tradicional, o domínio sociocibernético oferece múltiplas “formas de manobra”. Nesse domínio, um adversário pode manipular a *informação* bem como a *rede*. Essas redes podem ser redes sociais (Sarah e Peter são *amigos*), redes de conversa (Sarah *replica* a Peter) ou redes informacionais (ambos Sarah e Peter compartilham o hashtag #OTAN).

As formas de manobra BEND. O estado final desejado para as operações de informação varia. As operações de informação tradicionais visam a aumentar o apoio para a narrativa que nos interessa e reduzir o apoio à contranarrativa. Outras operações simplesmente têm por propósito aumentar a agitação e reduzir a confiança interna, independentemente da narrativa. Essa agitação se destina a criar fissuras em uma sociedade. Sejam quais forem, esses estados finais desejados se enquadram no modelo “BEND” de manobra informacional (como visto na Tabela)²³.

As formas de manobra BEND descrevem como um ator pode manipular o mercado de crenças, ideias e informação. As formas de manobra são construídas a partir das “ações táticas” dispensar, distorcer, desanimar e distrair introduzidas por Ben Nimmo no Atlantic Councils Digital Forensic Research Lab²⁴. O modelo BEND caracteriza as formas de manobra por polaridade, identificando se o alvo é a *informação* ou a *rede*.

Manobra de informação. A manobra de informação é a manipulação da informação, bem como o fluxo ou a relevância da informação no ciberespaço. Exemplos da manobra de informação incluem:

- **Desorientação.** Introdução de assuntos polêmicos não relacionados a um tópico de discussão, afim de desviar o foco da conversa.
- **Hashtag latching.** Vinculação de conteúdo e narrativas não relacionados a determinados assuntos e hashtags.
- **Cortina de fumaça.** Disseminação de conteúdo (tanto forma semântica quanto geográfica) para dissimular outras operações.
- **Thread jacking.** Interromper agressivamente ou cooptar uma conversa *on-line* produtiva.

Manobra de rede. A manobra de rede é a manipulação da própria rede. Nessas manobras, um adversário ataca uma rede social (uma rede social *on-line*

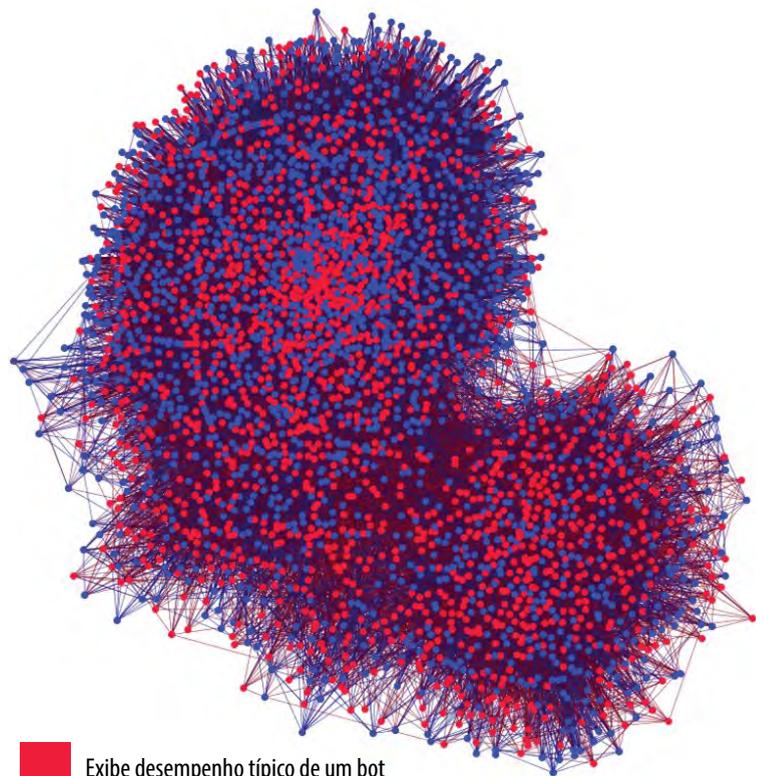
é a projeção de ligações sociais e de debates na dimensão cibernética). Exemplos da manobra de rede inclui o seguinte:

- Cooptação de um líder ou formador de opinião. Obter acesso e reconhecimento de um líder de opinião *on-line* e valer-se de sua influência para disseminar uma narrativa específica.
- Construção de comunidade. Criar uma comunidade em torno de um tópico, ideia ou *hobby* e depois inserir uma narrativa no grupo. Esse recurso foi empregado na Ucrânia ao construir comunidades de jovens do sexo masculino em torno de contas de compartilhamento de conteúdo próprio para adultos, para em seguida inserir retórica antiucraniana e pró-russa nessas redes.
- Transposição de comunidades. A contaminação de ideias de um grupo para outro. Nesse caso, duas comunidades são identificadas, “A e B”. O adversário tem por objetivo inserir determinadas ideias no grupo A, por meio do grupo B. Infiltra-se no grupo B e, depois, lentamente acrescenta-se tuitos ou compartilha ideias com o grupo A, trazendo, aos poucos, as ideias do grupo B para o grupo A.
- Noção falsa generalizada. Cria-se a falsa noção de que uma determinada ideia ou crença representa o consenso das massas e, portanto, deve ser aceita por todos.

Bots como Multiplicadores de Força

Dentro do contexto das operações de informação, *bots* são empregados cada vez mais como multiplicadores do poder de combate. Eles aproveitam o aprendizado de máquina e a inteligência artificial para conduzir as trocas de informações visadas com oportunidade e em grande escala, enquanto deixam o diálogo crítico mais sutil para operadores humanos. Nesse contexto, os atores humanos são frequentemente chamados de “trolls”, para diferenciá-los dos recursos computacionais que fazem isso automaticamente (i.e., “bots”).

Um *bot* pode ser definido como uma conta de mídia social que usa um computador para automatizar as tarefas do aplicativo. Por exemplo, no ambiente do



■ Exibe desempenho típico de um bot
■ Exibe desempenho normal

(Figura dos autores)

Figura. Envolvimento de Bots na Discussão Política Principal no Twitter em Relação à Recente Eleição na Suécia

Twitter, uma conta *bot* pode automaticamente enviar tuitos, repassar tuitos, acompanhar, adicionar amigos, replicar, citar e “gostar”. O usuário de um *bot* pode recorrer a meios criativos para gerar conteúdo, juntando fragmentos de outras fontes disponíveis na internet e resumi-los automaticamente; repassando tuitos de conteúdo existente; manipulando o conteúdo de outros usuários ou criando seu próprio conteúdo por meio da combinação de contribuições humanas e de inteligência artificial. Ao produzir seu próprio conteúdo, o criador do *bot* pode manipular o momento de sincronização do tuitto para parecer obra de um ser humano. Se isso não for importante, ele pode conduzir milhares de ações todos os dias. Finalmente, esses *bots* são distribuídos em redes de *bots* (às vezes chamadas “exércitos” de *bots* ou *bots* “coordenadores”) onde adicionam amigos, seguem uns aos outros e se promovem mutuamente para parecerem mais populares do que realmente são.

Os *bots* são usados para uma enorme variedade de propósitos, criando efeitos que podem ser positivos, inconvenientes ou maliciosos. Alguns exemplos do bom uso de *bots* incluem assistentes pessoais e contas que notificam o público sobre desastres naturais. Os *bots* inconvenientes disseminam spam com assuntos que variam desde publicidade comercial a conteúdo para adultos. Os *bots* maliciosos são aqueles tipicamente utilizados com fins de propaganda, supressão de dissidência, intimidação e infiltração e/ou manipulação de redes²⁵.

Embora frequentemente tentemos distinguir o uso de uma conta por um *bot* ou um humano, podem existir diversos recursos automatizados associados a uma única conta. Muitas delas não são totalmente automatizadas, isto é, as ações não são controladas integralmente por computador. Pessoas podem contribuir para um “diálogo sutil” enquanto a máquina executa tarefas automatizadas em grande escala. Porém, quando os *bots* são combinados com inteligência artificial, eles realizam um grande volume de sofisticadas operações à velocidade de algoritmos (veja a Figura).

Conclusão

Uma guerra de nova geração será dominada pela guerra psicológica e informacional, que buscará obter um controle superior ao das tropas e das armas, minando, moral e psicologicamente, os exércitos inimigos e seu povo. Na contínua revolução das tecnologias da informação, as guerras psicológica e informacional prepararão, em grande medida, o caminho para a vitória.

—*Military Thought* russo, 2013²⁶

Pode-se argumentar que a maior fraqueza estratégica de qualquer país é interna, não externa. Os líderes precisam entender melhor o conceito de segurança cibernética social, a fim de evitar que as vulnerabilidades internas sejam manipuladas por forças externas. Nós, como líderes militares, precisamos entender que uma das linhas de esforço de uma *blitzkrieg* informacional será abrir uma brecha de desconfiança entre nós e a sociedade que protegemos, bem como entre a liderança civil que nos lidera. Uma instituição sem credibilidade não receberá investimentos adequados, será subutilizada e terá um desempenho insatisfatório.

Se uma das nossas missões principais é “manter a influência norte-americana no exterior”, então

precisamos descobrir nosso papel em promover os valores dos EUA nesse mercado internacional de crenças e ideias, como parte de um esforço interações coordenado. Esse esforço vai desde a interação *on-line* a um simples aperto de mão de um comandante de pelotão desdobrado no exterior.

Os líderes militares precisam adotar políticas e estratégias que proporcionem liberdade de manobra em ambientes informacionais relevantes. Um recente relatório de operações de informação da RAND Corporation concluiu que o Departamento de Defesa precisa mudar suas políticas para permitir a manobra ética dentro do domínio informacional em sua plenitude²⁷. A maioria dos adeptos da segurança cibernética social (tanto os criadores quanto os defensores dos *bot*) usa as API e tecnologia de fonte aberta para acessar e manobrar no ambiente virtual de dados. Em outras palavras, as API são a porta de entrada tanto para as operações cibernéticas sociais ofensivas quanto as defensivas. Nas Forças Armadas, as normas e as autoridades que regulam o acesso às API são severamente restritas para algumas organizações enquanto não são bem definidas para outras. Precisamos de políticas ágeis que fomentem a iniciativa em um ambiente informacional dinâmico enquanto protegem a privacidade de indivíduos bem intencionados e permaneçam dentro dos limites da autoridade que compete ao Departamento de Defesa.

Em resumo, precisamos educar diretamente nossa Força e informar indiretamente nossa sociedade sobre a natureza descentralizada do moderno ambiente informacional e os riscos que nele existem. Precisamos, também, difundir os métodos e os meios para filtrar individualmente fatos e opiniões que assimilamos e que inadvertidamente permitimos que moldem nossas crenças e atitudes. Precisamos desenvolver uma abordagem multidisciplinar para a segurança cibernética social. Precisamos buscar remover qualquer brecha de desconfiança artificialmente criada entre as Forças Armadas e a sociedade que defendemos. Temos que definir o papel do Departamento de Defesa no esforço interações para se contrapor à *blitzkrieg* informacional que enfrentamos hoje. A segurança cibernética social é uma disciplina imprescindível para o futuro próximo. ■

Este trabalho foi apoiado, em parte, pelo Office of Naval Research (ONR) Multidisciplinary University Research Initiative Award N000141812108, Office of Naval Research Minerva Awards N00014-13-1-0835/N00014-16-1-2324, e pelo Center for

Computational Analysis of Social and Organization Systems (CASOS). As opiniões e conclusões expressas neste artigo são de inteira responsabilidade dos autores e não correspondem necessariamente às posições oficiais do ONR ou do governo dos EUA.

Referências

1. Kathleen M. Carley et al., "Social Cyber-Security", in *Social, Cultural, and Behavioral Modeling: 11th International Conference, SB-P-BRIMS 2018*, Washington, DC, USA, July 10–13, 2018, *Proceedings*, ed. Halil Bisgin et al. (New York: Springer, 2018), p. 389–94.
2. Joshua Yaffa, "Dmitry Kiselev Is Redefining the Art of Russian Propaganda", *The New Republic* (website), 1 Jul. 2014, acesso em: 14 nov. 2018, <https://newrepublic.com/article/118438/dmitry-kiselev-pu-tins-favorite-tv-host-russias-top-propogandist>.
3. Stephen Townsend, "Accelerating Multi-Domain Operations: Evolution of an Idea", Modern War Institute at West Point, 23 Jul. 2018, acesso em: 14 nov. 2018, <https://mwi.usma.edu/accelerating-multi-domain-operations-evolution-idea/>; Valery Gerasimov, "The Value of Science is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying Out Combat Operations", *Military Review* 96, no. 1 (January-February 2016): p. 23–29.
4. Carley et al., "Social Cyber-Security".
5. "Legacy Homepage", U.S. Department of Defense, acesso em: 16 nov. 2018, <https://dod.defense.gov/>.
6. Peter Pomerantsev, "Russia and the Menace of Unreality: How Vladimir Putin is Revolutionizing Information Warfare", *The Atlantic* (website), 9 Sep. 2014, acesso em: 14 nov. 2018, <https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/09/russia-putin-revolutionizing-information-warfare/379880/>.
7. Gerasimov, "The Value of Science is in the Foresight".
8. Charles K. Bartles, "Getting Gerasimov Right", *Military Review* 96, no. 1 (January-February 2016): p. 30–38.
9. Ibid.
10. Steve Abrams, "Beyond Propaganda: Soviet Active Measures in Putin's Russia", *Connections: The Quarterly Journal* 15, no. 1 (2016): p. 5–31.
11. Harold D Lasswell, "The Strategy of Soviet Propaganda", *Proceedings of the Academy of Political Science* 24, no. 2 (1951): p. 66–78.
12. Tim Johnson, "Exclusive: 'Little Russian Media Project' Tries to Turn America against Itself", McClatchy, última atualização 10 Jun. 2018, acesso em: 21 dez. 2018, <https://www.mcclatchydc.com/news/nation-world/national/national-security/article213403299.html>.
13. Alexander Malkevich (@McCevich), "Jornalista. Homem de mídia. Uma pessoa interessada na vida. E ele não tem medo de trabalhar nas regiões da Rússia. E em nome da Rússia [em russo]", Twitter, acesso em: 21 dez. 2018, <https://twitter.com/McCevich>.
14. Peter Zeihan, *The Accidental Superpower: The Next Generation of American Preeminence and the Coming Global Disorder* (New York: Twelve, 2014).
15. John Biersack e Shannon O'Lear, "The Geopolitics of Russia's Annexation of Crimea: Narratives, Identity, Silences, and Energy", *Eurasian Geography and Economics* 55, no. 3 (2014): p. 247–69.
16. Robert D. Kaplan, "The Revenge of Geography", *Foreign Policy*, no. 172 (2009): p. 96–105.
17. James A. Gavrilis, "A Model for Population-Centered Warfare: A Conceptual Framework for Analyzing and Understanding the Theory and Practice of Insurgency and Counterinsurgency", *Small Wars Journal*, 10 May 2009, acesso em: 14 nov. 2018, <https://smallwarsjournal.com/blog/journal/docs-temp/241-gavrilis.pdf>.
18. Bartles, "Getting Gerasimov Right".
19. Lasswell, "The Strategy of Soviet Propaganda".
20. Fabio Rugge, "Mind Hacking: Information Warfare in the Cyber Age", Analysis No. 319, Italian Institute for International Political Studies, 11 Jan. 2018, acesso em: 14 nov. 2018, <https://www.ispionline.it/en/publicazione/mind-hacking-information-warfare-cyber-age-19414>.
21. Elisa Shearer e Jeffrey Gottfried, "News Use Across Social Media Platforms 2017", Pew Research Center, 7 Sep. 2017, acesso em: 14 nov. 2018, <https://www.journalism.org/2017/09/07/news-use-across-social-media-platforms-2017/>.
22. Robert F. Baumann, "A Central Asian Perspective on Russian Soft Power: The View from Tashkent", *Military Review* 98, no. 4 (July–August 2018): p. 50–63.
23. O acrônimo "BEND" (em inglês) se deriva das 16 formas de manobra apresentadas na Tabela: quatro começam com a letra "B", quatro com "E", quatro com "N" e quatro com "D".
24. Ben Nimmo, "Anatomy of an Info-War: How Russia's Propaganda Machine Works, and How to Counter It", *Central European Policy Institute* 15 (2015).
25. Cristian Lumezanu, Nick Feamster e Hans Klein, "#bias: Measuring the Tweeting Behavior of Propagandists", *Proceedings of the Sixth International Conference on Weblogs and Social Media* (Palo Alto, CA: The AAAI Press, 2012), p. 210–17; John-Paul Verkamp e Minaxi Gupta, "Five Incidents, One Theme: Twitter Spam as a Weapon to Drown Voices of Protest" (apresentação de estudo, 3rd USENIX Workshop on Free and Open Communication on the Internet, Washington, DC, 13 Aug. 2013), p. 1–7; Rosie Alfatlawi, "Thousands of Twitter Bots Are Attempting to Silence Reporting on Yemen", *Al Bawaba: The Loop*, 22 Nov. 2017, acesso em: 16 nov. 2018, <https://www.albawaba.com/loop/original-saudi-bots-yemen-suffering-1051564>; Matthew Benigni e Kathleen M. Carley, "From Tweets to Intelligence: Understanding the Islamic Jihad Supporting Community on Twitter", in *Social, Cultural, and Behavioral Modeling: 9th International Conference, SBP-BRIMS 2016*, Washington, DC, USA, June 28–July 1, 2016, *Proceedings*, ed. Kevin S. Xu et al. (New York: Springer, 2016), p. 346–55.
26. Sergey G. Chekinov e Sergey A. Bogdanov, "The Nature and Content of a New Generation War", *Military Thought* 4 (2013): p. 12–23.
27. William Marcellino et al., "Monitoring Social Media: Lessons for Future Department of Defense Social Media Analysis in Support of Information Operations" (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2017).

Nenhum "Crime Comum"

Uma Abordagem Alternativa
para o Controle de Zonas
Conflagradas e Áreas
Densamente Urbanizadas ao
Redor do Planeta

Cel Eugenia K. Guilmartin,
Exército dos EUA





Uma favela na área Jogeshwari-Goregaon East, nos subúrbios da megacidade de Mumbai, Índia, 10 Out 14. (Maciej Dakowicz via Alamy)

Raramente, nosso planeta se mostrou um lugar tão pacífico como agora. Mesmo com conflitos terríveis em países como Congo, Síria e Iêmen, as guerras entre e dentro de Estados estão se tornando menos comuns e menos mortíferas. Contudo, uma ameaça sombria se aproxima. Algumas cidades do mundo em desenvolvimento correm o risco de serem devoradas pelo assassinato.

—*The Economist*

Sendo o Estado dissolvido em razão de alguma de suas “enfermidades”, não seria mais possível garantir a paz e a proteção dos indivíduos que firmaram o pacto social. Em razão disso, voltariam os homens a ter a liberdade (direito natural) de se protegerem por meio de quaisquer recursos que lhes aprouverem.

—Thomas Hobbes, *O Leviatã*

Hoje, o Exército dos EUA se defronta com um mundo complexo e incerto. Seus soldados obtiveram grande experiência operacional ao longo dos últimos 15 anos, mas não se sabe onde ou quando serão requeridos para lutar novamente. Ao mesmo tempo, a instituição inteira está passando por uma profunda reformulação — os componentes da doutrina, organização, treinamento/instrução, material, liderança, educação, pessoal, instalações físicas e políticas adotadas (DOTMLPF-P, na sigla em inglês) encontram-se submetidas a uma análise minuciosa. Dentro desse contexto, os líderes do Exército se preparam para o futuro, identificando as ameaças mais evidentes e mais perigosas, assim como os ambientes operacionais mais prováveis, como as áreas densamente urbanizadas, por exemplo¹. Para aqueles que se perguntam “em que áreas turbulentas ou “hotspots” ao redor do mundo o Exército está menos preparado para ser empregado?”, a resposta já está embutida na própria pergunta. Atualmente, não estamos bem preparados para *nenhuma* das ameaças mais prováveis. Procuramos respostas organizadas por *local*, buscando diligentemente por zonas conflagradas, nações hostis e Estados falidos, em detrimento da identificação das tendências globais. Embora um estudo sério das ameaças com poder de combate equivalente seja necessário — incluindo as operações de combate em larga escala que se inserem nos mais letais de todos os cenários possíveis — nossa busca por lugares e espaços cria um ponto cego que nos leva a perder de vista o mais importante fator de instabilidade: o crime. Os limites,

fronteiras e características fisiográficas não são importantes para criminosos que exploram outros em benefício próprio. A América Latina é um bom exemplo de uma região que sofre com a nossa falta de atenção. Como *The Economist* observou em abril de 2018:

A América Latina, que possui apenas 8% da população mundial, representa 38% dos assassinatos criminosos do planeta. A carnificina na região chegou a cerca de 140.000 pessoas no último ano, mais do que foi perdido em todas as guerras por todo o mundo em quase todos os anos deste século².

Embora seja tentador desconsiderar os efeitos globais do “crime comum” nos países em desenvolvimento, enquanto mantivermos o Exército focado apenas nas ameaças com poder de combate equiparado e nos atores patrocinados por Estados, continuaremos a enfrentar a insegurança global sem solução.

Reconsiderando o Projeto das Megacidades

A questão que envolve as megacidades, isto é os núcleos urbanos com 10 milhões de habitantes ou mais, veio à tona com a publicação, em 2013, de *Out of the Mountains* (“Fora das Montanhas”, em tradução livre) de David Kilcullen, um especialista em contrainsurgência³. Em um artigo, de 2012, Kilcullen ofereceu sua visão de um ambiente operacional futuro marcado por três “megatendências”: (1) a urbanização e a migração em massa para as megacidades, (2) a “litoralização” (i.e., o crescimento explosivo das cidades costeiras com portos marítimos) e (3) a conectividade das populações por meio de tecnologias de comunicações mais acessíveis⁴. Kilcullen demonstrou preocupação com as áreas em desenvolvimento da Ásia, América Latina e África⁵. Ele advertiu:

Esses dados [das Nações Unidas] mostram que as cidades costeiras serão inundadas por uma onda humana que as obrigarão a absorver — em menos de 40 anos — quase todo o aumento da população mundial desde o início da História documentada até 1960. Além disso, praticamente toda essa urbanização ocorrerá nas áreas menos desenvolvidas do planeta, por definição os menos preparados para lidar com isso: uma receita para conflito e crises em saúde, educação, governança, alimento, energia e abastecimento de água⁶.

Considerando a escala e a abrangência do cenário mencionado acima, não surpreende o fato de que estrategistas militares começaram a estudar minuciosamente as áreas densamente urbanizadas. Infelizmente, as discussões subsequentes se ativeram em torno de soluções materiais e do terreno fisiográfico em vez de pessoas. O Grupo de Estudos Estratégicos do Comandante do Exército abordou as megacidades em seu relatório, de 2014, “Megacities and the United States Army: Preparing for a Complex and Uncertain Future” (“Megacidades e o Exército dos Estados Unidos: Preparando para um Futuro Complexo e Incerto”, em tradução livre)⁷. Esse projeto fez muitas perguntas relevantes, mas se manteve centrado, principalmente, no terreno⁸.

O novo Manual de Campanha 3-0, *Operações* (FM 3-0, *Operations*), fez pouco para aperfeiçoar nosso entendimento acerca do impacto do crime na segurança global. A atual doutrina reconhece que, “Inimigos empregarão táticas convencionais, terror, atividade criminosa e guerra de informação para dificultar ainda mais as operações”⁹. No entanto, o FM 3-0 menciona o crime apenas sete vezes, e sempre em um contexto no qual as ameaças criminosas fazem parte de uma operação de combate de maior envergadura¹⁰. Nossas narrativas atuais contrastam com o que sabemos sobre a América Latina. Essa região não é considerada, atualmente, um *hotspot* ou uma área conflagrada, contudo seus índices de urbanização e criminalidade são uma preocupação global. A revista *The Economist* ressalta que, já em 2000, mais de 75% da América Latina morava em áreas urbanas — aproximadamente duas vezes a proporção verificada na Ásia e na África¹¹. A urbanização incontida resulta em mais instabilidade, e a história da América Latina serve como alerta para outras regiões:

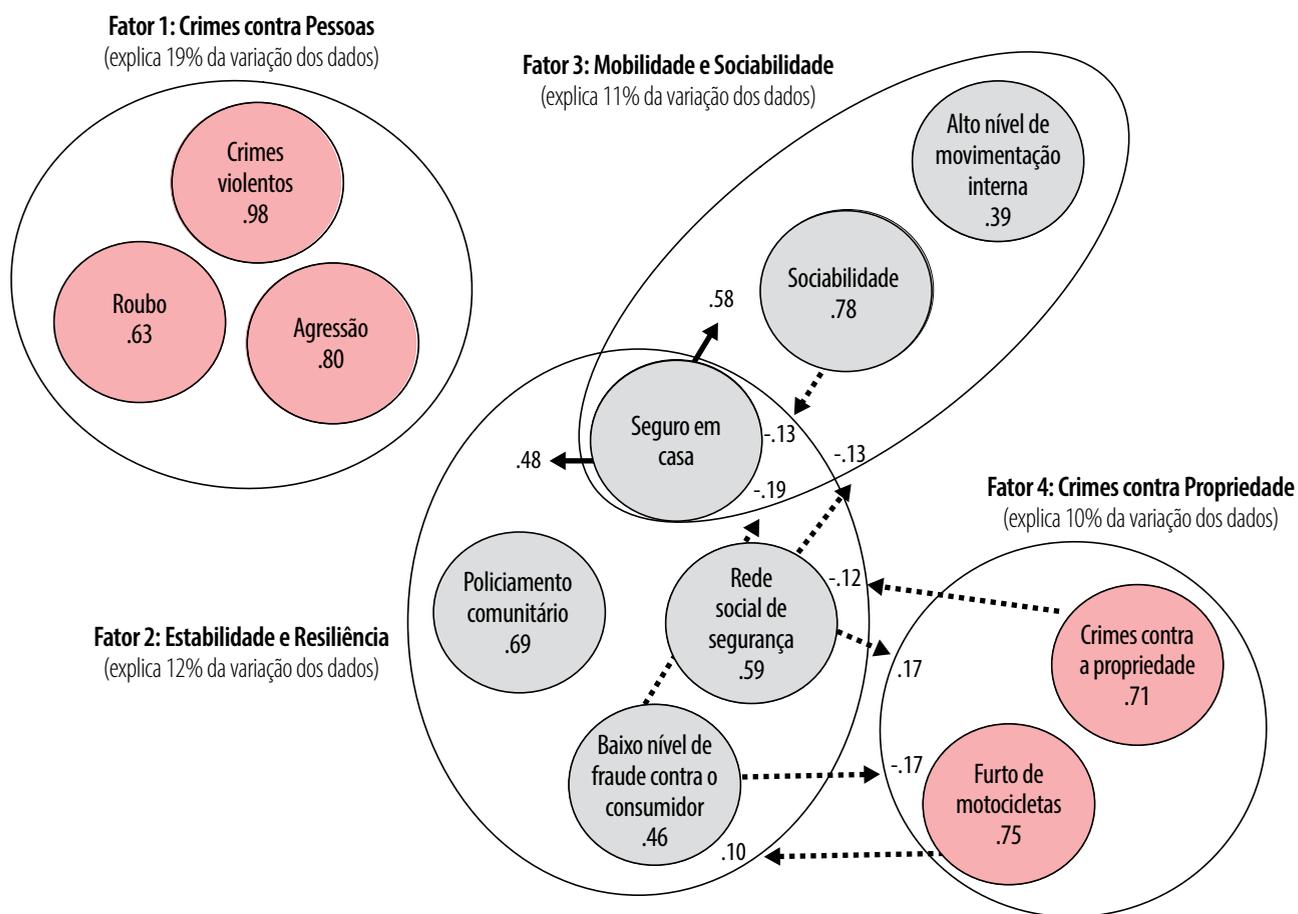
Embora também tenha reunido os fatores necessários para o crescimento econômico, o êxodo rural concentrou nas cidades os fatores de risco para incremento da violência letal — desigualdades socioeconômicas, população masculina jovem e desempregada, famílias deslocadas, serviços governamentais deficientes e facilidade de acesso a armas de fogo. Na medida em que outros países em desenvolvimento alcançam o mesmo nível de urbanização da América Latina, torna-se do interesse nacional entender os vínculos existentes entre

o processo de urbanização e o crescimento da criminalidade, e quais formas de policiamento são melhores para enfrentar o problema¹².

Análises Minuciosas dos Dados Criminosos

Para entender os temores e as necessidades básicas de segurança de pessoas comuns nos países em desenvolvimento, precisamos nos esforçar para entender o crime nessas comunidades. O Estudo de Vitimização do Crime Internacional (International Crime Victimization Study — ICVS), apoiado pelo Instituto Inter-regional das Nações Unidas para Pesquisas sobre Crime e Justiça, realizou, no ano de 2000, uma série de pesquisas de opinião padronizadas “nível cidade” na Europa Central e Oriental, África, América Latina e Ásia. Mais de 53 mil entrevistados foram indagados em sua língua nativa sobre suas experiências com crimes, como furto de veículos automotivos, agressão, agressão sexual e roubo; sua satisfação com a polícia; percepções sobre a segurança na comunidade; razões para denunciar ou não os crimes; além de informações sociais, econômicas e demográficas¹³. O mérito dessa pesquisa de opinião foi descobrir crimes que não seriam, de outra maneira, incluídos nos arquivos governamentais, em virtude da ausência de registros por se tratar, muitas vezes, de crimes de menor gravidade; acervo deficiente de ocorrências policiais; corrupção de órgãos policiais e do poder judiciário; e vergonha, medo ou culpa dos entrevistados. Embora o ICVS não seja perfeito, o criminologista Irshad Altheimer declara que a pesquisa é “atualmente a fonte mais ampla e confiável de dados de vitimização do crime em diversas nações”¹⁴.

A Cel Eugenia K. Guilmartin, da Polícia do Exército dos EUA, é atualmente o subcomandante da Escola de Polícia do Exército dos EUA em Fort Leonard Wood, Missouri. É bacharel pela Academia Militar dos EUA, em West Point, mestre pelo Naval War College e doutora em Ciência Política pela Stanford University. Já serviu na Alemanha, nos Bálcãs, na Coreia, no Iraque e no Afeganistão, conduzindo orientações em policiamento e em operações de detenção em presídios, controle de detidos e operações de apoio de segurança e mobilidade. É membro da Associação Internacional de Chefes de Polícia e da Midwest Political Science Association.



(Figura do autor. Fonte: International Crime Victimization Survey, 2000)

Figura 1. Fatores do Crime e da Vida nos Países em Desenvolvimento

O que as pesquisas de opinião podem nos esclarecer sobre a insegurança em todo o planeta? Dentre os dados coletados pela pesquisa do ICVS, em 2000, consta a incidência de roubos e assaltos durante o último ano, bem como os índices de todos os crimes violentos dos quais os indivíduos se tornaram vítimas (incluindo roubo e agressão sexual). A pesquisa abordou o furto de motocicletas e outros roubos. Embora, a princípio, o roubo talvez não parecesse impactar severamente a segurança, as motocicletas são um importante meio de comércio e de transporte nas megacidades congestionadas e nas nações em desenvolvimento. O furto de uma moto, *tuk-tuk* (triciclo indiano) ou lambreta pode ser um evento significativo na vida de alguém que depende dele para seu sustento financeiro. O ICVS perguntou há quanto tempo os entrevistados moravam em suas comunidades (um indicador de fluxos populacionais); com qual frequência saíam durante a noite para ir a um restaurante, boate ou bar (um indicador

de sociabilidade); se as pessoas foram vítimas de fraudes contra o consumidor; quão útil lhes parecia a polícia (confiança no policiamento comunitário); quão bem as pessoas pensavam que os membros da comunidade local cuidavam uns dos outros (e.g., uma rede de segurança social); e quão seguras as pessoas se sentiam em suas casas durante a noite.

Para melhor entender a vida nos países em desenvolvimento, esta autora utilizou um software estatístico a fim de analisar as respostas de todas as 53 mil pessoas entrevistadas, buscando com isso identificar fatores específicos. Foram encontrados quatro fatores principais, conforme mostra a Figura 1.

O Fator 1, “Crimes contra Pessoas”, diz respeito aos crimes violentos, tráfico de drogas e crimes comuns aos quais Kilcullen fez referência em seu trabalho. As experiências pessoais de vitimização dos entrevistados encontram-se intimamente associadas a esse fator e incluem roubo, agressão e outros crimes violentos.

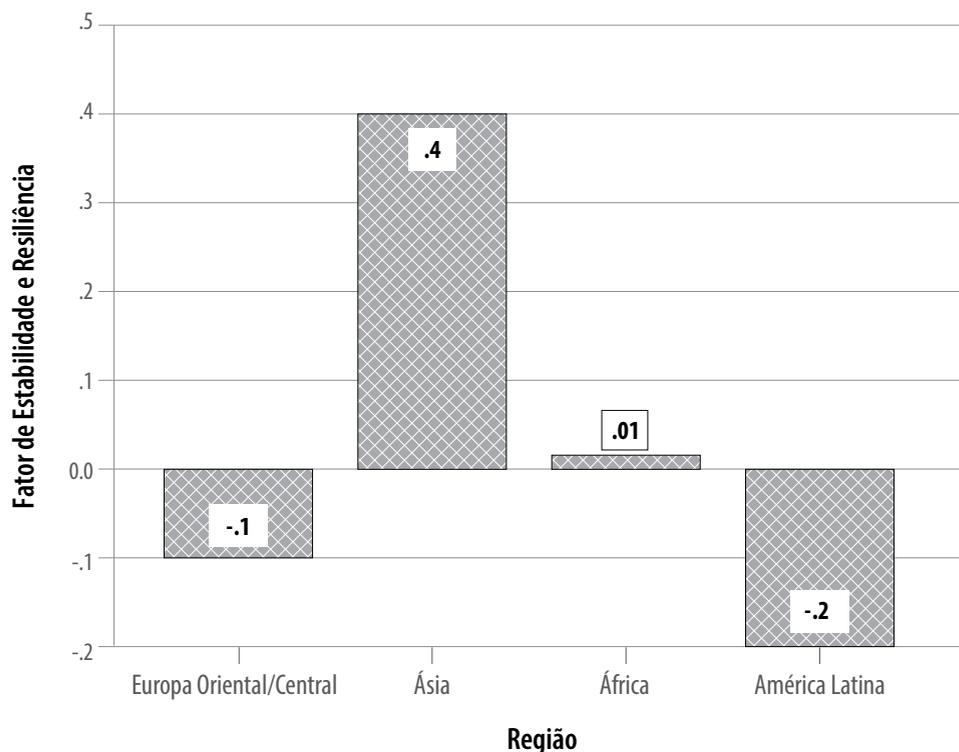
O Fator 2, “Estabilidade e Resiliência,” demonstra forte relação entre a existência de uma “rede de segurança social,” “sentimento de segurança em casa durante a noite,” “confiança no policiamento comunitário” e baixos níveis de “crime contra o consumidor.” O Fator 3, “Mobilidade e Sociabilidade,” se refere à vida urbana jovem e pulsante nas cidades em desenvolvimento. Os entrevistados com alta pontuação nesse fator exibiram, também, altos níveis de mudança de domicílio [O que sugere a inexistência de espaços urbanos segregados — N. do T], “sociabilidade” e “segurança em casa durante a noite”. Curiosamente, relatos de “sentimento de segurança em casa durante a noite” são significativos tanto para o fator de Estabilidade e Resiliência quanto o fator de Mobilidade e Sociabilidade. Isso se revela, portanto, um poderoso indicador da segurança de uma comunidade. O Fator 4, “Crimes contra a Propriedade,” está relacionado obviamente aos relatos de crimes contra a propriedade, incluindo o furto de motocicletas.

Em geral, esses quatro fatores são interessantes. Diferentes tipos de crime se aglomeram no Fator 1 — representando crime e instabilidade — mas essas experiências negativas

parecem não estar relacionadas, tampouco depender, dos outros sentimentos e percepções de segurança. Além disso, os Crimes contra Pessoas (i.e., crimes violentos) não estão diretamente relacionados aos Crimes contra Propriedade, como os pequenos crimes ou roubos. O fator de Mobilidade e Sociabilidade engloba muitas das características que esperamos encontrar em um morador de uma área densamente urbanizada. Contudo, essas pessoas relatam, com frequência, elevada confiança de estarem seguras em casa durante a noite — algo que parece não ser consenso para os

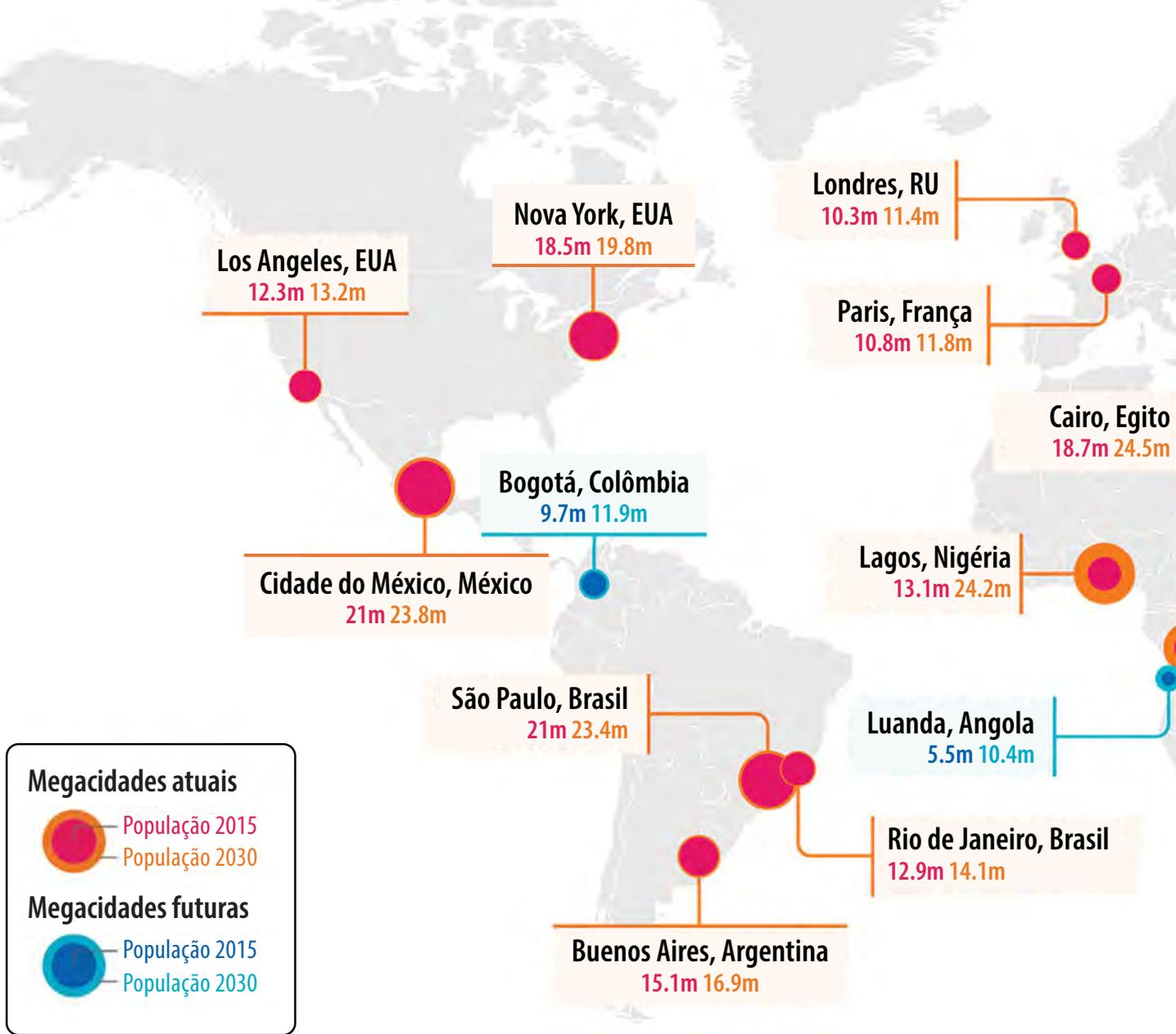
países em desenvolvimento. O fator de Estabilidade e Resiliência mostra uma concentração de diferentes variáveis que medem a relação entre o cidadão e a sociedade, expressando confiança ou o descrédito na economia, na polícia e na própria comunidade. Esse fator é especialmente interessante porque ele não apenas demonstra uma relação entre o sentido de segurança e a confiança em outros membros da sua coletividade, mas também oferece soluções viáveis específicas: melhorias no policiamento e redução de fraude.

Uma análise dos dados sugere, também, que nossos focos regionais atuais na Ásia, África e Europa talvez não contemplem as áreas de maior necessidade. A Figura 2 mostra a pontuação total da Estabilidade e Resiliência por região. Tanto a Ásia quanto a África ficam na média ou acima da média. Os residentes asiáticos — mesmo aqueles em áreas de desenvolvimento, como Manila — se destacam positivamente nesse quesito. O que chama a atenção é a baixa pontuação para os entrevistados na América Latina e na Europa Oriental/Central. Embora essa análise seja preliminar, ela mostra como um exame do crime pode influenciar a estratégia.



(Figura do autor. Fonte: International Crime Victimization Survey, 2000)

Figura 2. A Média do Fator de Estabilidade e Resiliência por Região

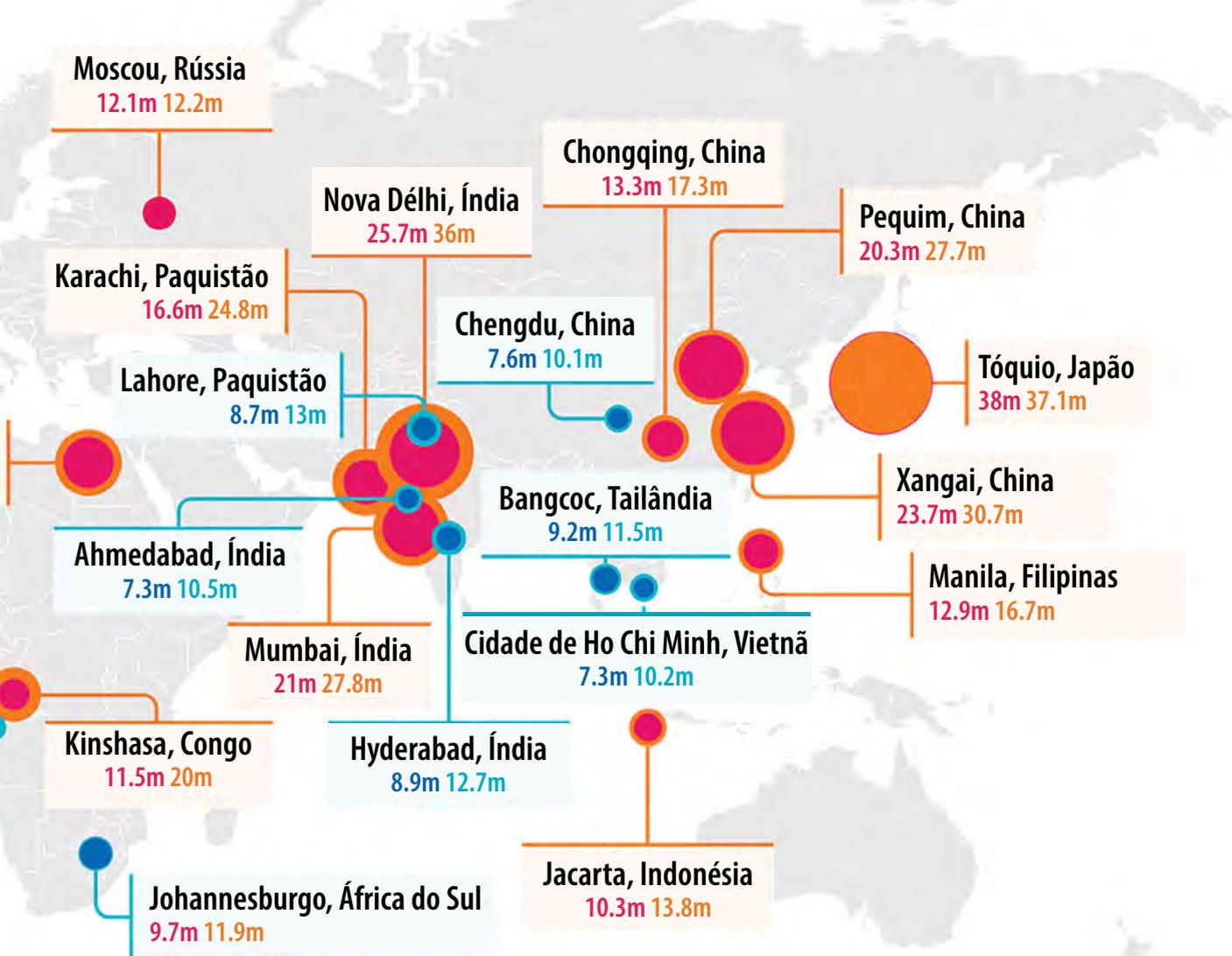


Recomendações de Financiamento e Prontidão

Conforme o Exército comece a reconsiderar mais o impacto do crime e das ameaças híbridas no futuro, quatro recomendações preliminares se sobressaem.

Aumentar a especialização regional. Ao longo dos últimos 15 anos, o Exército já introduziu várias iniciativas para promover a especialização regional, incluindo assessores culturais incorporados nas unidades, a iniciativa Afghanistan-Pakistan Hands Program [Gerentes financeiros das Forças Singulares dos EUA que são treinados nas culturas afegã e paquistanesa e seus processos e sistemas de gerenciamento financeiro — N. do T.], a estrutura de “alinhamento regional” das forças e as novas brigadas

de assistência às forças de segurança. Iniciativas como essas valem a pena, se são adequadamente financiadas? Essa pesquisa sugere que sim. Uma estratégia eficaz deve desenvolver relações contínuas entre unidades dos EUA e seus parceiros nacionais, ampliando familiaridade com culturas diferentes, fomentando confiança e aumentando a prontidão de ambas as partes. Uma estratégia eficaz também mantém e estende aquilo que é conhecido como “Fase 0” (Moldar) das operações conjuntas para promover a estabilidade, moldar o ambiente operacional, dissuadir adversários e prover uma base de conhecimento relativa à vida da população local. Tais operações de “modelagem” permitem uma escalada mais rápida ao combate, se necessário (i.e., transição para a “Fase 3”



(Figura usada com a permissão de www.allianz.com. Fonte: World Urbanization Prospects, 2014 Revision)

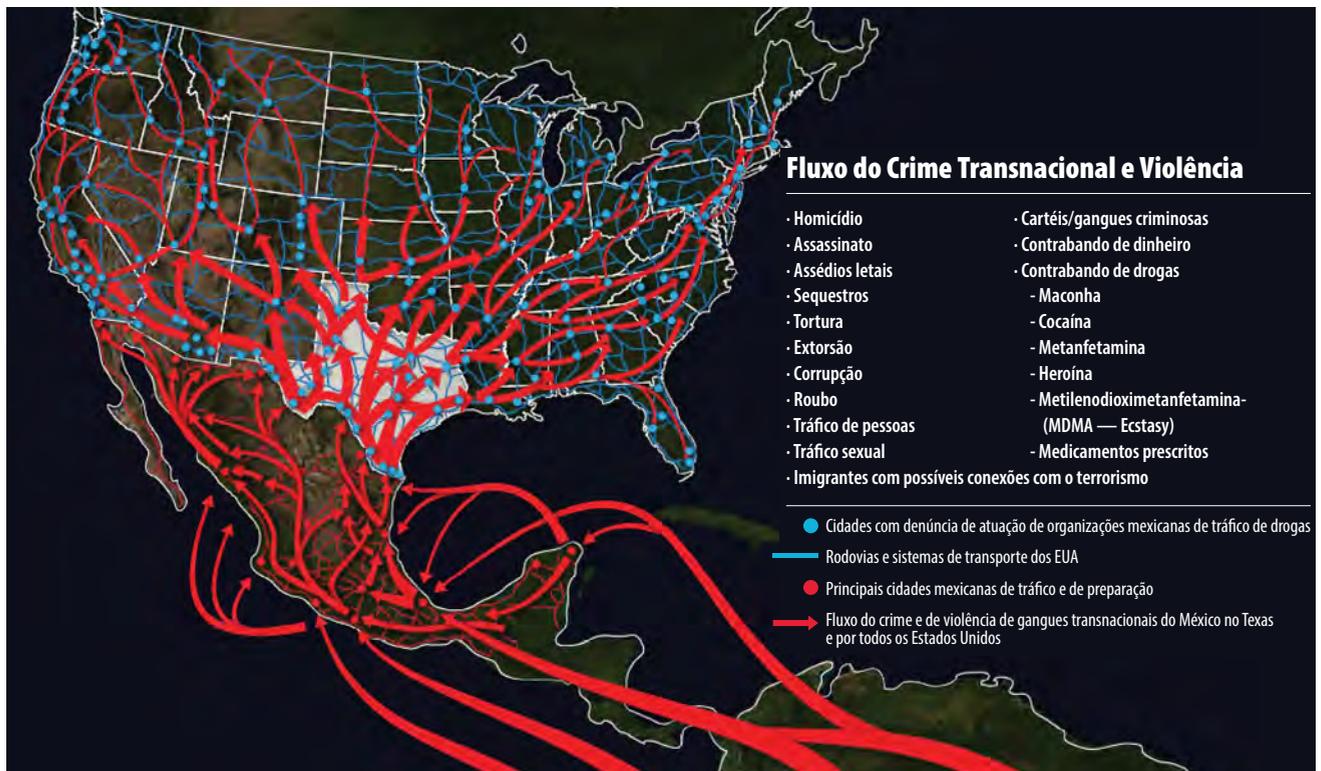
Megacidades Atuais e Futuras 2015 a 2030

Embora o crime organizado não seja um fenômeno exclusivamente urbano, a grande massa de pessoas que competem por emprego, serviços e espaços vitais no ambiente relativamente congestionado das grandes metrópoles pode rapidamente promover o desenvolvimento do crime organizado de grande escala, quando se esgota a capacidade de o governo prover emprego e serviços. A tendência dos padrões de migração sugere que, para o futuro previsível, as áreas urbanas já sobrecarregadas continuarão a ser o destino preferido de milhões de novos migrantes, comprometendo ainda mais a capacidade de a nação afetada prover os serviços básicos enquanto aumenta consideravelmente o potencial para atividades ligadas ao crime organizado. Antes de 2030, algumas cidades já terão crescido por quase um terço da sua população atual.

Dominar)¹⁵. As unidades do Exército fazem parceria com aliados na América Central e do Sul, na Ásia, no Oriente Médio, na África e por toda a Europa. Na medida em que os indicadores regionais melhor explicarem a variação dos principais fatores associados à “Estabilidade e Resiliência”, nossos alinhamentos regionais poderão ser mais sensatos. Cada região é diferente em relação ao modelo apresentado, sugerindo que seria prudente que o Exército abrangesse todas elas, em vez de se concentrar em uma ou duas, excluindo as demais. As megacidades, contudo, não se

sobressaem como peculiarmente vulneráveis, instáveis ou em risco na análise estatística apresentada neste artigo. Portanto, não devemos ser demasiadamente preocupados se nossas parcerias nos levam a áreas de treinamento em Camarões em vez de reconhecimento do terreno no Rio de Janeiro.

Concentrar os postos de ampliação de conhecimento nas indústrias certas. Outra recomendação do Projeto das Megacidades do Exército se relaciona ao desenvolvimento de liderança institucional, recomendando “parcerias civil-militares



(Gráfico da Texas Border Security: A Strategic Military Assessment, September 2011)

Fluxo do Crime Transnacional e Violência

Embora o crime internacional sempre tenha sido uma característica dos sistemas econômicos e sociais do mundo, a maior velocidade e o maior volume dos modernos sistemas de informações somados à facilidade com a qual pessoas e produtos podem atualmente cruzar as fronteiras nacionais utilizando transporte moderno já ocasionaram o surgimento de organizações criminosas poderosas e ricas que cada vez mais representam ameaças à soberania e à viabilidade de muitos Estados-nação. No Hemisfério Ocidental, vários Estados mexicanos já se tornaram ingovernáveis em virtude do poder dos cartéis de drogas; o governo de El Salvador vem travando uma guerra de sobrevivência contra a MS-13 (Mara Salvatrucha), uma violenta gangue criminosa internacional; e a Venezuela já se degenerou em uma cleptocracia dominada por Forças Armadas corruptas, que trabalham em estreita colaboração com os cartéis criminosos colombianos e as agências de inteligência cubanas. Como mostrado anteriormente, o povo dos EUA vem se tornando cada vez mais alvo de atividades criminosas extensivas que emanam desses e outros países da América Latina.

para facilitar o treinamento, teste e experimento nas grandes cidades dos EUA¹⁶. Embora exista muito valor em passar um ano como bolsista interagências com a Capitania dos Portos de Nova York ou com o Departamento da Polícia de Los Angeles, essas atividades não preenchem a maior lacuna em nosso conhecimento institucional — entendendo como legítimo o comportamento político, social e econômico das pessoas responsáveis por essa decisão. Seríamos mais beneficiados, por exemplo, se adotarmos um programa de Training with Industry (Treinando com a Indústria) com uma empresa como Goya Foods, a marca icônica de comida internacional. A Goya atraiu a atenção da escritora de negócios do *Washington Post*, Lydia DePillis, que a considerou

a mais conhecida “companhia de alimentos entre as pessoas recém-chegadas nos EUA¹⁷. A Goya opera segundo um modelo de negócios de entrega direta às lojas, respeitando os sabores e culturas de cada comunidade oferecendo-lhe produtos específicos — sejam caribenhos, asiáticos, salvadorenhos ou filipinos — ao invés de enviar um portfólio único de produtos a todos os supermercados, como talvez faça uma grande empresa de alimentos¹⁸. Ainda que esse modelo talvez limite o crescimento da Goya, isso lhe assegura clientes leais e o êxito do empreendimento. O vice-presidente executivo encarregado da distribuição, Peter Unanue, disse:

Para nós, é importante fazer uma conexão por meio de um produto do qual, talvez,

não vendamos carregamentos inteiros, mas vamos manter o produto sempre nas prateleiras, para que quando um cliente entrar na loja ele possa dizer, “Uau, posso me relacionar com a Goya porque ela é autêntica, esse produto me faz sentir em casa”¹⁹.

Entender o foco da Goya nas microcomunidades e na sua pesquisa de mercado de precisão é o tipo de oportunidade educacional que devemos buscar para qualquer oficial do Exército (e não apenas para o pessoal de logística) que está envolvido em planejamentos futuros, análises de inteligência ou formulação estratégica. Os programas Training with Industry realizados com a Google, FedEx e outros grandes parceiros civis agregam grande valor tanto à própria organização anfitriã quanto ao Exército. Não devemos, contudo, confundir o propósito dessas grandes empresas — serviços e produtos lucrativos de grande escala — com a missão do Exército, que é a promoção de segurança com recursos limitados ante ameaças adaptáveis. Na realidade, entender a importância cultural de molho de adobo e *arroz con pollo* (arroz com frango) pode nos ensinar tanto quanto as complexidades da pontualidade na entrega.

Aumentar as habilidades técnicas/acadêmicas. O Projeto das Megacidades pergunta, “Quais paradigmas institucionais precisam ser mudados para preparar o Exército para vencer nesse ambiente emergente?”²⁰ O paradigma mais importante que o Exército precisa adotar é dedicar-se inteiramente ao entendimento e ao monitoramento contínuo das tendências globais para avançar em seu estado de prontidão. Hoje, não temos capacidades suficientes por toda a força para identificar essas tendências e analisar os dados disponíveis. O Exército possui um número limitado de estatísticos, economistas, criminologistas, cientistas políticos, antropólogos, especialistas em inteligência policial, pessoal de assuntos civis/operações psicológicas, profissionais da área de inteligência e analistas de sistemas/pesquisa operacional. Além disso, temos um número restrito de oficiais de estado-maior e de graduados que, realmente, estão familiarizados com as técnicas básicas de extração de dados e de pesquisa para utilizar a abundância de informações disponíveis em fontes abertas e sigilosas a fim de melhor entender o mundo. Frequentemente, o Exército contrata profissionais terceirizados para realizar tais estudos. Quando isso ocorre, não podemos

avaliar a qualidade do trabalho recebido. Entender pormenorizadamente o ambiente operacional é uma competência central que não deve ser terceirizada.

Estruturar a Força para combater às ameaças criminosas/híbridas. Kilcullen recomenda que os Estados Unidos façam um esforço consciente para fechar as lacunas exploradas pelas ameaças híbridas²¹. Ele recomenda que organizemos nossas Forças para o futuro com uma estrutura ágil e flexível, que nos permita combater criminosos, piratas, terroristas e outras redes de ameaças:

Os governos, como os Estados Unidos, que fazem distinções legislativas muito nítidas entre a guerra e a imposição da lei, e entre as autoridades internas e externas, não podem operar com a mesma agilidade [do que as ameaças]. Os empreendimentos que combinam policiamento, administração e serviços de emergência com uma força militar apta a lidar com adversários não estatais — capacidades tradicionalmente associadas a forças nacionais de segurança, como a Gendarmerie francesa, os Carabineiros italianos ou a guarda costeira dos EUA — têm chances de serem mais efetivos contra essas ameaças híbridas dos que os exércitos e marinhas tradicionais²².

A força do futuro sugerida por Kilcullen mistura o policiamento altamente especializado e as habilidades de combate. Uma organização de policiamento focada na estabilidade e centrada na população pode influenciar positivamente o cerne do fator “Estabilidade e Resiliência”: uma avaliação positiva quanto a sentir seguro em casa durante a noite, respaldada por avaliações positivas da polícia local.

Onde (Ou Talvez o Que) Está Por Vir?

Os dados de vitimização do crime internacional sugerem que os residentes das megacidades e das áreas urbanas nos países em desenvolvimento não relatam mais vitimização do crime violento do que os que moram em outros lugares e, talvez, tenham menos crime de propriedade e maior estabilidade/resiliência²³. A visão geral para essas metrópoles não é particularmente sombria. Parece que as diferenças regionais são mais importantes. A implicação para as Forças Armadas dos EUA é uma maior necessidade

de monitorar e entender as tendências regionais e globais de forma continuada. O ICVS de 2000 previu com exatidão a epidemia de crimes que ocorreu na América Latina em 2018. Entretanto, havia alguém no governo federal dos EUA acompanhando essas tendências criminosas pelo ponto de vista de segurança global? Essa é a questão.

A percepção do indivíduo de sentir-se seguro em sua casa durante a noite é crítica. Aqueles que têm percepções de segurança mais elevadas também concordam com a relevância do trabalho policial. Para se preparar para as ameaças do futuro, o governo federal deve explorar métodos centrados na população, como tutorias policiais para melhor atingir os objetivos estratégicos juntamente com outras estratégias mais centradas nas ameaças ou no terreno. Essas teorias e abordagens não são novas. Thomas Hobbes entendeu os impactos desastrosos do crime, do oportunismo e da anarquia na sociedade, embora tenha vivido em um período de guerra convencional entre potências globais²⁴. Hoje, *The Economist* ressalta um grande “ponto cego”:

O assassinato já supera a guerra como causa de mortes. E o mundo continua a se urbanizar. A Índia e a China já acomodam grandes contingentes populacionais urbanos enquanto mantêm níveis de criminalidade relativamente baixos, em parte devido ao crescimento econômico. Contudo, outros países mostram muitos dos fatores de risco já vistos na América Latina há uma

geração: grande número de deslocados como resultado de conflitos, milhões de armas remanescentes, explosão demográfica, pouco em termos de redes de segurança, forças policiais corruptas e ineficientes²⁵.

Seria prudente que o Exército dos EUA considerasse holisticamente o impacto do crime e seus reflexos na segurança, enquanto fica atento às tendências globais e regionais. Afinal, o crime comum contras pessoas comuns em outros continentes talvez não seja tão apavorante quanto ameaças com poder de combate equiparado, mas seus efeitos nocivos impactam negativamente a segurança global. ■

A análise de dados e a pesquisa original citadas neste artigo foram apresentadas em um estudo preparado para a reunião anual de 2016 da Midwest Political Science Association, intitulado “Nasty and Brutish or Stable and Social? Perceptions of Safety in Megacities” (“Desagradáveis e Cruéis ou Estáveis e Sociais? Percepções de Segurança nas Megacidades,” em tradução livre). A autora reconhece o apoio de Bob Dixon e colegas do Grupo de Estudos Estratégicos do Comandante do Exército (Chief of Staff of the Army Strategic Studies Group), além de parceiros norte-americanos e internacionais que deram suas opiniões sobre o policiamento e as operações de combate em ambientes rurais e urbanos. As opiniões e análises feitas neste artigo são as da autora e não refletem qualquer posição oficial do Departamento do Exército ou do Departamento de Defesa.

Referências

Epígrafe. “How to Cut the Murder Rate: Murder Is Set to Soar in Some Cities of the Developing World”, *The Economist* (website), 5 Apr. 2018, acesso em: 21 set. 2018, <https://www.economist.com/leaders/2018/04/05/how-to-cut-the-murder-rate>.

Epígrafe. Thomas Hobbes, *Leviathan*, ed. C. B. Macpherson (Harmondsworth, UK: Penguin Classic, 1968), p. 337.

1. Para antecedentes históricos sobre as revisões iniciais pós-Operação Operation Iraqi Freedom e pós-Operação Enduring Freedom, veja U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept: Win in a Complex World, 2020–2040* (Fort

Eustis, VA: TRADOC, 31 Oct. 2014).

2. “Shining Light on Latin America’s Homicide Epidemic”, *The Economist* (website), 5 Apr. 2018, acesso em: 21 set. 2018, <https://www.economist.com/briefing/2018/04/05/shining-light-on-latin-americas-homicide-epidemic>.

3. David J. Kilcullen, *Out of the Mountains: The Coming Age of the Urban Guerrilla* (New York: Oxford University Press, 2013).

4. David J. Kilcullen, “The City as a System: Future Conflict and Urban Resilience”, *The Fletcher Forum of World Affairs* 36, no. 2 (Summer 2012): p. 21.

5. *Ibid.*, p. 22.

6. *Ibid.*

7. Chief of Staff of the Army’s Strategic Studies Group, “Megacities and the United States Army: Preparing for a Complex

and Uncertain Future" (Arlington, VA: Office of the Chief of Staff of the Army, June 2014), acesso em: 21 set. 2018, <https://www.army.mil/e2/c/downloads/351235.pdf>.

8. Veja Eugenia K. Guilmartin, "Nasty and Brutish or Stable and Social? Perceptions of Safety in Megacities" (manuscrito não publicado, Abril 2016), Annex C, preparado para a reunião anual de 2016 da Midwest Political Science Association's annual meeting. Para ilustrar, uma análise de conteúdo do documento mostra que há quase duas vezes mais referências para terreno físico (i.e., "infraestrutura", "prédio", "porto") do que para terreno humano (i.e., "líder", "refugiado", "população").

9. Field Manual (FM) 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], October 2017), para. 1-4.

10. A pesquisa pelo documento pelo autor para "crime", "criminoso" e outras variações. Os autores do FM 3-0 reconhecem que o "FM 3-0 se concentra nas ameaças de poder de combate equiparado nas operações de combate de grande vulto". Ibid., pará. 1-38.

11. "Shining Light on Latin America's Homicide Epidemic".

12. Ibid.

13. International Working Group, Anna Alvazzi del Frate, Jan J. M. van Dijk, John van Kesteren e Pat Mayhew, *International Crime Victimization Survey (ICVS), 1989-2000, ICPSR version* (Netherlands: University of Leiden/Turin, Italy: United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute [producers],

2002; Ann Arbor, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research [distribuidor], 2003).

14. Irshad Altheimer, "Do Guns Matter? A Multi-level Cross-National Examination of Gun Availability on Assault and Robbery Victimization", *Western Criminology Review* 9, no. 2 (2008): p. 15.

15. Joint Publication 3-0, *Joint Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 2017), fig. V-7.

16. Strategic Studies Group, p. 22.

17. Lydia DePillis, "How Goya Brought Ethnic Food to White America", *Washington Post* (website), 23 Aug. 2013, acesso em: 24 set. 2018, <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2013/08/23/how-goya-brought-ethnic-food-to-white-america/>.

18. Ibid.

19. Peter Unanue, citado em DePillis.

20. Strategic Studies Group, "Megacities and the United States Army", p. 22.

21. Kilcullen, "The City as a System", p. 32.

22. Ibid.

23. Guilmartin, 2016.

24. Internet Encyclopedia of Philosophy, s.v. "Thomas Hobbes: Moral and Political Philosophy", acesso em: 24 set. 2018, <https://www.iep.utm.edu/hobmoral/>.

25. "Shining Light on Latin America's Homicide Epidemic".



A soldier in a blue uniform and cap is walking towards the camera on a dirt road in a destroyed city. He is carrying a large, heavy bag of captured explosives. In the background, there are ruins of buildings, including a domed structure, and other soldiers are visible. The sky is clear and blue.

Cinco Lições Operacionais Provenientes da Batalha por Mossul

Maj Thomas D. Arnold,
Exército dos EUA

Maj Nicolas Fiore,
Exército dos EUA

Integrantes da Polícia Federal Iraquiana carregam coletes explosivos capturados de militantes do Estado Islâmico na Cidade Velha de Mossul, Iraque, 09 Jul 17. (Alaa Al-Marjani, Reuters)

As futuras operações de combate em larga escala em áreas urbanas serão semelhantes à operação para libertar Mossul do controle do Estado Islâmico (EI). Quatro aspectos principais da batalha pressagiam o futuro mais provável para o Exército dos EUA em termos de combate urbano: *emprego do escalão corpo de exército conduzindo operações em múltiplos domínios como parte de uma força de coalizão internacional em ambientes densamente urbanizados* (ADU)¹.

Cinco Observações Principais em Relação ao Combate Urbano em Mossul

Além dos quatro aspectos chave mencionados acima, uma análise da batalha por Mossul sugere outras cinco características que devem orientar a abordagem operacional para o próximo combate urbano: (1) é impossível isolar uma cidade moderna, (2) as dificuldades aumentam com a profundidade e a duração da operação, (3) o atacante perde a iniciativa uma vez que entra na cidade, (4) o terreno densamente urbanizado prolonga a capacidade de durar na ação e (5) o alcance operacional é proporcional ao apoio da população.

A Batalha por Mossul foi a primeira operação de combate em larga escala com a participação dos EUA desde a invasão do Iraque, em 2003². A coalizão tinha por objetivo retomar a cidade sob controle do EI, como parte de uma campanha conjunta, interagências, intergovernamental e multinacional (JIIM, na sigla em inglês), a fim de restaurar a soberania iraquiana, degradar a capacidade militar do EI e, em última análise, derrotar o EI como um “quase-Estado”³. Embora o EI não fosse um adversário com poder de combate equiparado, soube valer-se engenhosamente de Mossul, contestando as capacidades da coalizão em múltiplos domínios⁴. Para observadores perspicazes, a batalha por Mossul pressagia as futuras operações de combate urbano contra adversários com poder de combate equiparado, ou seja: uma coalizão multinacional de nível corpo de exército, conduzindo operações em larga escala em múltiplos domínios em ADU⁵.

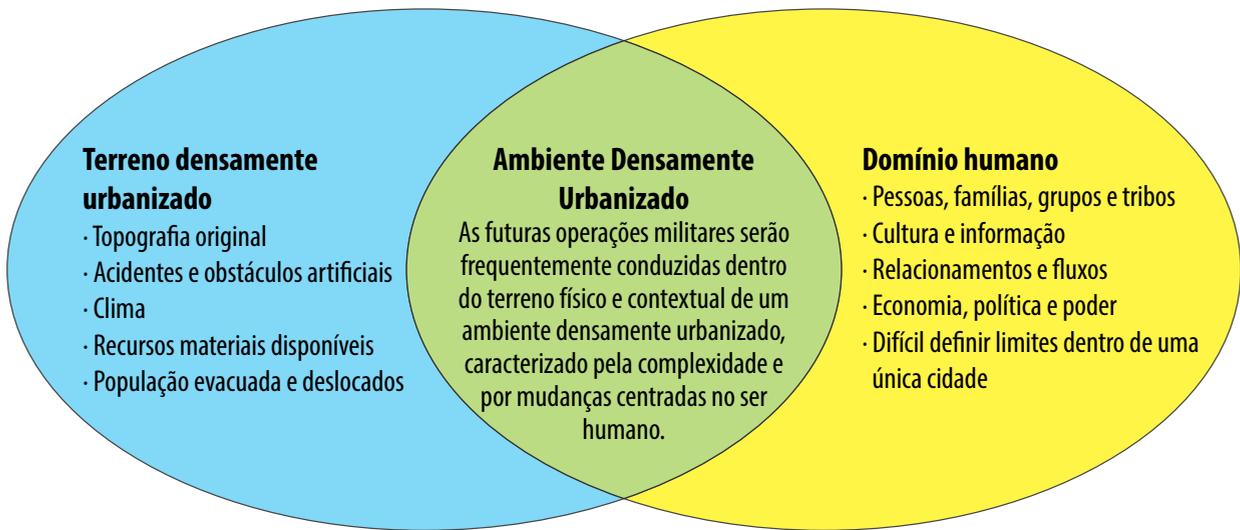
Operações de Combate em Larga Escala em Ambientes Densamente Urbanizados

O Exército dos EUA atualizou, em 2017, o Manual de Campanha 3-0, *Operações* (FM 3-0, *Operations*), proporcionando uma base doutrinária

para as operações de combate em larga escala contra um adversário moderno dotado de poder de combate equiparado⁶. No novo manual, o Exército visualiza uma série de atividades para moldar o ambiente, combater e consolidar os ganhos, que devem ocorrer simultaneamente em um Teatro de Operações. Ao se afastar do modelo de operações centradas em brigadas que caracterizou a última década, o Exército impõe que os comandos de divisão e de corpo de exército conduzam ações táticas durante as operações de combate aproximado⁷. Embora os militares dos EUA não tenham se engajado em combate aproximado em Mossul, o Exército dos EUA participou das operações de combate em larga escala ao apoiar o conjunto de atividades descritas no FM 3-0 para um corpo de exército de coalizão constituído por mais de cem mil soldados⁸. Para os escalões brigada e acima, a sincronização das operações em larga escala em ADU disputados tornar-se-á uma característica preponderante das guerras futuras — mesmo durante as campanhas contra forças irregulares, como as operações de estabilização e de contrainsurgência. A Figura 1 mostra como o terreno densamente urbanizado associado às características de sua população dão forma aos ADU.

O combate urbano é tanto universal quanto único. Historicamente, as sociedades, as cidades e as guerras evoluíram juntas⁹. Os meios de combate são, normalmente, retirados das áreas urbanas, e as campanhas se concentram, de um modo geral, na conquista de objetivos urbanos, uma vez que as cidades constituem a tradicional sede de poder e autoridade do adversário. Ao juntar a tendência de urbanização global com as realidades históricas, a doutrina dos EUA visualiza operações militares nas cidades como uma “regra inevitável”¹⁰.

Cada tipo de terreno possui suas próprias características (favoráveis e desfavoráveis), mas a cidade é o único terreno severamente restritivo, onde a população e a infraestrutura local podem sustentar e proteger um grande exército¹¹. A doutrina atual se concentra nos centros populacionais com mais de cem mil habitantes, porque são tipicamente mais densos e complexos do que vilarejos ou cidades de menor porte¹². A Publicação Conjunta 3-06, *Operações Urbanas* (JP 3-06, *Urban Operations*), caracteriza os ambientes urbanos por meio de uma



(Figura por Nicolas Fiore)

Figura 1. Ambiente Densamente Urbanizado

“*triade urbana*” composta por: terreno, população e infraestrutura de apoio¹³. As grandes cidades são diferentes porque contêm todos os três componentes da triade urbana em elevada concentração, exigindo o emprego de uma ou mais divisões de exército. Uma pequena cidade pode abrigar milhares de pessoas e centenas de estruturas de concreto concentradas em ruas estreitas, mas, ainda assim, são facilmente desbordadas ou isoladas e dispõem apenas de pequenos excedentes ou estoques de suprimento para dar sustentação às operações militares. Em suma, o tamanho é importante. Algumas áreas urbanas não são ricas ou extensas o suficiente para serem consideradas objetivos militares atraentes. Como visto em Mossul, as cidades podem servir tanto aos fins quanto aos meios de uma estratégia militar, combinando operações ofensivas, defensivas e de estabilização. O presente artigo descreve como a libertação de Mossul pressagia as futuras operações de combate em larga escala, porquanto o tamanho da cidade é, de um modo geral, mais representativo dos centros urbanos globais do que as megacidades que têm recebido maior atenção¹⁴.

Cinco Lições Operacionais Provenientes de Mossul

Embora a duração e a intensidade da Batalha por Mossul surpreendessem muitos observadores, os comandantes da coalizão perceberam, desde o início,

que sua retomada seria diferente dos combates urbanos travados recentemente — sobretudo em comparação com a rápida captura da cidade, em 2014, pelo EI¹⁵. O estudo da libertação de Mossul tem grande valor para planejadores militares porque confirma que a interação complexa entre espaço, força e tempo é melhor instrumentalizada pelo uso da arte operacional. Várias lições operacionais intuitivas surgiram dos relatos da batalha pela mídia. Primeiro, Mossul demonstra que os ADU podem ser vantajosos para o atacante, para o defensor ou ambos, dependendo de quem reconhece e melhor sabe explorar a cidade por meio de seu método operacional e de suas

Maj Thomas D. Arnold, Exército dos EUA, é oficial de planejamento conjunto do Comando Europeu dos EUA. É bacharel e mestre em Administração de Empresas pela Louisiana Tech University e mestre em Administração Pública pela Harvard University. Serviu em várias funções de comando e estado-maior no Iraque, Alemanha, Afeganistão, Fort Polk e Pentágono.

Maj Nicolas Fiore, Exército dos EUA, é oficial de Cavalaria e, atualmente, cursa a Escola de Estudos Militares Avançados, no Fort Leavenworth, Kansas. É bacharel pela Academia Militar dos EUA e mestre em Administração de Empresas pelo Dartmouth College. Serviu em várias funções de comando e estado-maior no Iraque, Alemanha, Afeganistão e Fort Hood.

táticas¹⁶. Segundo, a batalha demonstra que mesmo as ameaças que não dispõem de poder de combate equiparado podem se valer de ADU, rivalizando as capacidades avançadas dos EUA, prolongando o conflito e impondo custos cada vez mais altos¹⁷. Por fim, Mossul revela o fato de que as operações de combate em larga escala permanecem a forma decisiva de capturar um ADU das mãos de um defensor obstinado, mesmo quando se emprega uma abordagem “*by-with-through*” [operações que são conduzidas e lideradas por parceiros dos EUA, sejam Estados ou atores não estatais, com apoio direto e indireto do governo e das autoridades dos EUA a fim de alcançar objetivos comuns — N. do T.]¹⁸.

Além dos relatos provenientes da mídia, um estudo mais acurado da batalha oferece cinco lições operacionais menos evidentes que devem moldar e

influenciar as futuras operações de combate em larga escala nos ADU:

- ◆ é impossível isolar uma cidade moderna;
- ◆ a dificuldade aumenta na medida em que as operações se tornam mais profundas e se prolongam no tempo;
- ◆ a força atacante perde a iniciativa depois que entra na cidade;
- ◆ o terreno densamente urbanizado prolonga a capacidade de durar na ação; e
- ◆ o alcance operacional é proporcional ao apoio da população.

O presente texto analisa essas lições e as formas com as quais os comandantes podem incorporá-las aos planejamentos de futuras campanhas. Cada lição começa com uma breve descrição do fenômeno durante a batalha por Mossul. Em seguida, os autores recorrem



a fatos históricos para apoiar sua argumentação. Por fim, o artigo apresenta algumas recomendações aos comandantes que enfrentarão o desafio de conduzir, no futuro, operações de combate em larga escala em ambientes densamente urbanizados.

Lição 1: É impossível isolar uma cidade moderna. As dimensões, a mobilidade e o acesso irrestrito ao domínio cibernético inviabilizam o isolamento tático. A doutrina dos EUA considera o prévio isolamento de um objetivo urbano essencial para operações ofensivas subsequentes e, por conseguinte, catastrófico para as forças empenhadas na defesa¹⁹. Contudo, Mossul e outros cercos de longa duração desafiam essas premissas²⁰. Exemplos históricos das operações de combate em larga escala em ADU frequentemente envolviam o isolamento tático da cidade, mas a dificuldade de isolar os centros urbanos aumentou à medida que eles

cresceram em tamanho e a guerra incorporou outros domínios²¹. Em ADU contemporâneos, a infraestrutura local naturalmente aumenta a mobilidade interna e oferece várias rotas externas que podem exceder a capacidade do sitiante de controlar todos os eixos e vias de acesso. Além disso, a disponibilidade da tecnologia da informação e a onipresença da mídia fazem com que o isolamento seja ainda mais desafiador — se não impossível. Embora uma força militar moderna possa bloquear todas as comunicações, como os Estados Unidos poderiam estrategicamente impedir o trabalho da imprensa ou o compartilhamento de informações entre pessoas?²² À medida que o tamanho e a complexidade de uma cidade aumentam, a dificuldade em isolá-la em todos os domínios cresce exponencialmente, assim como a área da superfície de uma esfera aumenta conforme o seu raio.



Militares da 82ª Divisão Aeroterrestre, componentes da Força-Tarefa Conjunta Combinada—Operação *Inherent Resolve*, utilizam um terraço como posto de observação, durante os combates travados em Mossul, Iraque, 07 Mar 17. (Sgt Alex Manne, Exército dos EUA)

Cem mil soldados cercaram — mas não isolaram — o EI em Mossul. As forças da coalizão levaram apenas seis semanas para envolver Mossul e interditar o acesso do EI à estrada que liga Mossul a Tal Afar. Porém, o pretense sítio, mesmo com tantos homens, não isolou operacionalmente os defensores ou civis da cidade, porque a coalizão não conseguiu separá-los física ou psicologicamente do mundo exterior²³. O EI manteve suas linhas de comunicação para Tal Afar abertas pelos primeiros quatro meses da campanha, apesar de o terreno desértico ser ideal para a interdição terrestre e aérea. A superfície de 200 km² de Mossul é rodeada por um perímetro de 50 km entrecortado por 10 estradas principais. Desdobrada em terreno aberto, a coalizão precisaria de oito brigadas de infantaria só para estabelecer um perímetro interno. Controlar todos os acessos ao ADU de Mossul teria sido ainda mais difícil.

A preparação do ADU de Mossul pelo EI fez com que o controle do perímetro da cidade se tornasse mais complexo. Prédios e escombros limitaram a observação e o movimento pelo terreno e criaram linhas de contato irregulares²⁴. Além disso, rotas subterrâneas facilitaram os contra-ataques do EI, dificultando o isolamento físico, inclusive nos setores não disputados²⁵. Ademais, os civis confinados nas áreas controladas pelo EI criaram uma situação em que o isolamento físico tornou-se impossível, uma vez que informações chegavam juntas com a assistência humanitária e com suprimentos contrabandeados.

Na Segunda Guerra Mundial, condições semelhantes impediram que forças atacantes pudessem isolar grandes cidades durante operações de combate em larga escala. Os cercos, bloqueios e suspensão do sítio têm sido recursos empregados na guerra ao longo da história. Nas modernas operações de combate em larga escala, os cercos e bloqueios são bem menos eficazes no nível operacional na medida em que o combate terrestre passa a integrar outros esforços conjuntos e governamentais. Durante a Batalha de Stalingrado, na Segunda Guerra Mundial, o exército soviético sustentou suas forças no interior da cidade por três meses enviando reforços e suprimentos pelo rio Volga. Depois, quando a sorte da batalha mudou de lado, o exército alemão usou uma ponte aérea incipiente para sustentar suas forças cercadas na cidade por quase o mesmo período de tempo. Os dois adversários exploraram fatores chave do ADU de Stalingrado — cais, campo de pouso

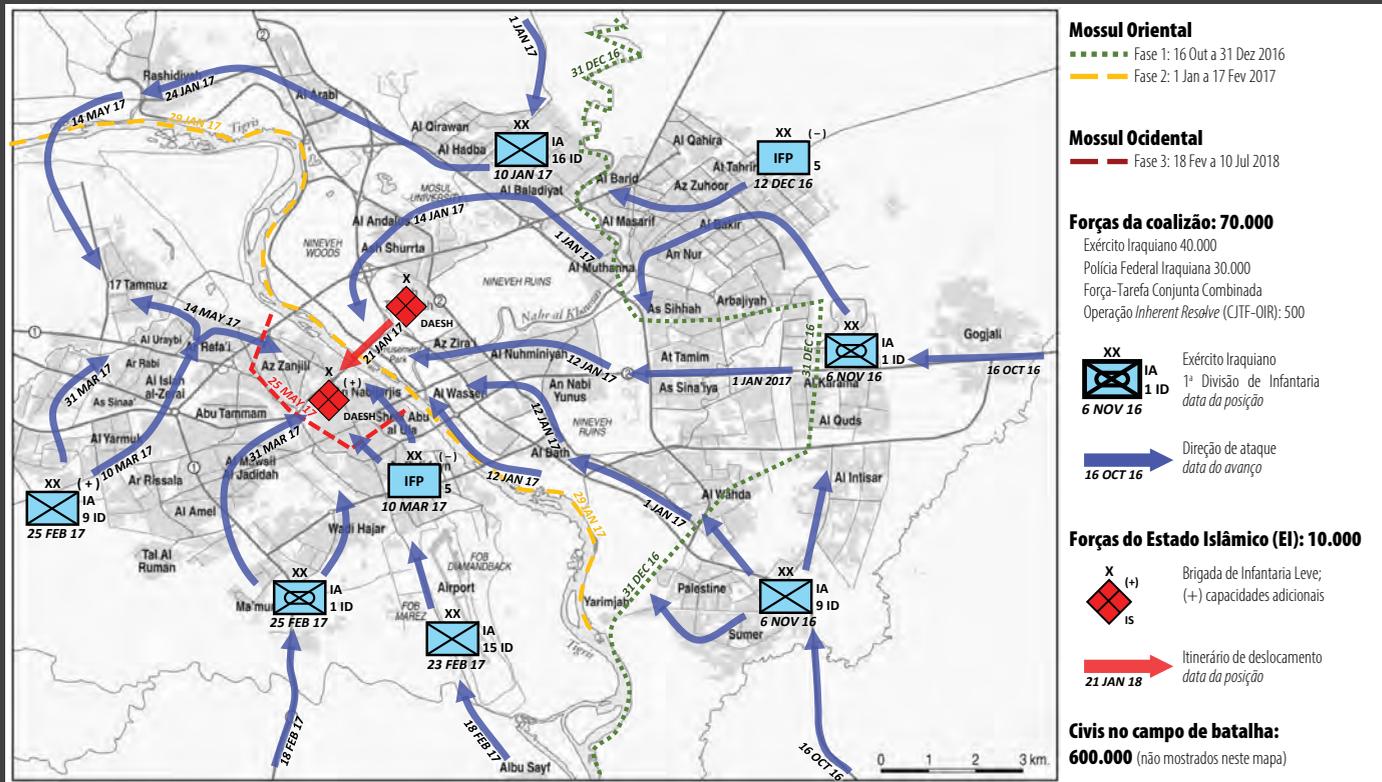
e armazéns — para mitigar a ausência de uma linha de comunicação terrestre e usaram as robustas estruturas da cidade para se protegerem do poder de combate e da potência de fogo superior do inimigo.

Em 1994, as divisões mecanizadas russas optaram por não isolar Grozny, uma cidade de 130 km² e 300 mil habitantes. Colunas russas penetraram com sucesso na cidade, mas não conseguiram destruir decisivamente os combatentes chechenos em virtude da dificuldade de empregar seus sistemas de armas por todo o ADU, além disso falharam em prever a profundidade e a duração da defesa chechena²⁶. Por outro lado, o comandante checheno explorou o ADU de Grozny ao planejar três linhas defensivas, evitar os efeitos destrutivos do poder de fogo concentrado dos russos, moldar a cobertura midiática e exfiltrar forças, preservando-as para operações subsequentes²⁷.

Há que se ter expectativas realistas para missões de cerco nos ADU. Ao elaborar uma abordagem operacional para as operações de combate em larga escala nos ADU, comandantes devem considerar se o isolamento de uma área urbana é realmente necessário ou viável. O cerco de uma grande cidade consumirá uma grande quantidade de poder de combate. Operações urbanas recentes demonstram que o isolamento completo exige um esforço JIIM unificado e é muito difícil de se conseguir. Se o objetivo é a destruição do inimigo, então permiti-lo manter uma linha de comunicação aberta para fora da cidade poderá criar a oportunidade de lutarmos batalhas no terreno adjacente ao invés de mantermos a luta dentro do ADU. Se o objetivo é a própria cidade, o isolamento provavelmente aumentará a densidade da defesa inimiga conforme avançarmos. À medida que cada assalto se tornar mais difícil, comandantes táticos exigirão mais fogos para reduzir ou destruir as posições inimigas fortificadas, independente dos danos colaterais.

Para as operações de combate em larga escala defensivas nos ADU, comandantes devem prevenir ou adiar o cerco pelo maior tempo possível. Durante essa fase da operação, por maior que seja o perímetro defensivo, tem-se boas oportunidades de realizar infiltração, incursões e contra-ataques. Comandantes encarregados da defesa de uma cidade podem aceitar cercos táticos e até operacionais se estiverem confiantes de que contam com profundidade suficiente para resistir até que cesse a pressão. Os defensores devem

Batalha por Mossul



(Mapa original usado com permissão do Institute for the Study of War, 2012; modificado por Nicolas Fiore)

Fase I

A 1ª e a 9ª Divisões de Exército iraquianas entraram nos arredores leste de Mossul, no início de novembro de 2016. A 15ª e a 16ª Divisões iraquianas chegaram alguns dias depois, com a 15ª atacando proveniente do sul e a 16ª do norte. Antes do final do mês, as Forças Armadas iraquianas afirmaram ter assumido o controle de 19 bairros, equivalente a quase 30% de Mossul a leste do Rio Tigre.

O ataque continuou até dezembro. No dia 12 de dezembro, três brigadas da Polícia Federal Iraquiana se juntaram a outras três brigadas de contraterrorismo das forças de operações especiais da “Divisão Dourada”, atacando a cidade pelo leste. As forças pró-governo conduziram uma pausa operacional no final do mês para se reorganizarem, reposicionando forças no campo de batalha e realizando trabalhos de manutenção e ressurgimento. O Primeiro-Ministro iraquiano Haider al-Abadi declarou que as forças iraquianas controlavam mais de um terço da cidade.

Fase II

No final de dezembro, as forças iraquianas retomaram seu avanço em três direções penetrando em Mossul Oriental. O Estado Islâmico (EI) reagiu agressivamente, cortando uma importante estrada entre Mossul e Bagdá e bombardeando Shirqat, depois de atacar um quartel perto de Baiji para capturar armas. As forças iraquianas retomaram o controle da estrada e, em 12 de janeiro de 2017, autoridades iraquianas anunciaram que o Exército controlava aproximadamente 85% de Mossul Oriental.

Em 21 de janeiro, a CJTF-OIR anunciou que tinha identificado uma flotilha de 90 embarcações e três barcas sendo usadas pelo EI para

escapar através do Rio Tigre e, no dia 24 de janeiro, al-Abadi anunciou a “libertação completa” de Mossul Oriental.

Em 13 de fevereiro, forças do EI lançaram um ataque malsucedido perto de Tal Afar (a oeste de Mossul) na tentativa de reabrir uma linha de comunicações entre Mossul Ocidental e a cidade de Raqqa, na Síria.

Fase III

Em 19 de fevereiro, al-Abadi anunciou o começo da próxima fase da operação que capturaria a porção oeste de Mossul. Em 23 de fevereiro, as forças iraquianas atacaram para conquistar o aeroporto de Mossul, e no dia 24, entraram Mossul Ocidental pela primeira vez. As forças iraquianas continuaram a avançar, e no dia 28, a 15ª Divisão iraquiana foi roçada para atacar a cidade de Tal Afar, a oeste de Mossul.

Os combates se intensificaram em março, com o lento avanço das forças iraquianas e o EI contra-atacando ferozmente. Antes de 11 de março, os iraquianos já tinham chegado ao centro de Mossul, a “Cidade Velha”, mas a batalha se estendeu por março, abril e parte de maio. Em 16 de maio, o Brig. Gen. [general de uma estrela] Yahya Rasool do Comando de Operações Conjuntas declarou, durante uma entrevista coletiva, que as forças governamentais controlavam 89,5% de Mossul Oriental e tinham matado 16.467 integrantes do EI desde o início da operação.

As forças iraquianas fizeram lento progresso em junho e no início de julho. Em 10 de julho de 2018, al-Abadi declarou vitória, embora embates isolados continuassem ao longo dos meses seguintes.

se planejar para o cerco, armazenando provisões essenciais, organizando o terreno e utilizando técnicas de infiltração para contrabandear suprimentos, pessoal e informação, a fim de prolongar a defesa.

Lição 2: Durante a ofensiva, a dificuldade aumenta na medida em que as operações se tornam mais profundas e demoradas. A fase inicial é sempre a fase mais fácil para o atacante. Durante o desenrolar da campanha, o progresso se torna mais difícil. Esse fenômeno tem sido atribuído historicamente à hipertextensão das linhas de comunicação do atacante em comparação ao encurtamento das linhas do defensor, e ao fenômeno recente de que a seleção de alvos fica mais difícil conforme o número de conjuntos de alvos viáveis se torna menor com o passar do tempo. Nas operações de combate em larga escala, esse fenômeno é ampliado pela natureza do ADU. A luta aumenta progressivamente de intensidade na medida em que evolui de pequenas escaramuças nas cercanias da cidade, a combates dentro da periferia e se conclui com engajamentos contínuos dentro do core da cidade. Nas fases iniciais das operações de combate em larga escala nos ADU, não raro, o atacante supõe que seu rápido avanço terá prosseguimento, levando-o a empenhar suas reservas prematuramente, a fim de acelerar o progresso e derrotar decisivamente o defensor. Porém, na prática, embora o ritmo do atacante aumente, o ganho marginal de cada assalto seu diminui na medida em que suas forças se aproximam do centro da cidade e a luta se prolonga no tempo.

Tanto o EI quanto as forças da coalizão escolheram a Cidade Velha de Mossul como o ponto chave da batalha. Ambos consideravam a Mesquita de Al-Nuri (um tesouro nacional de 850 anos localizado no centro da Cidade Velha) como o centro geográfico e psicológico da cidade e, assim, a elegeram como objetivo principal²⁸. A partir dessa perspectiva, a abordagem operacional do EI se valeu do ADU de Mossul para desgastar as forças da coalizão e economizar prudentemente sua própria capacidade militar para a batalha decisiva na Cidade Velha. Por sua vez, a coalizão sentiu-se demasiadamente frustrada pela dificuldade de capturar os bairros periféricos e a infraestrutura principal de Mossul Oriental, que lhe proporcionariam as condições necessárias para desfechar o ataque decisivo e capturar o core da cidade. As medidas empregadas para mensurar o progresso e as previsões de vitória

da coalizão mostravam-se continuamente imprecisas, uma vez que as operações táticas tendiam a desacelerar conforme a densidade do ADU aumentava, o EI adaptava suas táticas e o poder de combate da coalizão era redirecionado para consolidar os ganhos.

A Batalha por Mossul começou no dia 16 de outubro de 2016 com a expectativa de que os combates durassem apenas três meses²⁹. Essa e as previsões subsequentes se mostraram por demais otimistas. Em 3 de novembro de 2016, um porta-voz da coalizão disse que a ofensiva estava “bastante adiantada.” Porém, já no início de dezembro, a batalha estava empatada em Mossul Oriental³⁰. A coalizão realizou uma pausa operacional para recompor seu poder de combate antes de prosseguir com a ofensiva e libertar a parte leste de Mossul, em 24 de janeiro de 2017³¹. Depois de aproximadamente outros cinco meses de combates cada vez mais intensos, a coalizão declarou ter alcançado a vitória no dia 9 de julho de 2017 nas ruínas da Mesquita de Al-Nuri. Apesar de tal declaração, combates para erradicar bolsões isolados de resistência — previstos para durar apenas três dias — se estenderam por mais duas semanas³².

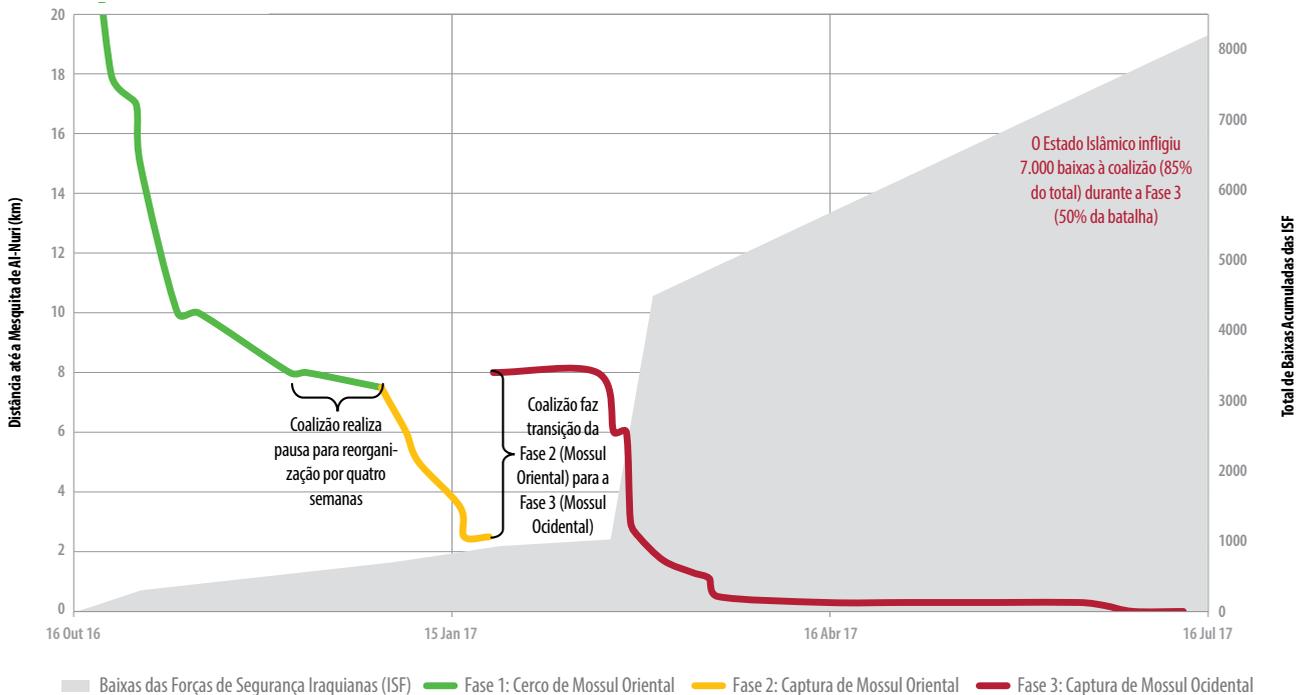
No início da batalha, as forças terrestres da coalizão distavam 40 km da Mesquita de Al-Nuri. Em uma semana, a coalizão reduziu essa distância pela metade. Depois de mais duas semanas, a distância caiu para 10 km, com a tendência continuando em uma curva logarítmica negativa. A Figura 2 mostra a distância da linha de contato para a Mesquita de Al-Nuri no decorrer da batalha. Conforme as forças da coalizão penetraram mais profundamente em Mossul, a taxa de ganhos mensurada em quilômetros por dia no início da operação decaiu para metros de um único dígito por dia na fase final dos combates³³. A Figura 2 mostra, também, as baixas da coalizão ao longo do tempo. Cabe ressaltar que 75% das 8.200 baixas sofridas pela coalizão ocorreram durante os intensos combates da Fase 3 na Cidade Antiga de Mossul Ocidental³⁴.

O rápido progresso do ataque inicial frequentemente leva a um otimismo exagerado. O planejamento alemão em Stalingrado sofreu do mesmo mal. O rápido avanço nas primeiras duas semanas penetrou nos subúrbios da cidade e ameaçou destruir dois exércitos soviéticos. Com o tempo, o progresso alemão desacelerou conforme a batalha comprimiu o perímetro defensivo inimigo no, cada vez mais, denso ambiente urbano. Por fim, os alemães perderam a iniciativa³⁵. Três meses após

o início da ofensiva germânica, a situação se alterou a ponto de os próprios alemães estarem sitiados³⁶.

Os fuzileiros navais dos EUA que lutaram para tomar Seul, em 1950, passaram por uma experiência semelhante. Foram necessários apenas dois dias para que alcançassem a periferia de Seul, partindo da cidade de Inchon a 160 Km. No terceiro dia, os fuzileiros navais cruzaram o rio Han e avançaram mais 6 km. Porém, conforme o terreno se mostrava mais irregular e a resistência inimiga aumentava, o ritmo diminuía. Nos qua-

recompletar os claros e desdobrar unidades adicionais antes de retomar o avanço³⁸. Os comandantes precisam considerar a profundidade do ataque e as estimativas de tempo, a fim de garantir que forças descansadas estejam disponíveis para o embate decisivo no final da batalha. Isso pode ser feito por meio da substituição das tropas em contato, do reacompanhamento das unidades antes do assalto final ou mantendo as melhores unidades em reserva para preservar seu poder de combate. A última opção talvez pareça estranha, mas permite que



(Figura por Nicolas Fiore. Os ganhos territoriais diminuíram exponencialmente ao longo do tempo, mas o percentual de baixas aumentou à medida que a batalha avançava para o core da cidade, mesmo com duas pausas operacionais para consolidação.)

Figura 2. Relação Tempo/Distância da Vanguarda das Forças de Segurança Iraquianas (ISF) para a Mesquita de Al-Nuri na Cidade Velha de Mossul (com as Baixas Sofridas pelas ISF)

tro dias subsequentes, o progresso diário foi de apenas 1,5 km. Embora os fuzileiros navais lograssem capturar a cidade, eles não atingiram o objetivo secundário de encurralar todas as unidades norte-coreanas ao sul de Seul, porque os planejadores norte-americanos não levaram em conta o aumento da dificuldade à medida em que as operações se prolongavam³⁷.

Há que se alocar a maior parte dos recursos às fases mais difíceis da operação. Em Mossul, as melhores divisões da coalizão sofreram pesadas baixas logo no início da batalha e precisaram realizar várias pausas para

o comandante acompanhe o desenrolar das ações, para lançar mão da reserva decisivamente, no momento em que o poder de combate do inimigo estiver mais degradado. Se o perímetro defensivo do oponente ainda apresentar grande extensão e pouca profundidade, a força atacante pode realizar uma penetração no core do ADU e manobrar por linhas interiores antes que a defesa inimiga possa se recompor em profundidade. Os comandantes empenhados na defesa, por sua vez, devem manter uma força de contra-ataque disponível, realizar contra-ataques de desorganização e

substituí-la, rapidamente, por forças defensivas gerais que absorverão o esforço de retaliação do atacante.

Lição 3: Os atacantes perdem a iniciativa depois que entram na cidade. “*Atacar ou cercar*” esta é a última escolha livre do atacante. Historicamente, quem opta pela ofensiva detém a iniciativa operacional na maioria das campanhas de combate em larga escala. A decisão estratégica de dar início às hostilidades é geralmente associada à capacidade de dedicar forças superiores às forças do inimigo, impelindo-o para uma atitude defensiva. Caso seja derrotado em campo aberto, o defensor pode retirar-se para uma grande cidade e usar o ADU para preservar o que restou do seu poder relativo de combate, estender o alcance operacional e obter iniciativa tática³⁹. Dificilmente, o atacante poderá simplesmente desbordar a cidade e seguir adiante, devido ao seu valor estratégico ou operacional. Ele precisa escolher entre atacá-la ou sitiá-la. Uma vez decidido pelo investimento no terreno urbano, será mantido o cerco até a vitória final no ápice de uma batalha decisiva ou a derrota do atacante e a suspensão do sítio. Os atacantes podem até concentrar a maioria dos meios em um determinado setor da linha de frente, mas, depois que suas forças estão dentro do ADU, elas se tornam irrevogavelmente empenhadas. A decisão de “atacar ou cercar” é difícil de ser tomada, mas não sofre muitas restrições — o defensor se vê obrigado a esperar, incapaz de interferir ou influenciar no processo decisório do inimigo.

O EI reteve a iniciativa em Mossul ao ditar o ritmo e as condições de luta. Em maio de 2015, a organização terrorista frustrou a primeira operação da coalizão para libertar Mossul com um ataque inesperado que levou à captura da cidade de Ramadi. Ao longo dos 18 meses seguintes, a coalizão se empenhou em neutralizar a capacidade de o EI conduzir operações ofensivas e deu início à campanha para investir sobre a área metropolitana de Mossul. Em outubro de 2016, o primeiro-ministro iraquiano anunciou o desencadear da operação para libertar Mossul. A resposta operacional do EI deu-se por meio do desdobramento de uma linha de defesa contínua organizada em profundidade com a realização de contra-ataques de desorganização no nível tático, além de contra-ataques para interromper as transições táticas das forças da coalizão⁴⁰.

A coalizão conseguiu reunir um poder de combate esmagador em todos os seus assaltos. Mas, dentro de Mossul, a dificuldade de avançar sobre terreno

preparado e a defesa dinâmica empreendida pelo EI invalidaram muitas das vantagens iniciais das forças da coalizão. O EI integrou obstáculos e empregou, de forma inovadora e criativa, equipamentos militares e civis para se contrapor, em múltiplos domínios, aos esforços da coalizão. O EI manteve a iniciativa operacional ao variar o grau de resistência por setores, a fim de controlar o ritmo da batalha; amassando fogos para degradar determinadas unidades da coalizão; e adaptando as atividades de provisão de apoio logístico conforme a operação progredia⁴¹.

A amplitude da operação e o hábil uso do ADU de Mossul pelos jihadistas fizeram com que fosse difícil para a coalizão influenciar as decisões operacionais do EI, apesar da supremacia aérea da coalizão, das contínuas incursões e dos ganhos diários na guerra de atrito contra o inimigo. Já em dezembro, a coalizão estava pronta para a ação decisiva, mas o EI decidiu não abandonar a cidade. Em vez disso, permitiu o cerco de 10 mil militantes com o objetivo de conduzir uma batalha de desgaste tão cruenta que a determinação da coalizão de prosseguir a campanha ruiria diante do elevado número de baixas que os jihadistas esperavam infligir aos iraquianos.

Durante a pausa operacional, a coalizão consolidou seus ganhos e se preparou para recomeçar a ofensiva, antes de concluir a captura do leste de Mossul. O EI impediu que a coalizão projetasse força através do Rio Tigre, forçando-a a repetir a mesma abordagem operacional para conquistar a porção oeste da cidade. A coalizão não retomou plenamente a iniciativa até março, quando finalmente conseguiu interditar a estrada para Tal Afar e subjugou os cinco mil remanescentes do EI dentro do bolsão de 25 km² da Cidade Velha⁴².

Combates nos ADU já derrotaram muitos exércitos poderosos. Sun Tzu aconselhou comandantes a evitarem cercar ou atacar cidades muradas em virtude dos riscos intrínsecos a esse tipo de operação⁴³. Além da expectativa elevada de baixas, os cercos prolongados diminuem a prontidão da tropa, reduzem o alcance operacional e subtraem a iniciativa. Em ADU, mesmo uma operação de combate em larga escala bem-sucedida pode exaurir um exército. Em 1942, o Grupo de Exércitos B praticamente capturou Stalingrado, mas às custas da sua efetiva capacidade de conduzir operações com forças blindadas no nível operacional. Dessa



O cirurgião do Serviço de Contraterrorismo iraquiano, Ten Cel Hayder al-Sudani, presta atendimento médico a uma menina em um posto de triagem de deslocados civis, perto de Mossul, Iraque, 03 Mar 17. (Sgt Alex Manne, Exército dos EUA)

forma, foi incapaz de contra-atacar para romper o cerco soviético (Operação Urano)⁴⁴. Além disso, a campanha demorou demasiadamente. Antes mesmo da pretensa captura de Stalingrado, as premissas do planejamento operacional alemão já não eram mais válidas, a ofensiva de verão em toda a frente russa foi dessincronizada e a *Wehrmacht* nunca retomou, de fato, a iniciativa operacional contra o Exército Vermelho.

A operação russa em Grozny, em 1994, foi comprometida por muitos problemas internos, mas as forças russas provavelmente teriam apresentado um desempenho melhor fora do ADU da capital chechena. A superioridade em termos de apoio de fogo, manobra e logística poderia ter ajudado a Rússia a manter a iniciativa em uma batalha campal. Porém, ao tomar a decisão de atacar Grozny em quatro colunas, a Rússia se beneficiou, pela última vez, da liberdade de manobra contra uma força numericamente inferior restrita ao core da cidade. Os separatistas chechenos arrebataram a iniciativa operacional por duas semanas, até que novas forças russas chegaram e empregaram uma nova abordagem operacional centrada no poder de fogo que, embora tenha permitido a captura de Grozny,

destruiu a cidade, desgastou a capacidade militar russa e comprometeu a determinação política necessária para conduzir operações subsequentes⁴⁵.

O atacante pode retomar a iniciativa ao sincronizar as ações para capturar objetivos essenciais. As Forças de Defesa de Israel (FDI) usaram uma abordagem metódica, mas semicontínua, na sua campanha, em 1982, para destruir a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em Beirute, capital do Líbano. A abordagem operacional israelense consistiu em uma linha de cerco contínua para fustigar as forças da OLP por sete semanas. Nesse período, os israelenses realizaram incursões diárias e penetrações terrestres contra objetivos limitados para manter a iniciativa operacional⁴⁶. As incursões aéreas e terrestres e os fogos de artilharia destruíram concentrações inimigas, impediram que a OLP contra-atacasse com sucesso e degradaram o poder de combate do inimigo com baixo risco para as FDI⁴⁷. A amplitude e o tempo eram elementos críticos da abordagem operacional israelense. As FDI tinham regras de engajamento permissivas e tempo suficiente para conduzir cada ataque ou incursão. Ademais, o exército israelense mantinha intencionalmente uma

extensa linha de contato com o inimigo sitiado, a fim de obrigá-lo a dispersar suas forças defensivas ao longo de uma grande quantidade de objetivos táticos.

Reter a iniciativa pode evitar o combate generalizado em frente ampla. No nível tático da guerra, os ADU podem equalizar poderes relativos de combate discrepantes, na medida em que as forças antagônicas se engajam no combate aproximado, com observação e campos de tiro reduzidos e densa presença da população civil. Há uma tendência de paralização das operações de combate em larga escala em um ADU ao longo de uma frente linear, sobretudo, se a conquista dos objetivos estratégicos impuser prazos limitados que comprometam a adequada preparação da batalha. As frentes lineares contíguas talvez pareçam inevitáveis nos ADU conforme os atacantes manobram para encurralar o inimigo e cortar-lhe as linhas de comunicação externas, forçando-o assim a estabelecer posições defensivas para preservar as linhas interiores. Porém, tanto os atacantes quanto os defensores podem tentar manter a iniciativa operacional para controlar o ritmo da batalha, empregando a reserva e realizando incursões para dessincronizar

e desarticular a capacidade ofensiva do inimigo, além de priorizar a destruição de concentrações de tropas oponentes em detrimento do controle do terreno. Os comandantes devem elaborar sua abordagem visando a mitigar o efeito de equalização tática dos ADU.

Lição 4: O terreno densamente urbanizado prolonga a capacidade de durar na ação. As cidades não só complementam como ampliam a capacidade militar para sustentar o combate. Existe um mito de que o terreno urbano favorece o defensor — essa lógica não se aplica a qualquer outro tipo de terreno e não deve ser considerada uma verdade absoluta⁴⁸. O terreno favorece a qualquer um que elabore uma abordagem operacional capaz de tirar proveito de suas características naturais e de suas vantagens potenciais. Todavia,

A Equipe de Treinamento de Construção de Pontes do Reino Unido orienta e dá assistência às Forças de Segurança Iraquianas empenhadas na construção da ponte Acrow Poseidon sobre o Rio Tigre, na cidade de Mossul, Iraque, 20 Mar 18. Esse esforço fez parte da Força-Tarefa Conjunta Combinada—Operação *Inherent Resolve*, a coalizão internacional criada para derrotar o Estado Islâmico no Iraque e na Síria. (Cb Anthony Zendejas IV, Exército dos EUA)



o ADU é o único terreno severamente restritivo que oferece meios e recursos complementares e alternativos para aprimorar o sustento das tropas em combate⁴⁹. Em comparação com outros tipos de ambientes operacionais restritivos (e.g., selvas, montanhas e pântanos), os ADU possuem várias características que oferecem vantagens a ambos os contendores: estradas, cobertas, abrigos e reservas de mão de obra civil. Abordaremos a inserção dos ADU no planejamento operacional das operações de combate em larga escala a despeito da presença da população, pois mesmo uma cidade evacuada, como Stalingrado, pode oferecer vantagem militar significativa.

As vantagens oferecidas pelo ADU de Mossul foram exploradas tanto pelo EI quanto pelas forças da coalizão. A abordagem operacional do EI usou a cidade para criar uma defesa em profundidade impenetrável⁵⁰. Em nenhum outro terreno, o EI poderia ter equipado, abrigado e abastecido uma força tão grande e capaz de suportar os repetidos ataques da coalizão de forma tão eficaz e por tanto tempo. Em Mossul, as atividades logísticas do EI empregaram meios complementares, como hospitais, armazéns, estradas e veículos civis, para aumentar sua capacidade como milícia. O tamanho de Mossul permitiu que o EI complementasse o apoio proveniente de suas principais “bases logísticas” localizadas na Síria e em Tal Afar, até que Mossul fosse completamente cercada. Mesmo depois do sítio, o EI pagou e coagiu civis, no interior da cidade, para recolherem toda sorte de suprimentos, a fim de prover uma defesa robusta pelos quatro meses seguintes⁵¹. Esse esforço produziu soluções inesperadas, como sistemas de veículos aéreos não tripulados (VANT) fabricados localmente e dispositivos explosivos improvisados (IED, na sigla em inglês), para substituir as capacidades tradicionais de Inteligência e de fogo⁵². Por fim, a duração prolongada da batalha ofereceu aos combatentes do EI mais tempo para desenvolverem e aperfeiçoarem suas táticas.

Como o combate em Mossul Oriental se intensificou, a coalizão também adaptou seu plano de apoio visando a explorar as vantagens intrínsecas do ADU. A falta de artilharia de longo alcance do EI permitiu que a coalizão levasse à frente seus sistemas de apoio tático, desdobrando-os em bairros recém-consolidados. Militares ocuparam prédios ao invés de barracas, e a infraestrutura de apoio foi transferida para o interior

da cidade e dispersa em várias áreas de apoio tático de pequeno porte, apenas alguns quarteirões da linha de contato. Recursos foram alocados para restaurar os serviços básicos nos bairros recém-libertados, enquanto hospitais serviram como substituto para campos de refugiados⁵³. Escavadeiras civis foram requisitadas para trabalhos de mobilidade e proteção e até usadas em apoio à infantaria mecanizada durante os combates⁵⁴. Todos esses meios não estão naturalmente disponíveis em nenhum outro tipo de terreno e teriam exigido um processo de aquisição lento e caro para produzir os mesmos resultados táticos.

Os defensores tendem a tirar melhor proveito das oportunidades de sustentação durante as operações de combate em larga escala nos ADU. O EI, assim como a maioria das forças empenhadas na defesa de cidades ao longo da história, teve tempo para preparar e adaptar as práticas de apoio em Mossul. Os defensores são capazes de se beneficiar dos ambientes urbanos por um período mais longo, antes de o combate degradar as estruturas de apoio. Mossul, Beirute e Grozny se encaixam no modelo de operações de combate em larga escala em um ADU segundo o qual os defensores utilizam o terreno edificado intacto para realizar uma ação retardadora, exigindo que os atacantes empreguem seu poder de fogo concentrado na tentativa de desgastar os defensores, aumentar o ritmo da batalha e retomar a iniciativa. Como resultado, os atacantes, quase sempre, capturam um terreno danificado que é menos útil para seus esforços operacionais do que foi para os defensores. A capacidade do EI de fabricar armas durante uma operação de cerco de grande envergadura foi inovadora, mas não foi completamente original: algumas fábricas em Stalingrado mantiveram suas produções em meio ao combate, até o dia em que foram capturadas pelos alemães. Estes, por sua vez, não usaram — ou não puderam usar — a mesma infraestrutura quando estavam eles próprios cercados. Via de regra, os defensores possuem uma vantagem de mobilidade interna nos ADU devido à malha viária existente, mas as forças atacantes perdem essa vantagem à medida que avançam capturando terreno, uma vez que o combate naturalmente degrada a trafegabilidade das ruas, estradas e avenidas tomadas do inimigo.

Deve-se incluir os meios de apoio disponíveis nos ADU na elaboração da abordagem operacional. Todos os tipos de terreno conferem vantagens e desvantagens

em termos militares, mas os ADU são singulares em sua capacidade de sustentar o combate. Durante as operações em Beirute, em 1982, o exército israelense explorou esse fato e cuidadosamente evitou combater em áreas que poderiam oferecer-lhe valor militar nas fases posteriores da campanha. Comandantes devem avaliar o valor do terreno e da infraestrutura urbana pela perspectiva tanto do atacante quanto do defensor, buscando usar ou negar recursos complementares e alternativos ao longo de toda a operação. Oficiais de logística devem, também, prever que os ADU tendem a dissociar os elementos de combate mais do que outros tipos de terreno e podem confeccionar um plano de distribuição diferente.

Lição 5: O alcance operacional é proporcional ao apoio da população. Os moradores locais podem apoiar ou impedir o uso do poderio bélico. No nível estratégico, a doutrina conjunta dos EUA visualiza, sobretudo, a interação civil-militar nos ambientes informacional e cognitivo, a fim de influenciar as atitudes da população para moldar a ação coletiva de uma sociedade em apoio a um dos contendores⁵⁵. A Batalha por Mossul, assim como outras operações de combate em larga escala ao longo da história em ADU, sugere que, no nível operacional, tanto o atacante quanto o defensor devem empregar os recursos disponíveis no ambiente físico para mobilizar indivíduos e grupos a seu favor. O apoio popular é um conceito maoísta, segundo o qual as ações agregadas do povo — relacionadas mas não totalmente dependentes das suas atitudes — podem ampliar ou degradar o poder de combate e o alcance operacional⁵⁶. Em um ADU, milhares de pessoas que podem apoiar ou prejudicar as operações moram muito próximas e, portanto, possuem oportunidades contínuas de fazer uma coisa ou outra. O valor agregado do apoio da população em um objetivo localizado em um ADU pode facilitar ou frustrar decisivamente a capacidade de um beligerante atingir seus objetivos operacionais.

O EI usou os civis residentes em Mossul para estender seu alcance operacional — tanto em termos de tempo (duração), quanto em espaço (distância). Em 2014, o EI capturou Mossul e grandes áreas do Iraque, usando uma pequena força militar apoiada pelo povo. Simpatizantes, grupos afiliados ao partido *Baath* e órgãos governamentais capturados proporcionaram ao EI informação, apoio e até poder de combate, permitindo-lhe atacar, conquistar e depois

consolidar seus ganhos a uma distância e em uma velocidade maiores do que o esperado⁵⁷. Durante os dois anos que o grupo terrorista ocupou Mossul, seus líderes investiram muitos recursos e mão de obra para controlar as atitudes, as crenças e as ações da população por meio de uma combinação de intimidação e incentivos, uma vez que o EI precisaria do seu apoio para manter a defesa da cidade.

Quando a coalizão desferiu seu ataque, a força de combate do EI consistia quase inteiramente de infantaria leve e elementos de apoio de fogo de curto alcance. Todas as outras funções de combate foram realizadas por civis — locais e estrangeiros — que lhe proporcionavam apoio popular dentro de Mossul⁵⁸. O comando e controle foi facilitado por meio do emprego de mensageiros civis que forneceram comunicações seguras. A Inteligência foi proveniente de análise de informações de fontes abertas e de fontes humanas locais. Os civis cavaram túneis e trincheiras, operaram escavadeiras para construir bermas e serviram como escudos móveis para dissuadir incursões da coalizão. Famílias civis distribuíram todos os tipos de suprimentos às pequenas unidades e forneceram apoio de saúde, além de mão-de-obra para a fabricação de armas, incluindo IED lançados por VANT, IED transportados em veículos civis e coletes explosivos, todos confeccionados com recursos locais.

As entrevistas com refugiados que deixavam a cidade sugerem que muito desse apoio talvez tenha sido involuntário. Ainda assim, sua contribuição ao esforço de guerra do EI foi essencial para a duração e a eficácia exibidos pelo grupo terrorista durante a batalha⁵⁹. O EI se valeu das centenas de milhares de civis empregadas na economia da cidade para produzir e distribuir suprimentos com um empenho mínimo de seus próprios quadros. Tal fato proporcionou uma relação favorável entre o número de combatentes e o número de elementos de apoio, permitindo-lhe projetar mais poder de combate por mais tempo do que uma força organizada e apoiada segundo os padrões tradicionais. Por outro lado, a mesma população civil fez relativamente pouco para ajudar os esforços da coalizão. Uma vez libertados pelo governo iraquiano, civis buscaram a segurança que as autoridades deveriam lhes proporcionar, fazendo com que a coalizão empenhasse recursos e poder de combate para protegê-los: militares

distribuíram suprimentos, proporcionaram tratamento médico e construíram abrigos, contribuindo para a redução do alcance operacional da coalizão.

Durante as operações de combate em larga escala nos ADU, a população geralmente proporciona mais apoio ao defensor. Historicamente, os defensores dos ADU extraem apoio físico das populações urbanas, enquanto a difícil tarefa de reconstruir a cidade e restaurar sua sociedade recai sobre o atacante. A não ser que o atacante obtenha surpresa completa, os defensores geralmente têm tempo para explorar a mão-de-obra local por meio de uma abordagem que evoca a coesão social para “defender nossos lares”. Frequentemente, os defensores engajam os moradores locais por meio de uma combinação de apelos a uma identidade comum, incentivos e ameaças de uso da violência. O defensor, se beneficia, também, dos efeitos nocivos do cerco sobre a economia da cidade. Com a interrupção do comércio externo, a atividade econômica declina significativamente até atingir níveis de subsistência. As forças irregulares se empenham para exercer o controle desse mercado de trabalho cativo, porque dependem do apoio da população para fornecer capacidades adicionais e alcance operacional aos seus elementos de combate⁶⁰. Por outro lado, as forças regulares evitam incorporar o apoio popular à sua abordagem operacional ofensiva ou defensiva porque contam, geralmente, com elementos de apoio orgânicos e preferem evacuar a população para empregar fogos com um risco reduzido de danos colaterais.

Há que se investir recursos para mobilizar e extrair apoio efetivo do povo. A doutrina conjunta estipula que um dos princípios fundamentais das operações urbanas é “persuadir governos municipais, grupos e segmentos da população a cooperarem com os esforços da força conjunta”⁶¹. As operações de combate em larga escala, geralmente, são demoradas, o que possibilita aos comandantes empenhar recursos e constituir equipes JIIM a fim de transformar o potencial de apoio da população em melhorias operacionais tangíveis⁶². Em um país amigo — talvez, na defesa de um aliado membro da OTAN — uma abordagem operacional pode se valer da contratação de trabalhadores civis, do recrutamento de voluntários locais para atuar como fontes de Inteligência humana ao longo das linhas de comunicação visando a incrementar a segurança da área de retaguarda e aumentar a assistência humanitária para os deslocados civis. A participação ativa da

população pode se mostrar decisiva para melhorar a coesão, a legitimidade e a probabilidade de sustentar a defesa o tempo necessário para se superar a pressão estratégica. As forças armadas que optam por não incorporar o apoio da população no seu planejamento operacional deixam as pessoas locais ociosas e correm o risco de que seu adversário encontre uma maneira de aproveitar o apoio popular latente.

Conclusão: Militarizar o ADU na Abordagem Operacional

A coalizão derrotou a obstinada defesa do EI e libertou Mossul ao integrar uma manobra terrestre agressiva empreendida pelos iraquianos com os recursos avançados dos EUA dentro do volume espacial do ADU⁶³. O “Estudo Mossul 2017” reconheceu as vantagens que o ADU ofereceu à coalizão, concluindo que “Militares norte-americanos e iraquianos não apenas suportaram o combate aproximado em ambiente urbano, como também adaptaram tanto suas táticas, técnicas e procedimentos, quanto a tecnologia disponível [para derrotar o EI]”⁶⁴. O *Conceito Operativo do Exército* prevê operações de combate em larga escala contra ameaças de poder de combate equiparado em cidades densamente urbanizadas⁶⁵. Para conquistar ou defender um objetivo em ADU sem empreender uma batalha decisiva excessivamente cruenta, os comandantes precisam “militarizar o terreno” para identificar e incorporar suas oportunidades singulares tanto no desenho operacional quanto nas ações no nível tático. Historicamente, as inovações aplicadas aos ADU são adaptações decorrentes das especificidades de uma determinada cidade e dependem, sobremaneira, do apoio que pode ser obtido de sua infraestrutura e da população local para gerar capacidades complementares e alternativas. Em vez de simplesmente tentar ajustar as abordagens operacionais já disponíveis a uma cidade, os comandantes devem considerar as peculiaridades dessa cidade na sua abordagem operacional, visando a arrebatar a iniciativa e estender o alcance de suas operações enquanto preserva o poder de combate para a fase decisiva da batalha. Os comandantes podem flexibilizar o grau de isolamento necessário, elencar objetivos para impor o ritmo do combate e definir os locais de engajamentos terrestres, evitando elevar o nível de atrito e do custo material que historicamente caracterizam as operações de combate em larga escala nos ADU. ■

Referências

1. Joseph M. Martin, entrevista em "Commander's Perspective: CJFLCC Operations in Iraq", *CALL [Center for Army Lessons Learned] News from the Front*, 26 Oct. 2017, p. 8, acesso em: 2 nov. 2018, <https://usacac.army.mil/sites/default/files/publications/17567.pdf>; William Hedges, "An Analytic Framework for Operations in Dense Urban Areas", *Small Wars Journal*, 11 Mar. 2016, acesso em: 9 out. 2018, <https://smallwarsjournal.com/jrn/art/an-analytic-framework-for-operations-in-dense-urban-areas>. Gen Bda Joseph M. Martin acunhou o termo "terreno densamente urbanizado" para descrever a Cidade Velha de Mossul; no entanto, a definição que melhor separa o terreno densamente urbanizado das maiores discussões sobre megacidades foi fornecido pelo Subtenente William Hedges quando ele descreveu "áreas densamente urbanizadas"; veja, também, David Kogon, "The Coalition Military Campaign to Defeat the Islamic State in Iraq and Syria AUG 2016–05 SEP 2017", U.S. Army Campaign History: CJTF–OIR (não publicado, tornado público em 3 set. 2017), p. 4.
2. Field Manual (FM) 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], October 2017), parágrafo. 2-62. As grandes operações de combate em larga escala são aquelas que utilizam escalões brigada e acima como verdadeiras formações de combate e não apenas como quartéis-gerais.
3. Combined Joint Task Force–Operation Inherent Resolve (CJTF–OIR), "The Campaign", CJTF–OIR (website), acesso em: 9 out. 2018, <http://www.inherentresolve.mil/campaign/>.
4. Gary Volesky e Roger Noble, "Theater Land Operations: Relevant Observations and Lessons from the Combined Joint Land Force Experience in Iraq", *Military Review Online Exclusive*, 22 June 2017, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Online-Exclusive/2017-Online-Exclusive-Articles/Theater-Land-Operations/>.
5. O mapa foi confeccionado a partir de anúncios coletados de fonte aberta da coalizão que citaram unidades, locais e datas. A História da Campanha do Exército dos EUA A CJTF–OIR estimou o efetivo do Estado Islâmico (EI) desdobrado em Mossul entre 3.000 e 5.000 combatentes (infantaria leve) dentro da cidade e entre 1.000 e 2.500 na periferia; mas para manter as estimativas alinhadas com as normas históricas, nossa estimativa de 10.000 integrantes total do EI inclui, também, o pessoal de apoio ao combate e de apoio administrativo que proporcionaram ao EI o efetivo equivalente a duas brigadas de infantaria leve. A CJTF–OIR History estima o efetivo da coalizão empregado na campanha em 94.000, incluindo milícia aliada, que arredondamos para 100.000 para levar em conta os recompletamentos. O mapa mostra a estimativa de 70.000 soldados das Forças de Segurança Iraquianas que combateram dentro de Mossul. Veja Kogon, "The Coalition Military Campaign", p. 15–16.
6. Mike Lundy e Rich Creed, "The Return of U.S. Army Field Manual 3-0, Operations", *Military Review* 97, no. 6 (November–December 2017): p. 14–20.
7. FM 3-0, *Operations*, p. ix–xii.
8. Tim Lister, Mohammed Tawfeeq, and Angela Dewan, "Iraqi Forces Fight IS on Mossul Streets", CNN, 4 Nov. 2016, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.cnn.com/2016/11/03/middleeast/mosul-of-fensive-iraq-troops-in/>.
9. Roger J. Spiller, "On Urban Operations and the Urban Environment", in *Sharp Corners: Urban Operations at Century's End* (Fort Leavenworth, KS: U.S. Army Command and General Staff College Press, 2001), p. 1–37.
10. Army Techniques Publication (ATP) 3-06, *Urban Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, December 2017), p. 1-1.
11. Joint Publication (JP) 3-06, *Joint Urban Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, November 2013), p. 1-6.
12. *Ibid.*, p. 1-2.
13. *Ibid.*
14. Existem, hoje, 46 megacidades ao redor do planeta. Há aproximadamente mil cidades de "médio porte" com populações entre 500.000 e 9,9 milhões de pessoas. Em termos históricos e estatísticos, é mais provável que as operações militares ocorram nas áreas urbanas menores do que nas megacidades. Para uma discussão mais ampla, veja Hedges, "An Analytic Framework for Operations".
15. Dan Lamothe et al., "Battle of Mosul: How Iraqi Forces Defeated the Islamic State", *Washington Post* (website), 10 July 2017, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.washingtonpost.com/graphics/2017/world/battle-for-mosul/>; Adnan R. Khan, "What Went Wrong in Mosul", *Maclean's*, 23 Feb. 2017, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.macleans.ca/news/world/what-went-wrong-in-mosul/>.
16. Mosul Study Group 17-24U, *What the Battle for Mosul Teaches the Force* (Fort Eustis, VA: U.S. Army Training and Doctrine Command [TRADOC], September 2017), p. 28–39.
17. Stephen J. Townsend, "Multi-Domain Operations in Megacities" (apresentação, Association of the United States Army 2017 LANPAC Symposium & Exposition, Honolulu, 23 May 2018).
18. Volesky e Noble, "Theater Land Operations".
19. ATP 3-06, *Urban Operations*, p. 4-58, 5-36.
20. Townsend, "Multi-Domain Operations in Megacities".
21. Thucydides, *The Landmark Thucydides: A Comprehensive Guide to the Peloponnesian War*, ed. Robert B. Strassler (New York: Free Press, 2008), p. 98–104. As tentativas infrutíferas de Esparta de isolar Atenas durante o primeiro ano da Guerra do Peloponeso são um bom exemplo.
22. Spiller, "On Urban Operations", p. 89.
23. "Mosul Battle: Iraq Militias 'Cut off IS Access to City,'" BBC News, 23 Nov. 2016, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-38079602>.
24. Richard E. Simpkin, *Race to the Swift: Thoughts on Twenty-First Century Warfare* (Washington, DC: Brassey's Defence, 1985). Um ambiente densamente urbanizado não é composto sempre por terreno severamente restritivo; de certa forma, as áreas urbanas aumentam a mobilidade, mas limitam drasticamente movimento em todas as outras direções. Simpkin chamou isso de "indo contra a essência do terreno".
25. Mosul Study Group 17-24U, *What the Battle for Mosul Teaches the Force*, p. 37.
26. Kendall D. Gott, *Breaking the Mold: Tanks in the Cities* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2006), p. 77–82.
27. Olga Oliker, *Russia's Chechen Wars 1994-2000: Lessons*

from *Urban Combat* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2001), p. 16–22.

28. Falih Hassan e Tim Arango, "IS Destroys Al Nuri Mosque, Another Loss for Mosul", *New York Times* (website), 21 June 2017, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.nytimes.com/2017/06/21/world/middleeast/mosul-nuri-mosque-isis.html>.

29. Kareem Shaheen, "Iraqi PM Visits Ramadi after Declaring IS Will Be 'Terminated' in 2016", *The Guardian* (website), 29 Dec. 2015, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2015/dec/28/iraq-declares-ramadi-liberated-from-islamic-state>.

30. "Mosul Operation Going Faster than Planned, Says Iraq Ministry", *Rudaw*, 3 Nov. 2017, acesso em: 9 out. 2018, <http://www.rudaw.net/english/middleeast/iraq/021120163>; Campbell MacDiarmid, "The Battle to Retake Mosul Is Stalemated", *Foreign Policy* (website), 22 Dec. 2016, acesso em: 2 nov. 2018, <https://foreignpolicy.com/2016/12/22/the-battle-to-retake-mosul-is-stalemated/>.

31. Kimberly Dozier, "Top U.S. General: Two More Years to Beat IS", *Daily Beast*, 25 Dec. 2016, acesso em: 2 nov. 2018, <https://www.thedailybeast.com/top-us-general-two-more-years-to-beat-isis>; W. G. Dunlop, "Iraq Announces 'Liberation' of East Mosul", *Yahoo News*, 18 Jan. 2017, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.yahoo.com/news/top-iraq-commander-announces-liberation-east-mosul-112326673.html>.

32. Seth Robson, "Civilians Return to Mosul as Iraqi Forces Mop up Residual IS Fighters", *Stars and Stripes* (website), 21 July 2017, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.stripes.com/news/civilians-return-to-mosul-as-iraqi-forces-mop-up-residual-is-fighters-1.479136>.

33. A distância foi compilada pelo autor com base em várias reportagens da mídia sobre o progresso da coalizão em locais ao redor da cidade.

34. Kogon, "The Coalition Military Campaign", p. 35.

35. B. H. Liddel Hart, *History of the Second World War* (New York: Putnam, 1970), p. 258.

36. Louis A. DiMarco, *Concrete Hell: Urban Warfare from Stalingrad to Iraq* (Oxford, UK: Osprey, 2012), p. 37.

37. *Ibid.*, p. 78.

38. Stephen Kalin, "Iraqi Forces in Mosul Mostly in Refit Mode: U.S. General", *Reuters*, 21 Dec. 2016, acesso em: 9 out. 2018, <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-iraq-mosul-idUSKB-N14A197>.

39. Spiller, "On Urban Operations", p. 89.

40. Kogon, "The Coalition Military Campaign", p. 15.

41. Lydia Kautz, "Martin Details Liberation of Mosul", *Junction City Daily Union* (website), 23 Aug. 2017, acesso em: 10 out. 2018, http://www.jcdailyunion.com/news/martin-details-liberation-of-mosul/article_5778a9b4-886a-11e7-8a32-17b6bfdec63e.html.

42. Stephen Kalin, "Iraqi Army Controls Main Roads out of Mosul, Trapping Islamic State", *Reuters*, 1 Mar. 2017, acesso em: 10 out. 2018, <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-mosul-road-idUSKBN1683H8>.

43. Roger T. Ames, trans., *Sun-Tzu: The Art of Warfare* (New York: Ballantine Books, 1993), p. 111.

44. Hart, *History of the Second World War*, p. 263.

45. DiMarco, *Concrete Hell*, p. 151–68.

46. Avi Shlaim, *The Iron Wall: Israel and the Arab World* (New York: W. W. Norton, 1999), p. 410.

47. Gott, *Breaking the Mold*, p. 65.

48. JP 3-06, *Joint Urban Operations*, p. I-7.

49. Os profissionais na área de economia, empregam a seguinte terminologia padrão: "bem complementar" e "bem substituto". Em resumo, um bem complementar é algo que, quando combinado com um meio existente, aumenta o valor tanto do meio original quanto seu recém-adquirido complemento. Em termos militares, isso é algo que aumenta a eficácia de um meio militar existente (carros de combate sem combustível são casamatas caras). Um bem substituto é uma alternativa que é tão efetiva quanto o original. Preferimos usar o substituto menos valioso que ainda pode cumprir a missão, como os sistemas de veículos aéreos não tripulados (VANT) em vez de aeronaves para apoio aéreo aproximado; além disso, preferimos usar artilharia para liberar as plataformas de VANT para reconhecimento.

50. Mosul Study Group 17-24U, *What the Battle for Mosul Teaches the Force*, p. 34.

51. *Ibid.*, p. 38-40.

52. *Ibid.*, p. 32.

53. *Ibid.*, p. 40.

54. *Ibid.*, p. 43.

55. JP 3-06, *Joint Urban Operations*, p. IV-7.

56. John Shy e Thomas W. Collier, "Revolutionary War", in *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*, ed. Peter Paret (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986), p. 839–42.

57. Tim Arango, "Uneasy Alliance Gives Insurgents an Edge in Iraq", *New York Times* (website), 18 June 2014, acesso em: 10 out. 2018, <https://www.nytimes.com/2014/06/19/world/middleeast/former-loyalists-of-saddam-hussein-crucial-in-helping-isis.html>.

58. John Beck, "How ISIL Used Government Workers to Control Mosul", *Al Jazeera*, 10 Aug. 2017, acesso em: 10 out. 2018, <https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/08/isil-government-workers-control-mosul-170803142445067.html>.

59. Ghaith Abdul-Ahad, "How the People of Mosul Subverted IS 'Apartheid'", *The Guardian* (website), 30 Jan. 2018, acesso em: 10 out. 2018, <https://www.theguardian.com/cities/2018/jan/30/mosul-isis-apartheid>.

60. Essas "milícias irregulares" incluem forças quase nacionais como a Organização para a Libertação da Palestina e o Hezbol-lah; milícias separatistas domésticas como na Chechênia, Ucrânia e Síria; e insurgências com envolvimento internacional como o EI, a Al Qaeda, o Talibã e algumas gangues de narcotraficantes internacionais.

61. JP 3-06, *Joint Urban Operations*, p. I-12.

62. Aleksandr Svechin, *Strategy*, ed. Kent D. Lee (Minneapolis: East View, 1992), p. 148–49.

63. Loveday Morris e Mustafa Salim, "After a Slow and Bloody Fight against IS, Iraqi Forces Pick Up the Pace in Mosul", *Washington Post* (website), 14 Jan. 2017, acesso em: 10 out. 2018, https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/after-a-slow-and-bloody-fight-against-IS-iraqi-forces-try-to-pick-up-the-pace-in-mosul/2017/01/13/c5b30648-d43f-11e6-9651-54a0154c-f5b3_story.html.

64. Mosul Study Group 17-24U, *What the Battle for Mosul Teaches the Force*, p. 10.

65. TRADOC Pamphlet 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept: Fight and Win in a Complex World* (Fort Eustis, VA: TRA-DOC, 31 October 2014), p. 8.



Militar do 1º Batalhão/187º Regimento de Infantaria recolhe impressões digitais em um vilarejo afegão, 07 Mai 13, durante a Operação Shamshir VI, em Khoti Khey, Distrito de Zornat. (Cb Chenee' Brooks, Exército dos EUA)

Identificação

Capacitando Soldados e Apoiando a Missão

Matt McLaughlin

Um inimigo precisa ser classificado estrategicamente. Ele é convencional, terrorista, insurgente ou híbrido? Ademais, faz-se necessário identificá-lo taticamente. O indivíduo é combatente ou não combatente? Talvez isso possa parecer uma tarefa simples à primeira vista. No entanto, a guerra não convencional contra inimigos assimétricos faz com que, atualmente, tais distinções se tornem difíceis de se estabelecer na prática. Sem essa preocupação, nenhum estado-maior poderá elaborar uma operação militar coerente, e tropas em campanha talvez não consigam diferenciar entre ameaças verdadeiras e civis inofensivos.

Forças não convencionais se ocultam e escondem suas afiliações para ampliar sua liberdade de

ação, organizar a estrutura de comando e controle e produzir efeitos letais. Essas capacidades são ampliadas por tecnologias cada vez mais baratas e comuns, como comunicações sem fio criptografadas e pequenos veículos aéreos não tripulados. O que se busca é encobrir a

identidade daqueles que agem contra os interesses dos EUA e comprometer nossa resposta.

As atividades de identificação, como delineadas no Aviso de Doutrina Conjunta 2-16, *Atividades de Identificação* (Joint Doctrine Note [JDN] 2-16, *Identity Activities*), visam a mitigar essa área nebulosa para as forças dos EUA¹. Trata-se de um conjunto de ferramentas como exploração de área [*site exploitation* — coleta de dados, apreensão de material

e captura de pessoas em um local específico, como por exemplo durante uma “entrada tática”, para posterior análise por equipes de inteligência — N. do T.], investigações forenses e recursos de biometria com sistemas de informações, análises de dados, treinamento e,

no futuro, inteligência artificial. As atividades de identificação ajudam as forças conjuntas a negarem o anonimato ao inimigo, permitindo-lhes distinguir entre combatentes e não combatentes e, com isso, levam a luta aos nossos verdadeiros oponentes.



Um agente da Polícia Local Afegã olha em um scanner óptico biométrico durante o processo seletivo de ingresso na força conduzido por integrantes do Ministério do Interior Afegão no Distrito de Gizab, Província de Uruzgan. A Polícia Local Afegã é uma força defensiva orientada para a proteção da comunidade em que serve, a fim de trazer segurança e estabilidade às áreas rurais do país. (Sgt David Brandenburg, Marinha dos EUA)

O Problema do Anonimato

Hoje, os interesses dos EUA são desafiados por uma variedade de ameaças estatais e não estatais. A maioria delas compartilha uma característica comum: a dificuldade de identificá-las e atribuir-lhes a responsabilidade por seus atos. Terroristas escondem suas intenções e afiliações verdadeiras para, depois, atacarem centros urbanos sem advertência alguma. Insurgentes, após conduzirem operações violentas contra seus governos, descartam as armas, misturando-se novamente à população nativa. E, nas guerras híbridas, militares de um Estado hostil abandonam seus uniformes, a fim de fomentar a inquietação contra os governos de Estados rivais. Em cada caso, os perpetradores dependem do anonimato para obter êxito, violando as Convenções de Genebra.

Como descrito anteriormente, a identificação de um terrorista, insurgente ou combatente híbrido o tornaria operacionalmente ineficaz por diferentes razões. A Tabela 1 analisa essas variantes. Vale a pena considerar as diferenças na natureza de cada tipo de ameaça antes de discutir como as atividades de identificação podem ajudar a combatê-las.

Como definido na Circular de Instrução 7-100, *A Ameaça Híbrida* (Training Circular 7-100, *Hybrid Threat*), um terrorista é “um indivíduo que comete um ato ou atos de violência ou ameaça usar violência em busca de objetivos políticos, religiosos ou ideológicos”². Insurgentes se engajam no “uso organizado da subversão e da violência [...] para derrubar um governo ou forçar mudanças de

uma autoridade central”³. Em qualquer caso, eles provavelmente serão classificados como “combatentes inimigos ilegais”, isto é, “pessoas sem os direitos de imunidade no combate, que se engajam em atos contra os Estados Unidos ou seus parceiros de coalizão em violação às leis e costumes da guerra durante um conflito armado”⁴. Uma ameaça híbrida pode fazer uso dessas estruturas não convencionais em conjunto com forças militares regulares ou paramilitares.

Matt McLaughlin é contratado na área de comunicações estratégicas da Defense Forensics and Biometrics Agency. Profissional certificado em dados biométricos, é bacharel pela Northwestern University, mestrado em Administração de Empresas pela Loyola University Chicago e mestrado pelo U.S. Naval War College. Durante seu tempo no Serviço Ativo e na Reserva, trabalhou em três navios e um estado-maior naval no exterior.

O termo “terrorista” é amplo. Ele pode ser um indivíduo que atua sozinho com motivos idiossincráticos ou um membro de um grupo mais organizado baseado em células, como a Al Qaeda. Em qualquer caso, o objetivo imediato do terrorista não é controlar território ou estabelecer qualquer autoridade específica, mas simplesmente executar um ataque eficaz, principalmente com efeitos psicológicos contra uma população alvo, independentemente da brutalidade empregada. Isso significa que *o terrorista requer anonimato para atacar sem aviso*. Ele precisa ser capaz de cruzar fronteiras sem ser identificado e necessita de tempo para planejar sua ação e reunir suprimentos para levá-la a cabo, livre da interferência das autoridades. Contudo, uma vez realizado o ataque (geralmente letal para o próprio agressor), o anonimato deixa de ser necessário. Na verdade, o oposto pode ser mais conveniente, considerando que os perpetradores, quase sempre, desejam que suas biografias, reivindicações e afiliações sejam transmitidas ao mundo, como um ato final de autojustificação.

Uma breve observação sobre terroristas domésticos: é bem provável que criminosos que planejem e executem ataques dentro do seu país de origem (e.g., o responsável pela bomba de Oklahoma City) sejam problemas eminentemente policiais, sem envolvimento militar. Como resultado, o terrorismo doméstico está além do alcance deste texto. Dessa forma, a Tabela 1 se refere apenas ao terrorista “internacional”. No entanto, para os fins deste artigo, desde que realize viagens ao estrangeiro para receber treinamento, um terrorista doméstico pode ser considerado como “internacional”. Considerando que, nesse caso, ele precisaria cruzar fronteiras internacionais, o pretense perpetrador adquire o perfil dos terroristas internacionais ao visitar locais terroristas no exterior e estar diante da possibilidade de enfrentar forças militares, engajando-se em atividades que claramente o vinculam a grupos hostis.

Os insurgentes têm objetivos mais concretos do que a maioria dos terroristas — visam a minar a legitimidade da autoridade existente em um dado território e substituí-la por uma nova ordem. Assim, os insurgentes precisam planejar o futuro e manter seu sistema e organização. Conseqüentemente, *insurgentes requerem anonimato para preservar sua força*, bem como para conseguir surpresa tática. Uma ameaça terrorista pode findar-se com a realização de um ataque suicida, mas as insurgências perduram além de um único incidente. Seus líderes, que talvez não estejam diretamente envolvidos nas ações táticas, precisam permanecer vivos e livres, a fim de

Tabela 1. Tipologia dos Combatentes Anônimos

	Área de operações	Motivação	Densidade	Coordenação	Valor principal do anonimato
Terrorista internacional	Alvo no exterior, viagens através das fronteiras internacionais	Várias; individual ou coletiva	Um ou mais indivíduos	Nenhuma; informal	Promover ataques inesperados
Insurgente	Terra natal	Inspirar o movimento popular antigoverno	Células, pequenas e grandes	No nível das células; líderes insurgentes	Preservar a própria força
“Soldado híbrido”	País estrangeiro	Objetivos políticos do governo do seu país	Depende da missão; provavelmente um grande grupo	Responde ao governo do seu país	Negação do envolvimento do governo do seu país

(Tabela pelo autor)

fornecer tanto uma continuidade operacional quanto um fluxo de propaganda. Porém, a não ser que um terceiro país os patrocine, eles só podem fazer isso se estiverem escondidos. Da mesma forma, líderes sem subordinados não têm poder suficiente para influenciar eventos. Assim sendo, os combatentes comuns da insurgência também precisam permanecer anônimos, evitando a detenção preventiva pelas forças de segurança.

Os soldados híbridos se diferenciam dos grupos terroristas e das insurgências em um aspecto chave — respondem a um governo estrangeiro. Isso significa que *o propósito principal do anonimato é proporcionar a um governo estrangeiro a negação do seu envolvimento*. Nesse caso, enquanto o anonimato dos soldados é usado para capacitar as operações híbridas, da mesma forma como terroristas e insurgentes, o maior propósito é ajudar um Estado agressor a furtar-se da culpa por atividades beligerantes. A capacidade ou a incapacidade de atribuir ações a atores estatais tem imensas implicações diplomáticas e geoestratégicas.

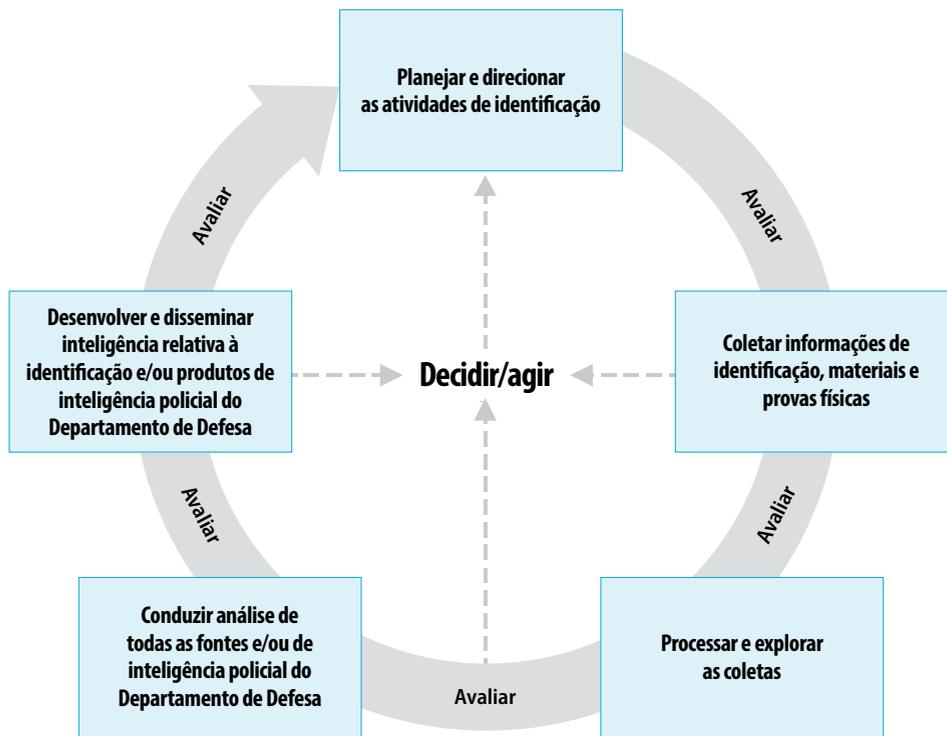
Fornecendo *Insight* por Meio das Atividades de Identificação

Quando as operações requererem a determinação ou a verificação de uma identidade por qualquer motivo, as atividades de identificação exercerão um papel crucial na solução. Contudo, esse conceito engloba uma ampla gama de ferramentas e doutrina.

Segundo o JDN 2-16, as atividades de identificação são “um conjunto de funções e ações que reconhecem e diferenciam apropriadamente uma entidade de outra, apoiando o processo decisório”⁵. Elas podem resolver conflitos; vincular ou definir identidades com precisão; descobrir características compartilhadas de um determinado grupo; caracterizar identidades para avaliar níveis de ameaça ou de confiança; e desenvolver ou gerenciar as informações relativas a identidade. O Ciclo Operacional de Atividades de Identidade (Figura 1) demonstra como vários aspectos das atividades de identificação apoiam o processo decisório⁶.

A Publicação Conjunta 3-0, *Operações Conjuntas* (JP 3-0, *Joint Operations*), coloca decididamente a identificação dentro das funções operacionais de inteligência e proteção. Ao discorrer sobre a atividade de inteligência, a JP 3-0 observa:

Ao identificar primeiro os atores relevantes e aprender tanto quanto possível sobre eles e suas inter-relações, o [comandante da força conjunta] pode desenvolver uma abordagem que facilitará o processo decisório e o comportamento (ativo ou passivo) desses atores que sejam coerentes com o estado final desejado da operação. A análise sociocultural e as atividades de inteligência de identificação (I2) permitem um melhor entendimento dos atores relevantes⁷.



(Figura proveniente do JDN 2-16, *Identity Activities*, 03 Aug. 16; as atividades de identificação não são uma única ferramenta ou procedimento, mas um conjunto de várias tarefas e determinações referentes à identificação de indivíduos)

Figura 1. Ciclo Operacional das Atividades de Identificação

Além disso, as “atividades de coleta de identidade” são especificadas como uma das quinze tarefas de proteção⁸.

Em ambos os casos, tem-se o entendimento da identificação como uma ferramenta que apoia o processo decisório. Considerando que decisões precisam ser tomadas em todas as fases do conflito e através de uma grande diversidade de operações militares, a identificação se aplica em qualquer situação. Nas missões de cooperação em segurança, por exemplo, as ferramentas de identificação podem ajudar a nação anfitriã a manter o Estado de Direito ao identificar criminosos. Essas mesmas ferramentas podem ajudar a identificar insurgentes ou tropas não uniformizadas durante as hostilidades. E, no decurso das operações de estabilização, as atividades de identificação podem ajudar a estabelecer boa governança ao enfrentar a fraude e as ameaças internas.

As atividades de identificação começaram a demonstrar seu valor operacional durante as missões de combate contra os dispositivos explosivos improvisados (IED, na sigla em inglês) no Iraque e no Afeganistão, em meados da

década de 2000. A análise forense dos detritos de IED e da identificação biométrica de indivíduos ajudaram as forças da coalizão a “atacar a rede” dos seus fabricantes e usuários⁹. A infraestrutura montada para essa tarefa específica mostrou-se gradualmente útil a outros propósitos, como a triagem da população, a fim de evitar que terroristas conhecidos ou suspeitos se juntassem à polícia e às forças militares.

Graças ao compartilhamento entre bancos de dados biométricos do Departamento de Defesa e de seus parceiros interagências e internacionais, as informações relativas à identidade de pessoas nefastas reunidas desde 2004 permanecem disponíveis para as necessidades

de segurança de fronteira e de imposição da lei, mesmo depois do fim das hostilidades. No mínimo, aqueles indivíduos cujos aspectos biométricos os vinculam a alguma atividade beligerante anterior podem ser requeridos para prestar esclarecimentos adicionais. Nos casos mais sérios, eles podem ter sua entrada negada em outro país ou até mesmo serem detidos. Seja qual for o uso, seus antecedentes históricos teriam passado despercebidos se não fossem os cadastros biométricos e o compartilhamento de dados.

Empregos Variados

A *National Military Strategy* (“Estratégia Militar Nacional”), de 2015, enumera 12 missões típicas de operações conjuntas, muitas das quais estão em curso, e todas podem ser apoiadas, de certa forma, por atividades de identificação¹⁰. Por exemplo, a biometria e outras ferramentas de certificação de identidade podem ajudar em uma dissuasão nuclear tão bem quanto apoiar uma campanha de contrainsurgência. No entanto, as ideias a seguir concentram-se em campanhas

e nos indivíduos que os militares norte-americanos poderão, de fato, enfrentar. Cenários reais serão considerados, junto com missões definidas na *Estratégia Militar Nacional*, como mostrado na Tabela 2.

Enfrentando o Estado Islâmico. A luta contra o autoproclamado Estado Islâmico (EI) é um esforço duplo: primeiro, um engajamento para reverter os seus ganhos territoriais no Iraque e na Síria por meio do emprego de uma coalizão internacional e, segundo, a contenção da ameaça terrorista a outros Estados distantes. O EI está resistindo à coalizão, de certo modo, como uma força híbrida; tem (ou tinha) que defender território, algo que geralmente não é feito por grupos terroristas, mas emprega táticas terroristas, como bombardeios suicidas e combatentes não uniformizados. As atividades de identificação ajudam a localizar militantes do EI que se escondem entre o povo, como se fossem insurgentes. Contudo, o aspecto

mais pertinente a esta discussão é o esforço para impedir a fuga de seus membros. À medida que o EI é desmantelado na Síria e no Iraque, seus remanescentes se dispersam, voltando a seus países de origem ou buscando refúgio em outras nações. Esses indivíduos precisam ser identificados, rastreados e detidos durante suas viagens para evitar que cometam mais atrocidades. Alguns serão enquadrados como mero aventureiros ou simples soldados e serão permitidos sair. Outros revelar-se-ão líderes superiores ou vinculados diretamente por dados forenses a atos condenáveis que justificam a instauração de processos judiciais. As atividades de identificação são um recurso essencial para a “limpeza” pós Estado Islâmico.

Afganistão. Embora, já há algum tempo, tenha se tornado um exemplo familiar para muitos leitores, vale observar a relevância das atividades de identificação para as operações de contrainsurgência em

Tabela 2. Identificação na Prática

	Missões dos EUA (Estratégia Militar Nacional, 2015)	Tipo de ameaça	Objetivo inimigo imediate	Como a identificação pode impedir o inimigo
Estado Islâmico (terror real; quase híbrido)	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o terrorismo • Responder às crises e conduzir operações de contingência limitadas 	Ataques terrestres tradicionais combinados com infiltração urbana e terrorismo global descentralizado	Visa a governar um determinado território pelo qual pode se espalhar e inspirar o terror no exterior	Impedir viagens internacionais do terrorista; atacar a rede terrorista; identificar combatentes/terroristas entre o povo
Afganistão (insurgente real)	<ul style="list-style-type: none"> • Conduzir operações de estabilização e de contrainsurgência • Conduzir engajamento militar e cooperação em segurança 	Ameaça interna; campanha de terror localizada	Governar território limitado; enfraquecer o Estado	Atacar a rede terrorista; detectar ameaças internas; identificar combatentes/insurgentes entre o povo
Ucrânia (híbrido real, papel teórico para identidade)	<ul style="list-style-type: none"> • Negar os objetivos do adversário • Conduzir engajamento militar e cooperação em segurança 	Combatentes estrangeiros anônimos fomentam inquietação; guerra convencional misturada com subversão	Desestabilizar o governo rival, com custos mínimos	Atribuir atividades beligerantes a um governo estrangeiro; identificar intrusos estrangeiros
Mar da China Meridional (híbrido teórico)	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma presença global de estabilização • Negar os objetivos do adversário 	Milícia marítima não reconhecida que nega acesso livre ao Mar do Sul da China	Proteger reivindicações de território marítimo	Identificar trânsito marítimo legítimo; atribuir atividades beligerantes a um governo estrangeiro

(Tabela pelo autor)

andamento contra o Talibã e outros grupos armados no Afeganistão. Como uma insurgência, o Talibã se concentra em controlar território e minar a autoridade do governo. A identificação de combatentes anônimos dispersos entre o povo é essencial para dismantelar suas redes clandestinas. É valiosa, também, para impedir a proliferação de outras ameaças internas. Infelizmente, os ataques continuam, mas provavelmente seriam muito piores sem as capacidades de verificação e triagem que as atividades de identificação proporcionam.

Ucrânia. As operações híbridas russas na Ucrânia são bem conhecidas, se não bem entendidas, nos Estados Unidos. Isso se dá, sobretudo, porque a Rússia tem logrado manter um véu de negação do seu papel no conflito “interno” da Ucrânia. Sem dúvida, o anonimato individual



Militar das Forças de Segurança Iraquianas tem suas impressões digitais escaneadas durante uma triagem no Campo de Provas Besmaya, no Iraque. Besmaya é um dos quatro locais onde a Força-Tarefa Conjunta da Operação *Inherent Resolve* dedica-se ao desenvolvimento de capacidades de parceiros. Lá, militares espanhóis e portugueses aprimoram o treinamento das Forças de Segurança Iraquianas. (Sgt Joshua Wooten, Exército dos EUA)

desempenha um papel tático, como exemplificado em 2014 quando tropas não identificadas tomaram o controle de vários prédios governamentais e a incapacidade de atribuir responsabilidade contribuiu para que as forças ucranianas não expulsassem seus ocupantes — embora seja bem provável que fossem militares russos¹¹. A Ucrânia reconheceu implicitamente o impacto potencial das ameaças híbridas anônimas — e a dificuldade de identificá-las — ao fechar sua fronteira para todos os cidadãos russos do sexo masculino com idade entre 16 e 60 anos, durante o recrudescimento das tensões em novembro de 2018¹².

Mas, além disso, o anonimato permite que a nação agressora evite a culpabilidade. Invasões ostensivas pede por respostas ostensivas, como ocorreu nas Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*. A ação clandestina, contudo, permite que outros Estados avessos ao risco possam, de forma plausível, fazer “vista grossa”. Não obstante, a atribuição de responsabilidade é possível. Por exemplo, apesar da natureza supostamente interna do conflito na Ucrânia, reportagens de fontes abertas têm continuamente identificado funerais para tropas russas mortas no país vizinho¹³. Se os jornalistas podem chegar a esse tipo de conclusão pelo simples monitoramento das mídias sociais, então uma capacidade mais elaborada de atividades de identificação, respaldada pelo Estado, oferece grande potencial para se contrapor à narrativa de um Estado agressor¹⁴.

Mar da China Meridional. Por meio de vários esforços diplomáticos e militares, a República Popular da China está criando uma forte presença no Mar da China Meridional. Iniciativas, como a criação de ilhas artificiais e o estabelecimento de uma zona de identificação de defesa antiaérea, chamaram bastante a atenção da comunidade internacional ao longo dos últimos anos¹⁵. Menos perceptível, mas talvez não menos significativo, tem sido o emprego de forças de “milícia marítima” para impor reivindicações chinesas a bancos de pesca e ilhas dentro de zonas econômicas exclusivas de outros países (algumas dessas nações possuem disputas e reivindicações pendentes entre si, mas todas concordam que as áreas não são chinesas). Barcos de pesca ostensiva com cascos azuis, embora pesquem pouco, aparecem seguramente em lugares disputados¹⁶. Eles são o eixo central da estratégia híbrida chinesa de afirmar sua dominância nas águas do Sudeste da Ásia. Os proprietários, capitães e tripulantes podem ser rastreados — frequentemente usando registros públicos — e esse tipo de informação pode ajudar a determinar a verdadeira natureza e propósito das embarcações.

O Estado Atual das Atividades de Identificação

Hoje, a maioria do trabalho sobre as atividades de identificação é feita nos bastidores por organizações como a Defense Forensics and Biometrics Agency (Agência Forense e de Biometria de Defesa) e o National Ground Intelligence Center (Centro Nacional de Inteligência Terrestre). Em termos práticos, o trabalho depende de dados coletados por soldados em campanha e seus parceiros interagências, capacitando e aprimorando o processo decisório.

Individualmente, a maioria dos militares reconhecerá nos equipamentos biométricos portáteis (e, até certo grau, os equipamentos de investigação forense) a vanguarda das atividades de identificação. Por mais de uma década, os soldados têm feito uso de aparelhos biométricos portáteis para cadastrar rostos, impressões digitais e íris de milhões de pessoas e registrado informações contextuais para construir o depósito biométrico oficial do Departamento de Defesa. Pelo uso de listas de vigilância armazenadas nos próprios aparelhos, esses registros já permitiram que militares identificassem indivíduos procurados em apenas poucos minutos ou até mesmo segundos após a inscrição.

Hoje, a maior parte da instrução sobre o manuseio desse equipamento é fornecida durante os ciclos de treinamento pré-desdobramento ou após o ingresso no teatro de operações. Normalmente, não é repetida ao longo dos processos de reciclagem da instrução individual ou da unidade, mas é intrínseca às necessidades da missão. O treinamento inclui os sistemas atualmente empregados: o Biometrics Automated Toolset-Army (BAT-A), um laptop com equipamento periférico; e o Secure Electronic Enrollment Kit (SEEK II), um aparelho autônomo portátil.

Alguns soldados, em particular os integrantes da polícia do Exército e os engenheiros de combate do Centro de Excelência de Apoio à Manobra, recebem treinamento mais especializado sobre a investigação forense de locais sensíveis ou de análise pós-detonação. Atualmente, o Exército está desenvolvendo um conjunto padronizado de investigação forense. Outras Forças Singulares empregam, também, a investigação forense em campanha — notadamente, os destacamentos de aplicação da lei do Corpo de Fuzileiros Navais têm apresentado uma razoável capacidade orgânica de análise forense embarcado ou desembarcado desde 2014¹⁷.

Nenhum sistema para a análise de inteligência baseado em recursos de identificação existe no nível operacional, a não ser que se inclua listas de vigilância armazenadas nos aparelhos SEEK II como uma ferramenta que fornece dados de identificação. Em termos práticos, o trabalho de apoio analítico e de decisão associado com as atividades de identificação limita-se ao fornecimento de respostas apenas àqueles “clientes” que as requererem. Se, por ventura, um indivíduo não constar da lista de vigilância entre vários milhares de identidades armazenadas na memória de um aparelho, uma solicitação pode ser enviada para verificação no banco de dados biométricos do Departamento de Defesa. A rapidez das respostas pode variar segundo as circunstâncias, como a prioridade atribuída ao pedido ou a infraestrutura de comunicações. As forças de operações especiais obtêm respostas confiáveis em apenas alguns minutos; outros podem levar mais tempo devido aos caminhos de dados indiretos ou ao tempo de espera atrás de pedidos de prioridade mais elevada.

No nível operacional, cada comando conjunto tem uma pequena equipe de identificação nas seções de inteligência (E2) ou operações (E3). Independente da configuração, o E2 e o E3 coordenam intimamente o planejamento das atividades de identificação, que funcionam como uma fusão “Intel/Op”. As operações geram dados que alimentam a inteligência e a inteligência ajuda a conduzir mais operações, em um ciclo virtuoso.

Estado Atual: Cenários Comuns

Com a configuração atual descrita acima, as atividades de identificação já proporcionaram bons resultados ao Departamento de Defesa e seus parceiros interagências ao longo dos últimos anos. Os seguintes cenários comuns demonstram como as atividades de identificação podem ser empregadas com êxito.

Combate aos dispositivos explosivos improvisados. O material recuperado para análise pós-detonação e os locais de fabricação de bombas permitem a instauração de uma investigação forense. Especialistas são capazes de recuperar impressões digitais do material e compará-las com os registros disponíveis no banco de dados biométrico oficial do Departamento de Defesa. Se o dono das impressões digitais for conhecido, seu nome pode ser acrescentado à lista de vigilância e ele pode ser eventualmente detido para interrogatório quando for encontrado. Se as impressões digitais pertencerem a um desconhecido, esse

indivíduo poderia ser futuramente identificado, se seus dados biométricos forem devidamente cadastrados.

Contra-insurgência. Um computador recuperado de um posto de comando dos insurgentes pode ser submetido a uma avaliação forense. Seu hardware provavelmente conterá as impressões digitais dos usuários e a análise dos dados mostrará fotos de integrantes de uma célula clandestina. Isso permitiria a identificação biométrica desses indivíduos no futuro, caso eles tentassem adentrar em instalações de acesso restrito ou fossem mortos ou capturados por tropas da coalizão.

Prevenção de fraude. Um comandante de tropa da nação anfitriã pode identificar e evitar o pagamento indevido a soldados “fantasmas” inexistentes. Para isso, faz-se o cadastro biométrico de cada militar da unidade. As ferramentas de biometria ajudam os oficiais de pagamento a identificar a tentativa de fraude financeira, evitam pagamentos errôneos e permitem implicar judicialmente os comandantes desonestos.

Segurança orgânica. Um indivíduo que se candidata a um emprego como prestador de serviço em uma base de operações avançadas, por exemplo, deve ter sua identidade verificada por meio do seu cadastro biométrico. Esse procedimento básico de contrainteligência impede a infiltração de militantes radicais em áreas de acesso negado.

Proteção de fronteira. Impressões digitais descobertas em um dispositivo explosivo improvisado devem ser carregadas no banco de dados biométrico do Departamento de Defesa. Suponhamos que essas digitais nunca foram vinculadas à identidade de uma pessoa. Porém, anos mais tarde, um indivíduo desconhecido tenta entrar nos Estados Unidos pela fronteira sul. Ao se fazer a verificação de seus dados biométricos constata-se que são coincidentes com aquele velho registro do dispositivo explosivo improvisado. Isso permitirá que ele seja detido para prestar maiores esclarecimentos e sua entrada no país poderá ser negada.

Apoio à manutenção da ordem pública. Se um indivíduo for detido por tráfico de drogas pela guarda costeira de um país aliado, seu cadastro biométrico pode ser, por meio do compartilhamento internacional de dados biométricos, confrontado com os registros existentes nos EUA. Uma eventual afiliação a grupos terroristas ou criminosos permitirá às autoridades policiais competentes instaurar um processo legal contra ele.

Um Exemplo Concreto

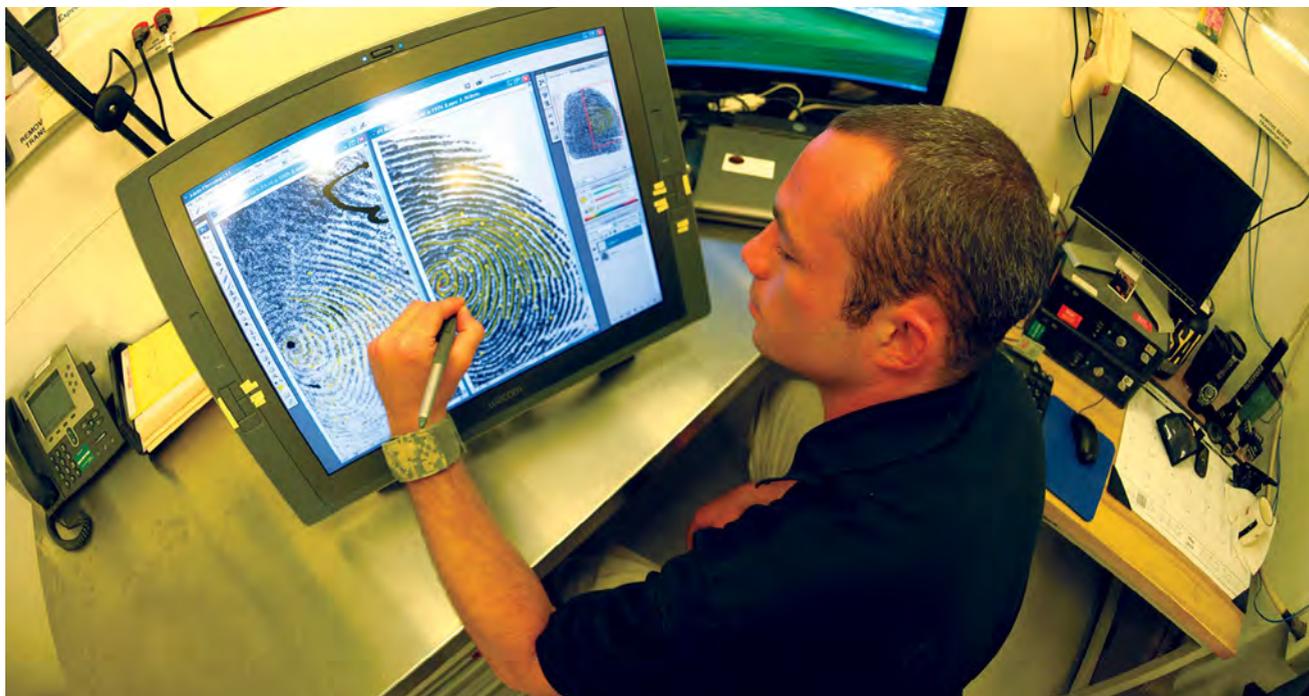
O mais importante “golpe” proporcionado pela biometria, medido pela conexão de diversos incidentes, aconteceu no Iraque. Forças de operações especiais detiveram um indivíduo, em 21 de julho de 2011, cujas impressões digitais foram reconhecidas pelos examinadores no momento em que as imagens chegaram. Suas impressões já haviam sido registradas 121 vezes ao longo dos últimos 14 meses, totalizando 35 casos distintos de dispositivos explosivos improvisados. Um recorde! As forças dos EUA o retiraram da luta pelo uso de algoritmos de computador de atuação rápida, análises biométricas profissionais e conexões de dados globais¹⁸.

Estado Futuro: Aspirações

As atividades de identificação já provaram seu valor inúmeras vezes. Com melhorias contínuas de novas tecnologias e processos, combatentes no futuro poderão obter resultados ainda mais expressivos. Mas, independente da forma que as atividades de identificação adquirirem, o Departamento de Defesa deve garantir que as seguintes condições sejam atingidas:

Treinamento. Os soldados precisarão ser treinados e equipados para conduzir atividades de identificação em uma ampla gama de cenários. Em vez de considerar esse tipo de atividade como um sistema particular, justificando a criação de qualificação militar específica, é melhor considerá-las como um “fuzil” — ou seja, uma ferramenta que a infantaria talvez utilize com maior ou menor frequência, mas com a qual todos devem estar familiarizados.

É por essa razão que a criação de uma qualificação militar específica para as atividades de identificação, investigação forense e dados biométricos talvez seja excessivamente restritiva. Essa atividade teria que se encaixar dentro de uma Arma ou especialização já existente como a Infantaria, a Inteligência, a Polícia do Exército, as Comunicações no Corpo de Exército ou algo do gênero — porém, se os responsáveis pelas atividades de identificação ficarem confinados dentro de uma única comunidade, a disponibilidade desse conjunto de competências para todos aqueles que realmente precisaria estaria comprometida. Isso pode causar redundância, à medida que outras comunidades descobrirem que também precisam dessas mesmas capacidades entre seus próprios quadros ou pode provocar uma falta de interesse, conforme outras comunidades descartarem o potencial das atividades de identificação porque ela se tornou demasiadamente difícil acessar.



Richard A. Swearengin, um analista de impressões digitais da Divisão de Investigação Criminal do Exército dos EUA, utiliza um monitor para comparar uma impressão digital residual (à esquerda) com uma impressão digital arquivada na Base Aérea Kandahar, Afeganistão, 04 Mai 10. (Sgt Michele A. Desrochers, Força Aérea dos EUA)

Uma estrutura ideal para treinamento seria um único curso disponível para qualquer militar, a fim de disseminar as atividades de identificação por todo o Exército. Uma única escola teria que ser responsável (e.g., a Escola de Polícia do Exército dos EUA), porém isso não significaria que essa comunidade fosse o único gestor do conhecimento requerido. Os graduados podem ganhar um certificado de competência em seus assentamentos, mas não precisam trocar sua qualificação militar. Esse curso básico seria seguido por reciclagens periódicas, na internet ou de outra maneira, tirando proveito das últimas mudanças de currículo validadas pelas autoridades competentes do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos EUA (TRADOC), como o TRADOC Capability Manager for Terrestrial and Identity (TCM-TI) [Gerente de Capacidade para Fisiografia e Identidade — N. do T.]. Isso seria mais importante para as unidades que se preparam para o desdobramento.

Equipamentos e redes. Militares em campanha devem contar com os melhores equipamentos disponíveis, para facilitar cadastramento, cruzamento de dados e apoio ao processo decisório. Primeiro, uma ferramenta eletrônica portátil simples é necessária para a condução do cadastramento biométrico de impressões digitais, rostos e íris em campanha. Com um conjunto de investigação forense adicional que caiba dentro do bolso, esse mesmo aparelho deverá ser capaz, também, de registrar

impressões digitais ocultas. Segundo, um aparelho que registra passivamente as informações de rosto ou íris — talvez uma câmera conectada à proteção ocular do soldado — deve ser capaz de identificar indivíduos dentro do seu campo de visão e advertir o militar sobre potenciais pessoas na lista de vigilância.

Esses aparelhos portáteis interagiriam com o banco de dados oficiais do Departamento de Defesa por meio de ferramentas e redes comuns de transmissão de dados, como o próximo rádio tático e a rede WIN-T do Exército. Isso possibilitaria a busca e o cruzamento de dados em tempo real com todos os bancos de dados interagências, indo além das listas de vigilância armazenadas no aparelho. Comunicações estáveis, usando quaisquer nós que estejam disponíveis, seriam essenciais. Os atuais pontos de estrangulamento nos fluxos de trabalho de identificação têm menos a ver com as capacidades dos bancos de dados do que com a eficácia dos meios de comunicações.

Durante o planejamento da aquisição de material, vale lembrar dois aspectos conflitantes: Primeiro, a rápida obsolescência dos aparelhos portáteis devido às céleres mudanças nas capacidades e padrões dessa indústria; e, segundo, a necessidade da comunidade global de defesa de



Um instrutor espanhol fotografa um militar das Forças de Segurança Iraquianas (ISF, na sigla em inglês) antes de dar início ao seu curso de treinamento no Campo de Provas Besmaya, 10 Jan 17. Por todo o país, o processo de triagem faz parte da fase inicial para todos os candidatos das ISF. (Sgt Joshua Wooten, Exército dos EUA)

comprar grandes quantidades de equipamentos resistentes e compatíveis entre si, que sejam capazes de interagir com as redes de dados globais por um prazo muito longo¹⁹. O governo dos EUA precisa aceitar a premissa de que não é o líder na tecnologia de informações, e quaisquer compras feitas serão obsoletas, segundo os padrões industriais, antes dos produtos serem distribuídos a seus usuários. Assim, o governo precisa estar preparado para manter um único sistema com o mínimo apoio industrial, talvez em parceria com outros aliados. De forma complementar, pode estabelecer uma arquitetura aberta em que uma ampla variedade de aparelhos, servidores e aplicativos adquiridos por processos de compra descentralizados possam ser úteis, contanto que estejam em conformidade com os padrões previamente estabelecidos.

Integração no planejamento de estado-maior.

As atividades de identificação podem oferecer benefícios expressivos se forem integradas ao planejamento operacional, mas os estados-maiores precisam entender “como” e “porque”. Isso pode começar com treinamento nos escalões mais altos sobre a importância da coleta de dados de identificação pessoal e as análises que elas podem proporcionar. Uma vez que as atividades de identificação podem constar da intenção do comandante,

os escalões subordinados devem ter os meios para incorporá-las às suas operações, preferencialmente como parte das normas gerais de ação da unidade. Experiências recentes demonstram que não há somente um único responsável pelas atividades de identificação no nível estado-maior. Normalmente, trata-se de uma atribuição do E2 (Inteligência) ou E3 (Operações), dependendo do comandante ou da preferência do seu estado-maior. Em uma nova estrutura, seria razoável fazer com que o E3 se tornasse responsável pela coleta; a Seção de Comando e Controle

(E6) recebesse o encargo de distribuição; e o E2 tivesse a atribuição da análise e confecção dos relatórios, com um único assistente de estado-maior (um oficial identificador, ou algo do tipo) que coordenasse essas ações.

Essa institucionalização das atividades de identificação requer, também, uma revisão gradual das várias publicações conjuntas e do Exército, como aquelas que regulam as ordens de operações. A especificação de um parágrafo ou um anexo no formato de uma ordem de operações padrão para as atividades de identificação (por meio do Manual de Campanha 6-0, *Organização e Operações do Comandante e Estado-Maior* [FM 6-0, *Commander and Staff Organization and Operations*], e outras referências) seria de grande valor para incentivar os militares a considerar o papel da identificação nas operações²⁰.

Estado Futuro: Inteligência Artificial

Como um processo essencialmente cognitivo, as atividades de identificação proporcionam vários pontos nos quais futuras iterações empregando Inteligência Artificial (IA) e aprendizado de máquina exercerão um papel importante. A coleta, o processamento e a análise de informações de identificação requerem a separação

dos dados relevantes daquilo que não interessa, além da busca por padrões e tendências no conjunto de informações filtrado. A IA e o aprendizado de máquina aumentarão a velocidade e precisão desses processos — e, em alguns casos, já estão fazendo isso. A IA oferece grande potencial para apoiar a obtenção dos cadastros biométricos em condições difíceis, identificando padrões com dados imperfeitos, colocando a identidade em contexto por meio de análises de dados e enfrentando as tentativas dos adversários de evitar ou confundir o sistema.

Em termos de coleta, a IA pode ajudar na criação de registros úteis, mesmo com dados deficientes. As operações militares ocorrem frequentemente em ambientes “sem restrições.” Ou seja, a luminosidade é imperfeita, as câmeras estão se movendo, o barulho de fundo é ensurdecedor e as condições predominantes são, de um modo geral, inapropriadas para uma coleta de dados de qualidade, sejam imagens faciais, leitura da íris, gravações de voz ou impressões digitais residuais. Os humanos podem identificar pessoas conhecidas nessas circunstâncias, mas os sistemas biométricos antigos talvez não. A IA pode ajudar a mitigar esse problema, até o ponto de identificar rostos atrás de máscaras, óculos de sol e outras “oclusões”²¹. Testes laboratoriais já produziram algoritmos capazes de identificar corretamente rostos obscurecidos por lenços e chapéus em até 77% das vezes²². O conceito pode ser estendido visando ao aperfeiçoamento de imagens com baixa iluminação, ângulos deficientes e outros fatores.

Isso tem o potencial de transferir o ônus de criar um registro útil do hardware de cadastramento para o software inteligente. Por exemplo, uma maneira para obter imagens faciais de longo alcance seria empregar sistemas avançados de câmeras com óticas sensíveis. Um método alternativo é empregar câmeras baratas disponíveis no mercado, mas aprimorar as imagens produzidas por meio de IA para criar registros confiáveis. Em ambos os casos, o usuário obterá o mesmo resultado, mas a segunda solução pode ser a mais simples para instalar e usar em um ambiente operacional.

Uma vez feito o cadastramento, a IA pode aumentar a velocidade e precisão de cruzamento dos dados anteriores para definir a identidade de um indivíduo. Tanto os novos cadastramentos quanto os registros antigos podem conter apenas dados parciais ou outras características imprecisas (como rostos cobertos por lenços como mencionado acima). Atualmente, em tais

circunstâncias, analistas humanos estudam as imagens do cadastro para verificar alinhamento ou a falta de alinhamento quando os algoritmos existentes não são capazes de fazê-lo. Embora isso ocorra apenas em uma pequena porcentagem dos casos, ainda assim, exige um grande empenho de tempo e mão de obra. A IA adequadamente “treinada”, contudo, aprimorará a precisão, confiabilidade e eficiência dos algoritmos, reduzindo progressivamente a necessidade de humanos no ciclo de análise. Os algoritmos produzidos pelo aprendizado de máquina associado a um grande conjunto de dados complexos de diversas características de indivíduos serão ferramentas poderosas.

Além do cruzamento de registros e da construção de repositórios de dados, a IA será importante para conseguir entendimentos holísticos das identidades individuais. A informação da identidade é obtida por uma série de fluxos de dados, como os biométricos, biográficos e reputacionais, como definidos no JDN 2-16²³. Em termos ideais, todos esses dados devem ser armazenados em um repositório de informações. A IA proporcionará os meios de encontrar a informação útil em diferentes acervos de dados, na forma de padrões, tendências e associações que analistas humanos e tecnologias antigas talvez jamais tenham feito. Informações disponíveis em registros financeiros poderão ser instantaneamente cruzadas com dados biométricos, a fim de confirmar uma identidade.

Em todas as fases das atividades de identificação, a IA lidará com uma ameaça sempre presente: outras IA. Imagens modificadas — mesmo em vídeo — são cada vez mais comuns e convincentes²⁴. Em um exemplo bem conhecido, mas inofensivo, produtores de cinema removeram digitalmente o bigode de Henry Cavill durante refilmagens de *Liga da Justiça*, de 2017, com poucos resultados. Em resposta, um usuário da internet, com quase nenhum orçamento, usou um algoritmo “deepfake” [técnica de síntese de imagens — N. do T.] de um computador pessoal para melhorar o trabalho do estúdio²⁵. Com a difusão da tecnologia para criar falsificações em diferentes domínios, incluindo o biométrico, talvez chegue o dia em que somente as IA poderão diferenciar entre dados verdadeiros e falsos — entre identidades reais e engodos. As atividades de identificação continuarão a ser uma capacidade vital, mas, também, farão parte de um ambiente operacional disputado.

Conclusão

Nascidas das necessidades do combate, amadurecendo tanto como uma capacidade operacional quanto um projeto empresarial do Departamento de Defesa, as atividades de identificação representam um facilitador contínuo para as operações militares e as funções internas de segurança. Reduzem a fraude e aumentam a contabilidade,

tanto em assuntos civis quanto nos negócios diários. De maior importância para os militares em campanha, permitem que eles melhor façam a distinção entre amigo e inimigo em qualquer circunstância. A tecnologia e os procedimentos apenas melhorarão nos anos vindouros, e o Exército e o Departamento de Defesa precisam estar preparados para negar o anonimato ao inimigo. ■

Referências

1. Joint Doctrine Note (JDN) 2-16, *Identity Activities* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 3 Aug. 2016), p. vii.
2. Training Circular (TC) 7-100, *Hybrid Threat* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, November 2010), p. 2-4.
3. *Ibid.*
4. *Ibid.*
5. JDN 2-16, *Identity Activities*, p. vii.
6. *Ibid.*, p. I-15.
7. Joint Publication 3-0, *Joint Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 17 January 2017), p. III-24.
8. *Ibid.*, p. III-36.
9. David F. Eisler, "Counter-IED Strategy in Modern War", *Military Review* 92, no. 1 (January–February 2012): p. 13, acesso em: 19 mar. 2018, https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20120229_art006.pdf.
10. U.S. Joint Chiefs of Staff, *The National Military Strategy of the United States of America* (Washington, DC: U.S. Joint Chiefs of Staff, June 2015), p. 10-13, acesso em: 19 mar. 2018, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015_National_Military_Strategy.pdf.
11. John Chambers, "Countering Gray-Zone Hybrid Threats: An Analysis of Russia's 'New Generation Warfare' and Implications for the U.S. Army" (report, West Point, NY: Modern War Institute, 18 Oct. 2016), p. 15, acesso em: 19 mar. 2018, <https://mwi.usma.edu/wp-content/uploads/2016/10/Countering-Gray-Zone-Hybrid-Threats.pdf>.
12. "Ukraine Closes Border to Russian Men", PBS News Hour, 30 Nov. 2018, acesso em: 6 dez. 2018, <https://www.pbs.org/newshour/show/news-wrap-ukraine-closes-border-to-russian-men>.
13. James Miller, Pierre Vaux, Catherine A. Fitzpatrick e Michael Weiss, "An Invasion by Any Other Name: The Kremlin's Dirty War in Ukraine", *The Interpreter* (report, New York: Institute of Modern Russia, 2015), p. 49, acesso em: 7 jul. 2017, http://www.interpreter-mag.com/wp-content/uploads/2015/11/IMR_Ukraine_final_links_updt_02_corr.pdf; Catherine A. Fitzpatrick, "Finding Putin's Dead Soldiers in Ukraine", *The Daily Beast*, 16 Sep. 2015, acesso em: 19 mar. 2018, <https://www.thedailybeast.com/finding-putins-dead-soldiers-in-ukraine/>.
14. Patrick Tucker, "The Science of Unmasking Russian Forces in Ukraine", *Defense One*, 16 Apr. 2014, acesso em: 19 mar. 2018, <https://www.defenseone.com/technology/2014/04/science-unmasking-russian-forces-ukraine/82693/>.
15. Colin Dwyer, "The Multiplex and the Plane: China's Moves in Surrounding Seas Raise Eyebrows", National Public Radio, 25 Jul. 2017, acesso em: 19 mar. 2018, <https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2017/07/25/539248350/the-multiplex-and-the-plane-chinas-moves-in-surrounding-seas-raise-eyebrows/>.
16. Office of the Secretary of Defense, *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*, 2017, 15 May 2017, p. 56, acesso em: 19 mar. 2018, https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF?ver=2017-06-06-141328-770.
17. Matthew Finnerty, "SPMAGTF MPs Exploit Vital Material", Defense Visual Information Distribution Service, 21 Dec. 2014, acesso em: 19 mar. 2018, <https://www.dvidshub.net/news/151673/spmagtf-mps-exploit-vital-material/>.
18. Biometrics Identity Management Agency [now Defense Forensic and Biometrics Agency], *Annual Report FY11*, "The Super Hit", p. 25.
19. Sean Lyngaas, "Can the Pentagon Keep Pace on Biometrics?", FCW (website), 11 Mar. 2015, acesso em: 2 Apr. 2018, <https://fcw.com/articles/2015/03/11/can-the-pentagon-keep-pace-on-biometrics.aspx>.
20. Field Manual 6-0, *Commander and Staff Organization and Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, May 2014).
21. Amarjot Singh et al., "Disguised Face Identification (DFI) with Facial KeyPoints using Spatial Fusion Convolutional Network" (apresentação de estudo, IEEE International Conference on Computer Vision Workshop (ICCVW), Venice, Italy, 22–29 Oct. 2017), acesso em: 10 abr. 2018, <https://arxiv.org/pdf/1708.09317.pdf>.
22. Matt Reynolds, "Even a Mask Won't Hide You from the Latest Face Recognition Tech", *New Scientist* (website), 7 Sep. 2017, acesso em: 16 mar. 2018, <https://www.newscientist.com/article/2146703-even-a-mask-wont-hide-you-from-the-latest-face-recognition-tech/>.
23. JDN 2-16, *Identity Activities*, p. I-13.
24. David Pierson, "Fake Videos Are on the Rise. As They Become More Realistic, Seeing Shouldn't Always Be Believing", *Los Angeles Times* (website), 19 Feb. 2018, acesso em: 16 mar. 2018, <https://www.latimes.com/business/technology/la-fi-tn-fake-videos-20180219-story.html>.
25. James Vincent, "Cheap AI Is Better at Removing Henry Cavill's Superman Mustache Than Hollywood Special Effects", *The Verge*, 7 Feb. 2018, acesso em: 16 mar. 2018, <https://www.theverge.com/tldr/2018/2/7/16985570/superman-mustache-ai-deepfakes-henry-cavill>.

O Corredor de Suwalki

Um Campo de Provas para as Munições *Cluster*

Cap Gregory Fetterman, Exército dos EUA

Mais de 14 anos se passaram desde a última vez que os Estados Unidos da América (EUA) utilizaram munições *cluster* (também conhecidas como munições em cacho ou de fragmentação) em combate. Adoradas pelos artilheiros

e odiadas pelos grupos humanitários, esses multiplicadores do poder de combate tornaram-se relevantes novamente devido a uma recente mudança na política do Departamento de Defesa dos EUA e ao ressurgimento da Rússia como adversário. A necessidade



Um bombardeiro *B-1B Lancer* lança munições *cluster*, 05 Nov 02. Bombas de fragmentação como essas abrem-se no ar e liberam várias submunições explosivas que são eficazes contra uma área-alvo, como formações de tropas, colunas de viaturas, campos de pouso, instalações de comando e controle e concentrações logísticas. (Foto cedida pela Força Aérea dos EUA)



de munições *cluster* vem crescendo, porque a Rússia apresenta uma ameaça plausível de um conflito de alta intensidade na região de fronteira entre a Polônia e a Lituânia conhecida como *Suwalki Gap* (Brecha de Suwalki, também denominada Corredor de Suwalki) — veja a figura¹. Entretanto, os perigos e preocupações relacionados ao uso de munições *cluster* continuam presentes. Antes que munições *cluster* sejam utilizadas nesse novo “Passo de Fulda”, há algumas considerações a serem feitas para garantir que o Corredor de Suwalki não passe a ser sinônimo das tragédias civis que podem decorrer de seu uso².

Antecedentes

As munições *cluster* são compostas de uma cápsula não reutilizável que contém múltiplas submunições convencionais, ou *bomblets*³. São lançadas por aeronaves, foguetes, mísseis ou artilharia, podendo ser anti-pessoal, anticarro e antimaterial⁴. Possibilitam efeitos

Munições *cluster* explodem acima de um objetivo em local desconhecido, 14 Set 09. Munições semelhantes foram utilizadas em combate em 02 Abr 03, durante a invasão do Iraque, demonstrando sua capacidade contra uma coluna de carros de combate. (Foto cedida pela Força Aérea dos EUA)

na área ao redor dos alvos, com resultados devastadores. As submunições de carga moldada em dispositivos anticarro são especialmente eficazes contra colunas de blindados em movimento — muito mais que os estilhaços convencionais produzidos por munições unitárias⁵. Consideradas como uma arma de “economia de meios”, as munições *cluster* geram vantagens logísticas, por exigirem um número menor de plataformas de armas (aeronaves, peças de artilharia, etc.) e de munições para obter os mesmos efeitos que as unitárias⁶. Isso permite que uma força menor enfrente e degrade uma força inimiga maior⁷. Como evidência de sua eficácia, a curta duração (quatro dias*) da primeira Guerra do Golfo, em 1991, pode ser atribuída, segundo alguns, às munições *cluster*⁸.

[* Foram 4 dias (100 horas) de ofensiva terrestre. Houve quase um mês de bombardeios aéreos que antecederam o ataque do Exército da coalizão. — N. do T.]

Questões Jurídicas e Humanitárias Relativas às Munições Cluster

No entanto, apesar de todas as vantagens militares conferidas pelas munições *cluster*, suas possíveis violações dos princípios de distinção e proporcionalidade continuam sendo uma questão preocupante tanto durante quanto após um conflito⁹. Elas são projetadas para dispersar suas submunições em uma área ampla, a fim de produzir efeitos sobre alvos como formações blindadas ou de tropas a pé e campos de pouso. Esse padrão indiscriminado gera o risco de que as munições caiam sobre populações civis nas proximidades do alvo, causando baixas colaterais¹⁰. Entretanto, esse risco é mitigado pelos esforços coletivos de uma correta inteligência sobre alvos; *expertise* de um experiente coordenador de apoio de fogo, que entenda os padrões de dispersão e os efeitos de área das munições *cluster*; e uma boa assessoria prestada ao comandante por um assessor jurídico especializado em direito operacional militar¹¹. Embora isso apenas *mitigue* o risco de danos colaterais, o emprego da força militar “não precisa ser um raio *laser* perfeito de letalidade, que destruirá, com 100% de certeza, somente o objetivo militar, sem causar nenhum dano colateral. Se fosse assim, não haveria a necessidade de que comandantes e soldados realizassem o delicado e difícil teste de equilíbrio que é o princípio de proporcionalidade”¹². Sem dúvida, a legalidade dessas munições foi amplamente analisada ao longo dos anos, determinando-se que elas não constituem, em si, uma violação do direito de guerra¹³.

Os índices de explosivos não detonados, ou engenhos falhados, deixados após uma barragem de artilharia também geram preocupações. Esses índices de falhas variam, dependendo da munição, de 2% a 30% das submunições — uma quantidade significativa quando se consideram dezenas de milhares de munições *cluster* utilizadas durante um conflito armado¹⁴. Esses engenhos falhados representam um perigo para a população civil, sendo culpados por milhares de mortes de civis — mesmo anos após o fim dos combates¹⁵. Suas cores frequentemente vibrantes, utilizadas para facilitar a identificação caso não



Submunição de uma munição *cluster*. (Foto cedida por Voice of America)

detonem, representam um perigo especialmente para as crianças, que são atraídas por elas, confundindo as submunições com objetos inofensivos ou brinquedos¹⁶. Embora essas munições não se destinem a atingir civis, há uma legítima preocupação com essa possibilidade.

Esses perigos se materializaram na história recente, afetando o movimento no campo de batalha e causando baixas civis. Apesar de os explosivos serem extremamente eficazes, os engenhos falhados da Operação *Desert Storm* levaram às mortes de 25 militares norte-americanos e atrasaram a tomada do Aeroporto Internacional

O Cap Greg Fetterman, do Exército dos EUA, é assessor jurídico e serve, atualmente, em Fort Carson, Colorado. Serviu, anteriormente, como assessor jurídico do Elemento de Comando de Missão da 4ª Divisão de Infantaria, localizado em Poznan, na Polônia. Possui os títulos de bacharel em Economia pela Brigham Young University–Idaho e *Juris Doctor* (Direito) pela Arizona State University Sandra Day O’Connor College of Law. Serviu em Fort Sill, Oklahoma (Curso Básico de Liderança para Oficiais de Artilharia de Campanha); Charlottesville, Virgínia (Curso Básico para Oficiais de Assessoria Jurídica); Fort Bragg, Carolina do Norte; Fort Bliss, Texas; e Fort Carson, Colorado.



(Ilustração de Arin Burgess, *Military Review*)

Figura. O Corredor de Suwalki

do Kuwait pelos fuzileiros navais¹⁷. Em 1999, as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) utilizaram 1.392 bombas de fragmentação durante o conflito no Kosovo¹⁸. As barragens deixaram cerca de 30 mil submunições não detonadas no campo de batalha, que não explodiram devido ao terreno permeável e às condições chuvosas¹⁹. Talvez o uso mais significativo de bombas de fragmentação tenha ocorrido em 2006, quando Israel lançou, segundo as estimativas, um milhão de submunições no Líbano²⁰. Noventa por cento foram lançadas em áreas residenciais nas últimas 72 horas do conflito, quando sua resolução parecia iminente²¹. Embora Israel negue qualquer transgressão em seu emprego de munições *cluster*, a decisão foi submetida a um intenso escrutínio, levando a alegações de crimes de guerra.

duzir alguém a participar em uma atividade proibida a um Estado Parte segundo o estabelecido na presente Convenção”²². Até a presente data, 119 Estados aderiram à convenção, incluindo a maioria dos países da OTAN e, em particular, a Lituânia. Entretanto, os EUA, Polônia, Rússia e Belarus (antiga Bielorrússia) estão notadamente ausentes.

Resposta dos EUA às Munições Cluster

Embora não sejam um país signatário, os EUA estabeleceram políticas que constituem um avanço em direção à CCM. Em 2008, o então Secretário de Defesa Robert Gates emitiu a seguinte diretriz: as munições *cluster* que excedessem as necessidades de planejamento operacional seriam eliminadas; após

Motivados, de modo geral, por esses perigos e, em particular, pelo uso de munições *cluster* por Israel no Líbano, muitos atores na comunidade internacional propuseram a proibição de seu emprego. Esse movimento culminou na Convenção sobre Munições Cluster (*Convention on Cluster Munitions — CCM*), adotada em Dublin em 30 Maio 08, e assinada em Oslo, na Noruega, em dezembro daquele mesmo ano. Os países signatários concordaram em “nunca, sob nenhuma circunstância: (a) utilizar munições *cluster*; (b) desenvolver, produzir, adquirir de um modo ou de outro, armazenar, conservar ou transferir para alguém, direta ou indiretamente, munições *cluster*; e (c) ajudar, encorajar ou induzir alguém a participar em uma atividade proibida a um Estado Parte segundo o estabelecido na presente Convenção”²². Até a presente data, 119 Estados aderiram à convenção, incluindo a maioria dos países da OTAN e, em particular, a Lituânia. Entretanto, os EUA, Polônia, Rússia e Belarus (antiga Bielorrússia) estão notadamente ausentes.

2018, as Forças Armadas utilizariam somente munições *cluster* que não excedessem 1% de índice de falhas; guardariam, ainda, informações relevantes para facilitar a remoção ou destruição de munições *cluster*²³. Embora reafirmasse o valor das munições *cluster*, esse documento também colocou os EUA, claramente, no caminho rumo à conformidade com a CCM.

Essa diretriz foi atualizada em outubro de 2017 — possivelmente em resposta à inexistência de substitutos adequados e prontamente disponíveis para as atuais munições *cluster*. A nova política, assinada pelo Vice-Secretário de Defesa Patrick M. Shanahan, prorroga o uso do atual estoque do Departamento de Defesa (com a aprovação de comandantes de comandos conjuntos regionais) até que sejam adquiridas suficientes quantidades de munições que atendam a certos padrões²⁴. Os comandantes de comandos conjuntos regionais também podem aceitar a transferência de munições *cluster* que não atendam a esses padrões para suprir uma demanda imediata em combate. A aquisição de munições *cluster* ainda é limitada, mas a política amplia os critérios para a inclusão das que tenham sido projetadas com determinados requisitos de segurança (fonte interna de energia para acionamento e detonação, tornando a submu-

dissidentes de Ossétia do Sul e Abkházia²⁵. A Rússia invadiu uma nação soberana outra vez em 2014, quando suas forças anexaram a Província ucraniana da Crimeia e, mais tarde, partes do leste da Ucrânia²⁶. Cada uma dessas ações foi precedida por movimentos militares russos realizados sob o pretexto de serem um exercício. O Gen Ex Joseph Dunford, Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, declarou ao Comitê do Senado sobre as Forças Armadas, em julho de 2015, que a “Rússia representa a maior ameaça à nossa segurança nacional”²⁷. Além disso, descreveu a Rússia como uma ameaça existencial aos EUA e justificou essa afirmação mencionando o arsenal nuclear russo, seu papel destabilizador na Ucrânia, a ameaça que ela representa para os países da OTAN em suas fronteiras e sua conduta.

Fica, então, a questão: “Onde atacarão em seguida?” Embora haja inúmeras possibilidades, o Corredor de Suwalki é um alvo provável.

À semelhança do Passo de Fulda no passado, o Corredor de Suwalki tanto é estrategicamente localizada quanto vulnerável de um ponto de vista militar²⁸. Está situada no nordeste da Polônia em uma planície pantanosa e escassamente povoada, ao longo dos aproximadamente 95 km de fronteira com a

“ As munições disparadas de superfície são fundamentais devido à força da defesa antiaérea russa na região, tornando as munições lançadas por aeronaves perigosas e impraticáveis. ”

nição inoperável após 15 minutos ou menos; mecanismo de autodestruição eletrônico; submunição que não pode ser acionada ou detonada por manuseio, contato ou movimento acidental). Embora não coloque os EUA em conformidade com a CCM, essa política ajuda a minimizar os perigos dos engenhos falhados e a criar padrões mais manejáveis de desenvolvimento de munições *cluster*. Contudo, deixa os EUA com nada mais que seu atual estoque.

Corredor de Suwalki: Um Estímulo ao Uso de Munições Cluster?

Enquanto isso, ressurgiu uma ameaça no horizonte. Em 2008, a Rússia invadiu a nação da Geórgia, intervindo no lado dos rebeldes pró-Rússia nas Províncias

Lituânia. Essa estreita passagem separa Kaliningrado — único porto báltico da Rússia que não fica congelado durante o inverno — de Belarus, nação aliada da Rússia. A região também contém a principal linha ferroviária entre Kaliningrado e a Rússia, que corre logo ao norte do corredor e se apoia em um tênue acordo de curto prazo com uma apreensiva Lituânia. A capacidade da Rússia para transpor essa distância proporcionaria uma via terrestre direta e desimpedida durante o ano inteiro entre o Mar Báltico e Moscou, aumentando de modo considerável sua habilidade para controlar a região báltica e adquirir uma vantagem logística sobre os países da OTAN. Além disso, isolaria a Lituânia, Letônia e Estônia de seus aliados da OTAN, impedindo que



esses países recebessem reforços, no caso de um ataque russo. Essa área tem “tirado o sono” do Gen Div Ben Hodges, até recentemente o Comandante do Comando do Exército dos EUA na Europa²⁹.

A vantagem militar da Rússia na região também faz do Corredor de Suwalki um alvo interessante. O Kremlin está gastando cerca de US\$ 313 bilhões na modernização de suas forças armadas, incluindo duas novas divisões em sua região ocidental³⁰. Em 2015, a Rússia começou a aumentar sua presença militar em Kaliningrado, transformando a área em um dos locais mais militarizados da Europa³¹. Antes do *Zapad 17* (exercício militar russo de larga escala que envolveu, segundo estimativas da OTAN, mais de cem mil militares russos e bielorrussos na Rússia ocidental, Belarus e Kaliningrado), o International Centre for Defence Studies estimou que a Rússia tinha 57.500 militares em seu Distrito Militar Ocidental e outros 11 mil em Kaliningrado³². Também tem forças de artilharia capazes de se equiparar à artilharia dos EUA em poder de fogo; uma formidável força de defesa antiaérea escalonada e duas bases aéreas (Chernyakhovsk e Donskoye)

Comboio a caminho da linha de partida durante exercício russo-bielorrusso de unidades aeroterrestres na região de Vitebsk, Belarus, 01 Abr 17. As munições *cluster* são ideais para maximizar os efeitos da artilharia de campanha ou do apoio aéreo aproximado sobre concentrações de tropas ou veículos. (Foto de Maksim Blinov, Sputnik via Associated Press)

localizadas em Kaliningrado, que abrigam sistemas de defesa antiaérea S-400 e S-300; uma variedade de caças; aeronaves de ataque; e mais de 10 mil militares³³. Essas forças criam riscos consideráveis para as aeronaves norte-americanas e transformariam a região em uma efetiva zona de exclusão aérea³⁴.

Vale comparar as forças russas com as da Lituânia, Letônia e Estônia, que, juntas, somam cerca de 28 mil militares levemente armados, com pouca capacidade de combate aéreo ou marítimo e poucos blindados³⁵. Embora a OTAN tenha tropas estacionadas nesses países bálticos, um estudo realizado pela RAND Corporation constatou que, em uma comparação entre as forças da OTAN e da Rússia, este país tem uma enorme vantagem³⁶. Fatores como maior poder de fogo nos níveis tático e operacional, superioridade numérica de blindados, falta de meios

de apoio de fogo da OTAN e a grande proximidade e fácil acesso da Rússia aos países bálticos indicam que as atuais forças da organização são insuficientes para se defenderem contra um hipotético ataque russo³⁷.

Conforme indicado pela nova política do Departamento de Defesa para as munições *cluster*, não há, atualmente, alternativas adequadas baseadas em plataformas de tiro terrestres ou navais que atendam às normas da CCM³⁸. As munições disparadas de superfície são fundamentais devido à força da defesa antiaérea russa na região, tornando as munições lançadas por aeronaves perigosas e impraticáveis. A empresa Lockheed Martin está desenvolvendo uma ogiva alternativa para seu sistema guiado de lançamento múltiplo de foguetes, que explode a cerca de nove metros acima de um alvo, produzindo um efeito de área com 182 mil fragmentos de tungstênio inerte pré-formado³⁹. Embora essas munições atendam aos requisitos tanto da diretriz do Departamento de Defesa quanto da CCM, não há indícios de que elas supram adequadamente a lacuna de capacidade preenchida pelas munições *cluster* (especificamente, as munições convencionais aprimoradas de duplo emprego).

O dilema apresentado pelo Corredor de Suwalki oferece um argumento convincente para o emprego de munições *cluster*. A Rússia, uma nação com poder de combate equiparado, está ao lado de um país aliado, com um número superior de tropas e blindados — e com maior acesso e mobilidade até o campo de batalha que outras forças da OTAN. As forças dos EUA seriam obrigadas a maximizar suas capacidades limitadas defendendo o Corredor de Suwalki até que nações aliadas pudessem mobilizar e reforçar suas ações no que provavelmente se tornaria um duro combate de artilharia⁴⁰. As munições *cluster* fariam exatamente isso: maximizariam o limitado poder de fogo de uma força mediante a saturação de uma área com munições perfurantes lançadas de um número limitado de plataformas de artilharia. Essas munições reduziriam a quantidade de submunições necessária para produzir os mesmos efeitos contra uma invasão russa — um importante fator quando se enfrentam forças numericamente superiores. Também permitiriam que os EUA lutassem nas mesmas condições que a Rússia, que não é um país signatário da CCM e que demonstrou, em conflitos recentes (Geórgia, Ucrânia e Síria), sua disposição para empregar munições *cluster*⁴¹.

As Munições Cluster pelo Prisma Lituano

Um fator a ser considerado nessa decisão diz respeito à Lituânia, Estado Parte da CCM. Diferentemente da Polônia, que não firmou a CCM e mantém munições *cluster* em seu arsenal, a Lituânia pode ter ressalvas mais fortes quanto a empregá-las dentro de suas próprias fronteiras e, potencialmente, espalhar explosivos não detonados no interior do país, criando perigos para sua população civil⁴². Essa mesma preocupação foi expressa por outros signatários da CCM filiados à OTAN, alguns dos quais ameaçaram, anteriormente, retirar suas forças de conflitos, caso os EUA empregassem munições *cluster*⁴³.

Contudo, a CCM foi firmada em 2008, antes de a Rússia tornar-se uma verdadeira ameaça à Lituânia ou à OTAN como um todo. Foi assinada 17 anos após a última vez que a OTAN enfrentou a possibilidade de um adversário com poder de combate equiparado e 63 anos desde a última vez que a Europa participou de um conflito de alta intensidade. Até agora, esses conflitos eram considerados uma coisa do passado, tornando as munições *cluster* algo anacrônico para a guerra moderna. Os aliados da Lituânia e da OTAN ainda preservam a mesma postura em relação às munições *cluster* agora que uma ameaça existencial em sua fronteira as utiliza?

Um país signatário da CCM pode ter preocupações legais quanto a autorizar uma outra nação a empregar munições *cluster* dentro de suas fronteiras. A CCM proíbe os signatários não só de utilizar munições *cluster*, mas também de ajudar, incentivar ou induzir quem quer que seja a empregá-las⁴⁴. Há também o dever de promover a Convenção junto a outras nações não signatárias⁴⁵.

Contudo, a CCM considerou esses dilemas. Ela contém uma disposição que permite aos signatários “cooperar militarmente e participar em operações com Estados não Parte da presente Convenção” e que empregam munições *cluster* contanto que os signatários não solicitem “expressamente o uso de munições *cluster* em casos nos quais a escolha das munições utilizadas se encontre sob seu controle exclusivo”⁴⁶. Em outras palavras, a Lituânia pode permitir que os EUA empreguem munições *cluster* dentro de suas fronteiras — contanto que ela não as solicite quando houver outras munições disponíveis⁴⁷. Enquanto outros países têm, individualmente, suas próprias leis com medidas adicionais, a Lituânia não possui, no momento, nenhuma

restrição adicional além da CCM. Embora devam respeitar a vontade de um Estado soberano e aliado ao operar dentro de seu território, os EUA devem estar preparados, caso a Lituânia permita o emprego de munições *cluster* nas circunstâncias citadas.

Medidas para Empregar Munições *Cluster* com Êxito

O primeiro passo para garantir que os EUA estejam preparados para empregar munições *cluster* em um possível conflito contra a Rússia é manter estoques suficientes. Desde 2008, em conformidade com a política anterior do Departamento de Defesa, as munições *cluster* que excederam as necessidades de planejamento foram retiradas do inventário ativo e desativadas. Como os EUA não utilizaram uma grande quantidade de munições *cluster* em combate desde 2003, é lógico que as necessidades de planejamento se tornaram extremamente baixas⁴⁸. Além disso, devido à baixa demanda, não há, atualmente, nenhum fabricante de munições *cluster* nos EUA⁴⁹. Dessa forma, cabe o questionamento: há estoques suficientes de munições *cluster* para um provável combate com uso intenso de artilharia contra um adversário com poder de combate quase equiparado? Qual é o índice de falhas de nosso atual estoque em processo de vencimento? O Departamento de Defesa deve avaliar essa necessidade e determinar se os atuais estoques são suficientes e não resultam em índices de falhas inaceitáveis. Caso os atuais níveis de suprimento sejam insatisfatórios e não haja substitutos à disposição que atendam àquilo que está estipulado em sua nova política, o Departamento de Defesa deve estar preparado para adquirir tecnologias comerciais para suprir essa lacuna até que novas tecnologias se tornem disponíveis.

O Departamento de Defesa também deve atentar para o fato de que faz quase 15 anos que suas forças não praticam regularmente com munições *cluster*. Ainda temos a *expertise* para empregá-las em combate com segurança? Embora o Sistema Avançado de Dados Táticos da Artilharia de Campanha capacite os artilheiros a observarem os prováveis padrões de distribuição das submunições, como tal distribuição será afetada pelas condições meteorológicas? A tecnologia só pode compensar até certo ponto a experiência e o emprego no mundo real. A artilharia da atualidade deve receber treinamento no uso de munições *cluster* e observar seus padrões de distribuição e efeitos em todas as condições, reduzindo, assim, a probabilidade de que submunições se dispersem até populações civis.

O mesmo se aplica ao emprego em todos os tipos de terreno. Os Estados bálticos ficam cobertos com uma lama espessa durante os meses da primavera e do outono. Essa condição meteorológica e do terreno, chamada de *rasputitsa*, é provocada pela má drenagem do solo argiloso subjacente na região⁵⁰. A lama é capaz de consumir veículos, e atribuem-lhe, muitas vezes, a responsabilidade por impedir o avanço de Napoleão e da Wehrmacht durante suas respectivas invasões⁵¹. Do ponto de vista da artilharia, esse terreno mais permeável aumentaria o índice de falhas das munições *cluster*. Identificar o provável índice de falhas na explosão nesse tipo de terreno ajudaria os comandantes a determinar se o risco de explosivos não detonados e, assim, de baixas colaterais, é excessivo em relação à vantagem militar concreta e direta obtida com o emprego de munições *cluster*. Para identificar esse índice de falhas, as forças norte-americanas deveriam conduzir exercícios de tiro real com seus aliados poloneses sob condições de *rasputitsa*, com o objetivo de identificar os efeitos que esse terreno teria sobre esse índice e sobre a capacidade de remoção de engenhos falhados.

Conclusão

As munições *cluster* geram muitas preocupações e exaltam os ânimos nos dois lados do debate. Podem causar baixas colaterais em decorrência tanto dos padrões de distribuição das submunições quanto dos explosivos não detonados deixados no campo de batalha por muito tempo depois do último disparo. Entretanto, a utilidade dessas armas é inegável e, quando deparados com uma ameaça com poder de combate equiparado capaz de conduzir um conflito de alta intensidade, seria insensato enviarmos nossas tropas para o combate sem os meios para conduzi-lo com êxito. A Rússia e o Corredor de Suwalki representam essa crescente ameaça. Como todas as armas, seu emprego pode resultar em tragédia, se utilizadas de forma irresponsável. Contudo, a possibilidade de uma tragédia pode ser minimizada mediante o uso de meios jurídicos e de inteligência antes de seu emprego, práticas responsáveis de neutralização de engenhos falhados e contínua pesquisa e desenvolvimento nesse íterim. Essas salvaguardas funcionam melhor com o treinamento e, assim, as Forças Armadas devem se empenhar em estar prontas e aptas a combater em futuros campos de batalha, como o Corredor de Suwalki, avaliando seu atual inventário e reincorporando munições *cluster* em seu programa de treinamento. ■

Referências

1. Max Bearak, "This Tiny Stretch of Countryside Is All that Separates Baltic States from Russian Envelopment", *Washington Post* (site), 20 Jun. 2016, acesso em 23 fev. 2018, <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/06/20/this-tiny-stretch-of-countryside-is-all-that-separates-baltic-states-from-russian-envelopment/>. O Gen Div Ben Hodges, ex-Comandante do Comando do Exército dos EUA na Europa, afirmou: "Colocar milhares de tropas russas nos exercícios em ambos os lados do Corredor de Suwalki e, agora, estão todos no terreno. [...] Eles têm equipamentos — então, há o potencial de que eles passem de um exercício para uma operação — é essa a nossa preocupação".
2. Agnia Grigas, "Putin's Next Land Grab: The Suwalki Gap", *Newsweek* (site), 14 Feb. 2016, acesso em 23 fev. 2018, <https://www.newsweek.com/putin-russia-suwalki-gap-426155>. O Passo de Fulda é uma referência à passagem próxima à fronteira entre as antigas Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, considerada como a área mais provável de um eventual ataque soviético.
3. General Counsel of the Department of Defense (DOD), *Law of War Manual [LOW Manual]* (Washington, DC: DOD, Jun. 2015), par. 6.13.1, acesso em 27 mar. 2018, <https://archive.defense.gov/pubs/law-of-war-manual-june-2015.pdf>.
4. Thomas J. Herthel, "On the Chopping Block: Cluster Munitions and the Law of War", *Air Force Law Review* 51 (2001).
5. Mike Jacobson, "Cluster Munitions No More: What This Means for the U.S. Military", *eArmor* (Oct.-Dec. 2014), acesso em 21 mar. 2018, http://www.benning.army.mil/armor/earmor/content/issues/2014/OCT_DEC/jacobson.html.
6. Mark Hiznay, "Operational and Technical Aspects of Cluster Munitions", *United Nations Institute for Disarmament Research Disarmament Forum* 4 (2006): p. 16.
7. *Ibid.*
8. *A Guide to Cluster Munitions*, 3rd ed. (Geneva: Geneva International Centre for Humanitarian Demining, May 2016), p. 21.
9. *LOW Manual*, par. 2.4 e 2.5. A proporcionalidade é o princípio segundo o qual, mesmo que se esteja justificado a agir para alcançar um objetivo militar legítimo, não se deve agir de um modo imoderado ou excessivo desconsiderando os danos colaterais. A distinção, ou discriminação, requer que os beligerantes diferenciem entre combatentes e não combatentes, e entre bens protegidos e não protegidos.
10. "Time to Take Stock: The U.S. Cluster Munition Inventory and the FY 2006 Department of Defense Budget", *Human Rights Watch Briefing Paper*, Jul. 2005, 2, acesso em 26 fev. 2018, <https://www.hrw.org/legacy/backgrounder/arms/cluster0705/cluster0705.pdf>.
11. *LOW Manual*, par. 2.4.1.2. Embora o enfrentamento de inimigos em conflitos armados sempre apresente o risco de baixas colaterais, o padrão que os comandantes devem seguir consta do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra, artigo 51(5)(b), 1977: "os ataques quando se pode prever que causarão incidentalmente mortos e ferimentos entre a população civil, ou danos a bens de caráter civil, ou ambas as coisas, e que seriam excessivos em relação a vantagem militar concreta e diretamente prevista" violam a regra de proporcionalidade. Embora não tenham ratificado o Protocolo Adicional I, os EUA seguem esse mesmo princípio na prática. [Trecho traduzido extraído de Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, Decreto No 849, de 25 de junho de 1993, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0849.htm. — N. do T.]
12. Michael O. Lacey, "Cluster Munitions: Wonder Weapon or Humanitarian Horror", *The Army Lawyer* (May 2009): p. 29.
13. Deputy Judge Advocate General, Memorandum to the Commander of Marine Corps System Command, "Legal Review of the High Mobility Artillery Rocket System and Compatible Munitions from the Multiple Launch Rocket System Family of Munitions", 7 Jun. 2002; veja, ainda, Herthel, "On the Chopping Block".
14. Hiznay, "Operational and Technical Aspects of Cluster Munitions", p. 22.
15. Andrew Feickert e Paul Kerr, "Cluster Munitions: Background and Issues for Congress", CRS [Congressional Research Service] Report No. RS22907 (Washington, DC: CRS, 29 Apr. 2014), p. 1.
16. International Committee of the Red Cross (ICRC), *Cluster Bombs and Landmines in Kosovo: Explosive Remnants of War* (Geneva: ICRC, ago. 2000 [revisado jun. 2001]), p. 36.
17. Herthel, "On the Chopping Block".
18. ICRC, *Cluster Bombs and Landmines in Kosovo*, p. 6.
19. *Ibid.*, p. 8.
20. Mark Tran, "US Studies Israel's Cluster Bomb Use in Lebanon", *The Guardian* (site), 29 Jan. 2007, acesso em 26 fev. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2007/jan/29/israelandthepalestinians.usa>.
21. *Ibid.*
22. "Convention on Cluster Munitions [CCM]", Diplomatic Conference for the Adoption of a Convention on Cluster Munitions, 30 May 2008, acesso em 21 mar. 2018, [https://www.unog.ch/80256EDD006B8954/\(httpAssets\)/CE9E6C29A6941AF1C-12574F7004D3A5C/\\$file/ccm77_english.pdf](https://www.unog.ch/80256EDD006B8954/(httpAssets)/CE9E6C29A6941AF1C-12574F7004D3A5C/$file/ccm77_english.pdf). [Trecho traduzido extraído de Gustavo O. Vieira e Santiago Artur B. Sito (org.), *O Tratado para Banir as Bombas Clusters e a Posição Brasileira* (Santa Maria, RS: Centro Universitário Franciscano, 2010), p. 132-133. — N. do T.]
23. Secretary of Defense, Memorandum to the Secretaries of the Military Departments, Chairman of the Joint Chiefs of Staff, Under Secretaries of Defense, Commanders of the Combatant Commands, General Counsel of the DOD, and Director of Cost Assessment and Program Evaluation, "DoD Policy on Cluster Munitions", 30 Nov. 2017, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/DOD-POLICY-ON-CLUSTER-MUNITIONS-OSD071415-17.pdf>.
24. Deputy Secretary of Defense, Memorandum to Secretaries of the Military Departments, Chairman of the Joint Chiefs of Staff, Under Secretary of Defense for Acquisition, Technology and Logistics, Under Secretary of Defense for Policy Commanders of the Combatant Commands, and General Counsel of the DOD, "DoD Policy on Cluster Munitions and Unintended Harm to Civilians", 13 Jun. 2008.
25. CNN Library, "2008 Georgia Russia Conflict Fast Facts", CNN, última atualização em 26 mar. 2017, acesso em 27 fev. 2018, <https://edition.cnn.com/2014/03/13/world/europe/2008-georgia-russia-conflict/index.html>.

26. CNN Library, "Ukraine Fast Facts", CNN, última atualização 14 out. 2017, acesso em 27 fev. 2018, <https://edition.cnn.com/2014/02/28/world/europe/ukraine-fast-facts/index.html>.
27. Jaime Crawford, "Joint Chiefs Nominee: Russia Greatest Threat to U.S.", CNN, 10 Jul. 2015, acesso em 27 fev. 2018, <https://edition.cnn.com/2015/07/09/politics/joseph-dunford-russia-greatest-threat/index.html>.
28. Grigas, "Putin's Next Land Grab". Embora o Passo de Fulda fosse fortemente militarizado durante a Guerra Fria, ambos os locais têm uma localização estratégica para a sua época.
29. Jim Maceda, "Why the Suwalki Gap Keeps Top U.S. General in Europe Up at Night", NBC News, 7 Dec. 2015, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.nbcnews.com/news/world/why-suwalki-gap-keeps-top-u-s-general-europe-night-n469471>.
30. Henry Meyer, "Putin's Military Buildup in the Baltic Stokes Invasion Fears", Bloomberg (site), 6 Jul. 2016, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-07-06/putin-s-military-buildup-in-the-baltic-stokes-invasion-fears>.
31. Tony Wesolowsky, "Kaliningrad, Moscow's Military Trump Card", Radio Free Europe (site), 18 Jun. 2015, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.rferl.org/a/kaliningrad-russia-nato-west-strategic/27079655.html>.
32. Daniel Boffey, "NATO Accuses Russia of Blocking Observation of Massive War Game", *The Guardian* (site), 6 Sept. 2017, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.theguardian.com/world/2017/sep/06/nato-russia-belarus-zapad>; Meyer, "Putin's Military Buildup in the Baltic Stokes Invasion Fears".
33. Dave Majumdar, "U.S. Air Force Fears Russia's Lethal S-400 in Europe", *The National Interest* (site), 12 Jan. 2016, acesso em 27 fev. 2018, <https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/us-air-force-fears-russias-s-400-europe-14883>.
34. Ibid.
35. Meyer, "Putin's Military Buildup in the Baltic Stokes Invasion Fears".
36. David A. Shlapak e Michael W. Johnson, *Reinforcing Deterrence on NATO's Eastern Flank* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2016), p. 4-7, acesso em 29 mar. 2018, https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR1200/RR1253/RAND_RR1253.pdf.
37. Ibid. Embora o estudo considere o acesso por outros meios que não o Corredor de Suwalki (ex.: Letônia e Estônia), a mensagem é a mesma: as forças da OTAN são numericamente inferiores às forças russas.
38. John Hudson, "Last Remaining US Maker of Cluster Bombs Stops Production", *Stars and Stripes* (site), 1 Sept. 2016, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.stripes.com/news/us/last-remaining-us-maker-of-cluster-bombs-stops-production-1.426738>. Embora se possa afirmar que a *BLU 105*, bomba com espoleta equipada com sensor e lançada por meio aéreo, está em conformidade com a CCM (0% de índice de falhas, guiagem por GPS, sensores de alvo e mecanismo de autodestruição), os críticos argumentam que essa munição *cluster*, na prática, não cumpre as normas de segurança estipuladas pela CCM. Esses argumentos, decorrentes, em parte, de seu emprego pela Arábia Saudita no Iêmen e supostas baixas resultantes, levaram a uma considerável redução na demanda por essas munições. Em consequência, o conglomerado Textron, fabricante da *BLU 105*, deixou de produzi-la. Atualmente, não há nenhum fabricante de munições *cluster* nos EUA.
39. RDECOM [Research, Development, and Engineering Command] Public Affairs, "Army Tests Safer Warhead", Army Technology, 2 Sept. 2014, acesso em 27 fev. 2018, <http://armytechology.armylive.dodlive.mil/index.php/2014/09/02/army-tests-safer-warhead/>; "Guided Multiple Launch Rocket System—Alternate Warhead (GMLRS-AW) M30E1", DOD Office of the Director, Operational Test and Evaluation, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.dote.osd.mil/pub/reports/FY2015/pdf/army/2015gmlrs.pdf>.
40. Gail Curley, "Austere Challenge 17: Lessons Learned", *The Operational Law Quarterly* 17, no. 3 (30 Jun. 2017): p. 2-4.
41. Jonathan Marcus, "Russian Cluster Munitions: Now You See Them, Now You Don't?", BBC News, 20 Jun. 2016, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.bbc.com/news/world-europe-36578281>; "Ukraine: More Civilians Killed in Cluster Munition Attacks", Human Rights Watch, 19 Mar. 2015, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.hrw.org/news/2015/03/19/ukraine-more-civilians-killed-cluster-munition-attacks>; Reuters Staff, "Russia Used Cluster Bombs in Georgia: Rights Group", Reuters, 14 Apr. 2009, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.reuters.com/article/us-russia-georgia-clusterbombs-sb/russia-used-cluster-bombs-in-georgia-rights-group-idUSTRE53D43520090414>. Embora a Rússia negue o uso de munições *cluster*, várias fontes oferecem evidências do contrário quanto ao país e seus aliados.
42. "Cluster Munitions", Republic of Poland Ministry of Foreign Affairs (site), acesso em 27 fev. 2018, https://www.ms.gov.pl/en/foreign_policy/security_policy/conventional_disarmament/cluster_munitions/.
43. Sean Naylor, *Relentless Strike: The Secret History of Joint Special Operations Command* (New York: St. Martin's Press, 2015), p. 181.
44. CCM, art. 1(1)(c).
45. Ibid., art. 21(1).
46. Ibid., art. 21(3) e (4). [Os trechos entre aspas deste parágrafo foram extraídos de: Gustavo O. Vieira e Santiago Artur B. Sito (org.), *O Tratado para Banir as Bombas Clusters e a Posição Brasileira* (Santa Maria, RS: Centro Universitário Franciscano, 2010), p. 157-158. — N. do T.]
47. "Convention on Cluster Munitions Interoperability and National Legislation: The View of the International Committee of the Red Cross" (Geneva: ICRC, 12 Sept. 2012), acesso em 28 fev. 2018, <https://www.icrc.org/eng/assets/files/2012/cluster-munitions-interoperability-icrc-2012-09-12.pdf>.
48. Thomas Gibbons-Neff, "Why the Last U.S. Company Making Cluster Bombs Won't Produce Them Anymore", *Washington Post* (site), 2 Sept. 2016, acesso em 27 fev. 2018, <https://www.washingtonpost.com/news/checkpoint/wp/2016/09/02/why-the-last-u-s-company-making-cluster-bombs-wont-produce-them-anymore/>.
49. Hudson, "Last Remaining US Maker of Cluster Bombs Stops Production".
50. Lewis H. Siegelbaum, *Cars for Comrades: The Life of the Soviet Automobile* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2011), p. 128.
51. Ibid.



NCO JOURNAL

A revista *NCO Journal* é a única publicação oficial do Departamento de Defesa dos EUA dedicada aos graduados do Exército. Visa a estimular o intercâmbio de ideias e informações sobre seu treinamento, formação e desenvolvimento profissional, além de fortalecer os laços entre os integrantes dessa comunidade.

A publicação também se dirige aos graduados das demais Forças Singulares e a militares estrangeiros que sirvam com tropas norte-americanas em comandos internacionais, interações e conjuntos.

Os artigos publicados na *NCO Journal* são, em sua maioria, escritos por graduados no terreno. Assim, muitos dos autores compartilham experiências e conhecimentos pertinentes à profissão; abordam as competências necessárias para liderar, treinar e manter a prontidão; e oferecem conselhos práticos sobre as tarefas que desempenham em suas respectivas especialidades.

Visite nosso site em <https://www.armyupress.army.mil/Journals/NCO-Journal/> ou acesse nossa página no Facebook: <https://www.facebook.com/NCOJournal/>.

Confira o artigo “Um Argumento Contra o Senso Comum: Liderança é Relacionamento”, do Subtenente Shawn F. Carns, do Exército dos EUA, publicado na revista *NCO Journal*. Acesse a versão em português na página de artigos exclusivamente *on-line* de nosso site.

[Versão em português](#)

